

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-graduação em Arquitetura

PATRIMÔNIO NOVOS USOS NOVAS FORMAS
A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS INTRAQUADRAS NO CORREDOR CULTURAL DO RIO DE JANEIRO



BIANCA DE SOUZA BRUNO

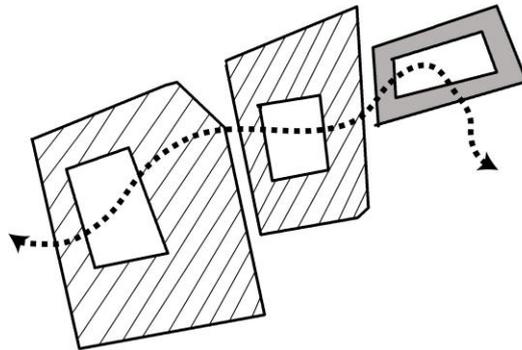
2017

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
PROARQ - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

PATRIMÔNIO, NOVOS USOS E NOVAS FORMAS:
A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS INTRAQUADRAS NO CORREDOR CULTURAL DO RIO
DE JANEIRO

Bianca de Souza Bruno

Orientadora: Prof. Dra. Andrea Queiroz Rego



Rio de Janeiro
Setembro de 2017



UFRJ

**PATRIMÔNIO, NOVOS USOS E NOVAS FORMAS: A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS
INTRAQUADRAS NO CORREDOR CULTURAL DO RIO DE JANEIRO**

Bianca de Souza Bruno

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Orientadora: Prof. Dra. Andrea Queiroz Rego

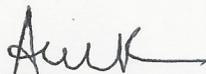
Rio de Janeiro
Setembro de 2017

**PATRIMÔNIO, NOVOS USOS E NOVAS FORMAS: A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS
INTRAQUADRAS NO CORREDOR CULTURAL DO RIO DE JANEIRO**

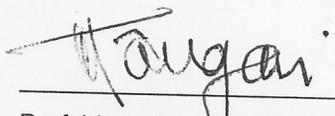
Bianca de Souza Bruno
Orientadora: Prof. Dra. Andrea Queiroz Rego

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

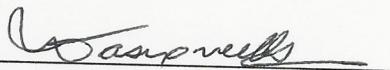
Aprovada por:



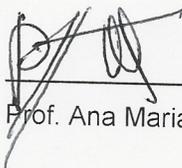
Presidente, Prof. Andrea Queiroz Rego



Prof. Vera Regina Tângari



Prof. Virginia Vasconcellos



Prof. Ana Maria Amora

Rio de Janeiro
Setembro de 2017

RESUMO

PATRIMÔNIO, NOVOS USOS E NOVAS FORMAS: A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS INTRAQUADRAS NO CORREDOR CULTURAL DO RIO DE JANEIRO

Bianca de Souza Bruno

Orientadora: Prof. Dra. Andrea Queiroz Rego

Resumo da Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Este trabalho propõe o estudo sobre o miolo de quadras consolidadas de valor patrimonial a partir do entendimento do espaço livre público como qualificador do espaço construído e como importante instrumento de transformação e de valorização da paisagem cultural urbana.

O objetivo geral é a valorização dos espaços livres presentes no interior das quadras consolidadas através da utilização desses espaços para o uso público e da inserção de novas funções adequadas à cidade contemporânea permitindo a valorização do patrimônio existente e a criação de novas dinâmicas urbanas e novas formas de apropriação do espaço.

O estudo de caso é composto por três quadra que fazem parte do Projeto do Corredor Cultural na Cidade do Rio de Janeiro, uma Área de Proteção do Ambiente Cultural que propõe a preservação e valorização do patrimônio da região central da Cidade que é composto não só por edificações, mas também pela ambiência urbana, valores culturais e modos de vida que conferem identidade ao local.

Como desenvolvimento do trabalho, em um primeiro momento, propõe-se reflexões teóricas sobre a paisagem urbana através de suas perspectivas históricas, culturais, morfológicas e funcionais. Em um segundo momento, destaca-se a importância dos espaços livres públicos no desenho da paisagem cultural urbana e na valorização do patrimônio. Paralelamente, as reflexões teóricas são investigadas no objeto do estudo de caso para que se possa, finalmente, apresentar proposta de intervenção com o intuito de contribuir para a renovação da dinâmica urbana do local e de valorizar o espaço de reconhecida importância para a Cidade.

Palavras-chaves: Patrimônio cultural; Paisagem urbana; miolo de quadra; Espaço livre público.

Rio de Janeiro
Setembro de 2017

ABSTRACT

HERITAGE, NEW FUNCTIONS AND NEW FORMS: CREATING SPACES INSIDE THE BLOCKS OF THE *CORREDOR CULTURAL* IN RIO DE JANEIRO

Bianca de Souza Bruno

Advisor: Prof. Dra. Andrea Queiroz Rego

Abstract of the Master Dissertation in Projects and Heritage submitted to the Postgraduate in Architecture Program, Architecture and Urbanism College, of the Federal University of Rio de Janeiro – UFRJ, as part of the requisites required to obtain a Master Degree in Project and Heritage.

The purpose of this work is to reflect upon the urbanscape in the context of heritage value. It will be also of utmost importance to understand public open space as a qualifier of the built space and as an important instrument of transformation and appreciation of landscape.

The obvious objective is to value the open areas present as an object of study for the public use and the insertion of new functions appropriated to the contemporary city allowing the valuation of the existing heritage and the creation of new urban dynamic and new forms of perception of space.

The case of study is part of the *Projeto do Corredor Cultural*, which is a protected area of the cultural environment that proposes the preservation, together with the enhancement of the heritage of the central region of the City of Rio de Janeiro. This heritag is composed not only of buildings but also of the urban environment, cultural values and ways of life that give identity to the place.

For the development of this work, it is proposed to first reflect theoretically on the urban landscape through its historical, cultural, morphological and function perspectives. Secondly, highlight the importance of public open spaces taking in consideration the design of the urban cultural landscape and the value for the heritage. At the same time, investigate the theoretical reflections in this case study so that, finally, it is possible to present a proposal of intervention in order to renew the urban dynamics and to value the space that has a recognized importance for the city..

Key words: Cultural heritage; Urban landscape; Block; Open space.

Rio de Janeiro
September 2017

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. FONTE: GOOGLE EARTH (2016)	5
FIGURA 2: LOCALIZAÇÃO DAS QUADRAS OBJETO DE ESTUDO NA REGIÃO DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO CONHECIDA COMO SAARA. FONTE: GOOGLE EARTH (2016)	5
FIGURA 3: IMÓVEIS PRESERVADOS, TOMBADOS E ÁREAS DE RENOVAÇÃO COM A MARCAÇÃO DAS QUADRAS, OBJETO DA INTERVENÇÃO. FONTE: PAA 10.600/PAL 41.632 (CORREDOR CULTURAL)	6
FIGURA 4: DIAGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO. DESENHO DA AUTORA (2017).	7
FIGURA 5: LIMITES DO CORREDOR CULTURAL. FONTE: RIOARTE/IPLANRIO. COMO RECUPERAR, REFORMAR OU CONSTRUIR SEU IMÓVEL NO CORREDOR CULTURAL. 4 ED. RIO DE JANEIRO: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2002.....	18
FIGURA 6: TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO. FONTE: DESENHO DA AUTORA EM BASE DE GOOGLE EARTH.	24
FIGURA 7: PANORAMA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. FONTE: ILUCHAR DESMONS (DEL.), EUGÈNE CICÉRI & PHILIPPE BENOIST (SCULPT.), 1854. ACERVO FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO.....	24
FIGURA 8: CONJUNTO DE MAPAS DA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. (A) 1791: PLANO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO; (B) 1864: NOVA PLANTA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO; (C) 1903: PLANTA DOS MELHORAMENTOS PROJECTADOS PELO PREFEITO F. P. PASSOS (D) 1932: PLANO DO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. FONTE: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO.....	25
FIGURA 9: MOSAICO PHOTOGRAPHICO 1928. NESSA IMAGEM, É POSSÍVEL VER A REGIÃO ANTES DA ABERTURA DA AV. PRESIDENTE VARGAS. FONTE: ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	26
FIGURA 10: PLANTA MARCOS DE TRANSFORMAÇÃO NA PAISAGEM. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2016)	27
FIGURA 11: CORTES ESQUEMÁTICOS QUE PERMITEM O ENTENDIMENTO DA MORFOLOGIA DO ENTORNO. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2016).....	27
FIGURA 12: VISTAS DO ALTO DA EDIFICAÇÃO LOCALIZADA NA ESQUINA DAS RUAS BUENOS AIRES E REGENTE FEIJÓ. É POSSÍVEL VER AS COBERTURAS DOS SOBRADOS, TIPOLOGIA BASTANTE PRESENTE NA REGIÃO, E TAMBÉM ALGUMAS EDIFICAÇÕES MAIS ALTAS E COM TIPOLOGIA DIVERSA. AS RECENTES CONSTRUÇÕES DA AVENIDA PRESIDENTE COM FACHADA EM VIDRO E GABARITO ALTO CAUSAM BASTANTE IMPACTO NA PAISAGEM DESSA REGIÃO. (A) VISTA EM DIREÇÃO AO CAMPO DE SANTANA; (B) VISTA EM DIREÇÃO À AVENIDA PASSOS; (C) VISTA EM DIREÇÃO À AVENIDA PRESIDENTE VARGAS. FONTE: FOTOS DA AUTORA. (2016).	28

FIGURA 13: PROJETO DE ALINHAMENTO COM DATA DE 1905 PARA ABERTURA DA RUA GOMES FREIRE QUE CORTARIA A QUADRA A OBJETO DE ESTUDO. FONTE. PREFETURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	31
FIGURA 14: (À ESQUERDA). EXEMPLO DE TRANSFORMAÇÃO NA ARQUITETURA DAS EDIFICAÇÕES. RUA DO HOSPÍCIO (ATUAL BUENOS AIRES) E AO FUNDO O PORTÃO DO CAMPO DE SANTANA. FONTE. AUGUSTO MALTA. S/D. EM: ERMAKOFF, GEORGE. AUGUSTO MALTA E O RIO DE JANEIRO: 1903 - 1936. RIO DE JANEIRO: G. ERMAKOFF, 2009.....	32
FIGURA 15: (À DIREITA). RUA BUENOS AIRES E AO FUNDO O CAMPO DE SANTANA. FONTE. FOTO DA AUTORA (2016).....	32
FIGURA 16: (À ESQUERDA) ESQUINA DA RUA DO HOSPÍCIO (ATUAL BUENOS AIRES) COM A RUA DO NÚNCIO (ATUAL REPÚBLICA DO LÍBANO). AUGUSTO MALTA, S/D. EM: ERMAKOFF, GEORGE. AUGUSTO MALTA E O RIO DE JANEIRO: 1903 -1936. RIO DE JANEIRO: G. ERMAKOFF, 2009.....	32
FIGURA 17: (À DIREITA). ESQUINA DA RUA BUENOS AIRES COM A RUA REPÚBLICA DO LÍBANO. FOTO DA AUTORA (2016).....	32
FIGURA 18: (À ESQUERDA) BONDE DE TRACÇÃO ANIMAL COM ROTEIRO HOSPÍCIO (ATUAL BUENOS AIRES), ESTRADA DE FERRO E VISCONDE DE SAPUCAÍ (ATUAL MARQUÊS DE SAPUCAÍ). AUGUSTO MALTA. S/D EM: ERMAKOFF, GEORGE. AUGUSTO MALTA E O RIO DE JANEIRO: 1903 -1936. RIO DE JANEIRO: G. ERMAKOFF, 2009.....	32
FIGURA 19: INCÊNDIO QUE DESTRUIU DIVERSOS IMÓVEIS NA QUADRA COMPREENDIDA ENTRE RUA BUENOS AIRES, RUA REGENTE FEIJÓ, RUA GONÇALVES LEDO E RUA LUIS DE CAMÕES. FONTE: HTTPS://OGLOBO.GLOBO.COM/RIO/FUNCIIONARIOS-DE-OUTRA-LOJA-ATINGIDA-CREEM-QUE-INCENDIO-NA-CACULA-AINDA-NAO-FOI-TOTALMENTE-CONTROLADO-7996280	33
FIGURA 20: EDIFÍCIO DA ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES E TRAVESSA BELAS ARTES LOGO APÓS A SUA DEMOLIÇÃO EM 1938 (FOTO: ARQUIVO/MONGERAL AEGON) FONTE: HTTP://WWW.EBA.UFRJ.BR/PINTURA/ E HTTP://G1.GLOBO.COM/RIO-DE-JANEIRO/RIO-450-ANOS/NOTICIA/2015/02/TRAVEVESSA-BELAS-ARTES-NO-CENTRO-DO-RIO-SERA-RUA-DE-PEDESTRES-APOS-OBRA.HTML	34
FIGURA 21: CONJUNTO DE FOTOS, EXEMPLOS DE BENS PRESERVADOS PELA LEGISLAÇÃO DO CORREDOR CULTURAL NAS QUADRAS DE ESTUDO, A SABER: (A) RUA REPÚBLICA DO LÍBANO Nº 66; (B) RUA DA CONSTITUIÇÃO Nº 66 ; (C) RUA DA CONSTITUIÇÃO Nº 34 ; (D) RUA BUENOS AIRES Nº 305; (E) RUA BUENOS AIRES Nº 287 E 289; (F) RUA GONÇALVES LEDO Nº 39; (H) RUA REGENTE FEIJÓ Nº 41 A 47 E (G) RUA LUIS DE CAMÕES. FOTOS DA AUTORA. (2017).	35
FIGURA 22: IMÓVEIS PRESERVADOS, TOMBADOS E ÁREAS DE RENOVAÇÃO. DESENHO DA AUTORA EM CIMA DO PAA Nº10.600/PAL Nº41.632 - CORREDOR CULTURAL. FONTE: HTTP://WWW.RIO.RJ.GOV.BR/WEB/SMU . ACESSO: OUTUBRO/2016.....	36
FIGURA 23: IMPLANTAÇÃO, PLANTA BAIXA DAS CASAS, FACHADAS DOS SOBRADOS E DAS CASAS DO CONJUNTO. FONTE: IPHAN	40

FIGURA 24: AVENIDA MODELO: SITUAÇÃO DA FACHADA DO SOBRADO LOCALIZADO NA RUA REGENTE FEIJÓ Nº 55. FONTE: FOTO DA AUTORA. FEVEREIRO DE 2017.	41
FIGURA 25: AVENIDA MODELO: CASAS NO FUNDO DO LOTE E A SERVIDÃO DE USO PRIVADO.....	41
FIGURA 26: IMAGENS DAS MOVIMENTADAS RUAS DO MERCADO POPULAR DO SAARA.	43
FIGURA 27: DIAGRAMA DOS TIPOS ESPACIAIS (QUADRADO, CÍRCULO E TRIÂNGULO), SUAS POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO E DE ESCALA E A INTERFERÊNCIA DAS SEÇÕES DAS EDIFICAÇÕES. FONTE: KRIER, ROB. URBAN SPACE. NEW YORK: RIZZOLI, 1979, P.29.	44
FIGURA 28: POSSIBILIDADES DE PLANTA E DE MORFOLOGIA DA PRAÇA: FECHADAS, ABERTAS, COM RUAS CRUZANDO EM DIVERSAS FORMAS, COM EDIFICAÇÕES DE MESMA ALTURA E DE ALTURAS VARIADAS.	45
FIGURA 29: IMAGEM PLANO ALFRED AGACHE PARA A REGIÃO CENTRAL DO RIO DE JANEIRO.....	47
FIGURA 30: EXEMPLOS DE QUADRAS COM CENTRO LIVRE: (A) LAPA, (B) COPACABANA, (C) CASTELO (PLANO AGACHE) FONTE GOOGLE EARTH 2016.	48
FIGURA 31: A QUADRA ABERTA – PORTZAMPARC. FONTE: PORTZAMPARC, C. A TERCEIRA ERA DA CIDADE. IN: REVISTA ÓCULUM, N. 9, FAU PUCCAMP, CAMPINAS,1997	49
FIGURA 32: CROQUIS DA SUPERQUADRA. FONTE: HTTP://WWW.VITRUVIUS.COM.BR/REVISTAS/READ/ENTREVISTA/10.038/3280?PAGE=3	50
FIGURA 33: SUPERQUADRA 308 SUL, PROJETADA POR OSCAR NIEMEYER. FONTE: BRAGA, MILTON. O CONCURSO DE BRASÍLIA: SETE PROJETOS PARA UMA CAPITAL. SÃO PAULO: COSAC NAIFY, 2010...50	50
FIGURA 34: PLANTA ESTRUTURA MORFOLÓGICA: IDENTIFICAÇÃO RUAS E MORFOLOGIA DAS QUADRAS: DESENHO DA AUTORA COM BASE NA CADASTRAL (2016).	55
FIGURA 35: PLANTA ESTRUTURA MORFOLÓGICA: PARCELAMENTO, VOLUMETRIA CONSTRUÍDA E GABARITOS. FONTE: DESENHO DA AUTORA COM BASE NA CADASTRAL E EM LEVANTAMENTO NO LOCAL. (2016)	56
FIGURA 36: PLANTA ARBORIZAÇÃO. FONTE: DESENHO DA AUTORA COM BASE NA CADASTRAL E EM LEVANTAMENTO NO LOCAL. (2016).....	57
FIGURA 37: PROJETO DE URBANIZAÇÃO DAS QUADRAS COMPREENDIDAS ENTRE AS AVENIDAS DIAGONAL, PRESIDENTE VARGAS, PASSOS, PRAÇA TIRADENTES E RUA DA CONSTITUIÇÃO MOSTRANDO A PROPOSTA DE ABERTURA DA AVENIDA DIAGONAL E A TOTAL MODIFICAÇÃO DO PARCELAMENTO EXISTENTE. FONTE: HTTP://WWW.RIO.RJ.GOV.BR/WEB/SMU . ACESSO EM JANEIRO DE 2017.....	57
FIGURA 38: DETALHE DA QUADRA NA PROPOSTA DE ABERTURA DA AVENIDA DIAGONAL X SITUAÇÃO ATUAL DA QUADRA. FONTE: HTTP://WWW.RIO.RJ.GOV.BR/WEB/SMU . ACESSO EM JANEIRO DE 2017 E GOOGLE EARTH..	58
FIGURA 39: MAPA ASPECTOS FUNCIONAIS E SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES. FONTE: DESENHO DA AUTORA COM BASE NA CADASTRAL E EM LEVANTAMENTO NO LOCAL.	59

FIGURA 40: TIPOS FORMAIS ENCONTRADOS NA REGIÃO: SOBRADO DA RUA BUENOS AIRES Nº 311. FONTE: ARQUIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E FOTO DA AUTORA. (2016).....	61
FIGURA 41: TIPOS FORMAIS ENCONTRADOS NA REGIÃO: SOBRADO DA RUA BUENOS AIRES Nº 305. FONTE: ARQUIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E FOTO DA AUTORA. (2016).....	62
FIGURA 42: TIPOS FORMAIS ENCONTRADOS NA REGIÃO: SOBRADO DA RUA BUENOS AIRES Nº 313. FONTE: ARQUIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E FOTO DA AUTORA. (2016).....	62
FIGURA 43: TIPOS FORMAIS ENCONTRADOS NA REGIÃO: SOBRADO DA RUA DA CONSTITUIÇÃO Nº 66. FONTE: ARQUIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E FOTO DA AUTORA. (2016).....	63
FIGURA 44: TIPOS MORFOLÓGICOS ENCONTRADOS NA REGIÃO: EDIFICAÇÕES DE LOTES E GABARITOS MAIORES. FONTE: FOTOS DA AUTORA. (2016).	63
FIGURA 45: FACHADAS E TIPOS MORFOLÓGICOS ENCONTRADOS NA QUADRA A: SOBRADOS DE DOIS OU TRÊS PAVIMENTOS E ALGUMAS EDIFICAÇÕES DE LOTES E GABARITOS MAIORES. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).	64
FIGURA 46: SITUAÇÃO DAS FACHADAS DA QUADRA A. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).....	65
FIGURA 47: CORTES ESQUEMÁTICOS DA QUADRA A E DAS RUAS QUE A DELIMITAM. (A) CORTE SENTIDO RUA REPÚBLICA DO LÍBANO – RUA REGENTE FEIJÓ E (B) CORTE SENTIDO RUA BUENOS AIRES – RUA DA CONSTITUIÇÃO. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).	66
FIGURA 48: IMAGENS DAS RUAS QUE DELIMITAM A QUADRA A. (A) RUA REPÚBLICA DO LÍBANO; (B) RUA BUENOS AIRES; (C) RUA REGENTE FEIJÓ E (D) RUA DA CONSTITUIÇÃO. FONTE: FOTOS DA AUTORA (2017).....	66
FIGURA 49: FACHADAS E TIPOS MORFOLÓGICOS ENCONTRADOS NA QUADRA B: MAIOR PARTE DE SOBRADOS DE DOIS OU TRÊS PAVIMENTOS. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).	67
FIGURA 50: SITUAÇÃO DAS FACHADAS DA QUADRA B. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).....	68
FIGURA 51: CORTES ESQUEMÁTICOS DA QUADRA B E DAS RUAS QUE A DELIMITAM. (A) CORTE SENTIDO RUA REGENTE FEIJÓ – RUA GONÇALVES LEDO E (B) CORTE SENTIDO RUA BUENOS AIRES – RUA LUÍS DE CAMÕES. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).	69
FIGURA 52: IMAGENS DAS RUAS QUE DELIMITAM A QUADRA B. (A) RUA GONÇALVES LEDO; (B) RUA LUÍS DE CAMÕES; (C) RUA REGENTE FEIJÓ E (D) RUA BUENOS AIRES. FONTE: FOTOS DA AUTORA (2017).	69
FIGURA 53: CORTES ESQUEMÁTICOS DA QUADRA C E DAS RUAS QUE A DELIMITAM. (A) CORTE SENTIDO TRAVESSA DAS BELAS ARTES – BECO DO TESOURO E (B) CORTE SENTIDO RUA GONÇALVES LEDO – AVENIDA PASSOS. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).....	70
FIGURA 54: IMAGENS DAS RUAS QUE DELIMITAM A QUADRA C. (A) BECO DO TESOURO; (B) AVENIDA PASSOS; (C) TRAVESSA DAS BELAS ARTES E (D) RUA GONÇALVES LEDO. FONTE: FOTOS DA AUTORA (2017).	70
FIGURA 55: PLANTA SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES. FONTE: DESENHO DA AUTORA COM BASE NA CADASTRAL E EM LEVANTAMENTO NO LOCAL (2016).....	73

FIGURA 56: ESPAÇOS LIVRES DA QUADRA A: LOCALIZAÇÃO DAS IMAGENS. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).....	74
FIGURA 57: 1- ACESSO EXISTENTE PARA O CENTRO DA QUADRA. FONTE: FOTO DA AUTORA (2016).	74
FIGURA 58: 2- ACESSO CENTRO DA QUADRA. FONTE: FOTO DA AUTORA (2017).	74
FIGURA 59: 3-INTERIOR DA QUADRA. FONTE: FOTO DA AUTORA (2017).....	74
FIGURA 60: 4-INTERIOR DA QUADRA. FONTE: FOTO DA AUTORA (2017).....	74
FIGURA 61: 5-INTERIOR DA QUADRA. FONTE: FOTO DA AUTORA (2017).....	75
FIGURA 62: 6-INTERIOR DA QUADRA. FONTE: FOTO DA AUTORA (2017).....	75
FIGURA 63: PRAÇA DO MASCATE NA ESQUINA DAS RUAS BUENOS AIRES E REGENTE FEIJÓ. FONTE: FOTO DA AUTORA (2017).	75
FIGURA 64: RUA DA CONSTITUIÇÃO: USO PREFERENCIAL DE PEDESTRES E VLT. FONTE: FOTO DA AUTORA (2017).....	75
FIGURA 65: ESPAÇOS LIVRES DA QUADRA B: LOCALIZAÇÃO DAS IMAGENS FONTE: DESENHO E FOTO DA AUTORA (2017).....	76
FIGURA 66: VISTAS DOS ESPAÇOS LIVRES DA QUADRA B. FOTOS DA AUTORA (2017).	76
FIGURA 67: ESPAÇOS LIVRES DA QUADRA C: LOCALIZAÇÃO DAS IMAGENS FONTE: DESENHO E FOTO DA AUTORA (2017).....	77
FIGURA 68: VISTAS DOS ESPAÇOS LIVRES DA QUADRA C. FOTOS DA AUTORA (2017).	77
FIGURA 69: CROQUI SÍNTESE. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2016).	79
FIGURA 70: O CONCEITO DA PRAÇA DE USO PÚBLICO NO MIOLO DA QUADRA. DESENHOS DA AUTORA (2017).	80
FIGURA 71: FORMA DA QUADRA A, DA PRAÇA INTERIOR E CONEXÕES COM AS RUAS DE ACESSO. FONTE: CROQUI DA AUTORA. (2016)	81
FIGURA 72: PERCURSO CONECTANDO AS TRÊS QUADRAS OBJETO DE INTERVENÇÃO. FONTE: DESENHO DA AUTORA. (2017)	81
FIGURA 73: INSERÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS NO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DA REGIÃO. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).	82
FIGURA 74: RUA DA CONSTITUIÇÃO ONTEM, COM CARROS E ESTACIONAMENTO, E HOJE COM A IMPLANTAÇÃO DO VLT E O NIVELAMENTO DO PISO. FONTE: GOOGLE EARTH 2012 E FOTO DA AUTORA (2017).....	82
FIGURA 75: MAPA DE LOTES ESTRATÉGICOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO. FONTE: DESENHO DA AUTORA. (2017).....	84
FIGURA 76: PROPOSTA CORREDOR CULTURAL (À ESQUERDA) X SITUAÇÃO ATUAL (À DIREITA). FONTE: PAA 10.600/PAL 41.632 E DESENHO DA AUTORA. (2017)	85
FIGURA 77: PROPOSTA QUADRA DO CORREDOR CULTURAL. FONTE: RIOARTE/IPLANRIO. COMO RECUPERAR, REFORMAR OU CONSTRUIR SEU IMÓVEL NO CORREDOR CULTURAL. 4 ED. RIO DE JANEIRO: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2002.	85

FIGURA 78: CROQUI CONCEITO BORDA X MIOLO. FONTE: DESENHO DA AUTORA. (2017).....	87
FIGURA 79: ESQUEMA DE POSSIBILIDADES DE DESENHO. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).	88
FIGURA 80: PLANO DE RECUPERAÇÃO DO CHIADO COM INDICAÇÃO DAS QUADRAS DE INTERVENÇÃO. GOOGLE EARTH 2016	90
FIGURA 81: ZONA SINISTRADA DO CHIADO, LISBOA. PLANO DE PORMENOR: PLANTA DAS ÁREAS A INTEGRAR NO ESPAÇO PÚBLICO MOSTRANDO A UTILIZAÇÃO DE CENTROS DE QUADRA COMO PÁTIOS PÚBLICOS. FONTE: SIZA VIEIRA, ÁLVARO. CHIADO EM DETALHE. LISBOA: EDITORA VERBO. 2013.....	90
FIGURA 82: (A) PÁTIO DO BLOCO A; (B) UM DOS ACESSOS AO BLOCO B; (C) RUA DO CARMO COM EDIFÍCIO DO CHIADO AO FUNDO. FONTE: GOOGLE EARTH	92
FIGURA 83: CORTE LONGITUDINAL PELO TÚNEL DE CONEXÃO ENTRE A RUA DO CRUCIFIXO E O METRÔ. FONTE: SIZA VIEIRA, ÁLVARO. CHIADO EM DETALHE. LISBOA: EDITORA VERBO, 2013.....	92
FIGURA 84: SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: PARQUES, PRAÇAS, LARGOS E RUAS EXISTENTES E A CRIAÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS LIVRES NO INTERIOR DE QUADRAS DO CHIADO. DESENHO DA AUTORA SOBRE BASE DE GOOGLE EARTH 2016.....	93
FIGURA 85: LOCALIZAÇÃO DOS PROTÓTIPOS DE INTERVENÇÃO. FONTE: HTTPS://WILLHAVANA.WORDPRESS.COM/	97
FIGURA 86: IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS E O CONCEITO DE ESPAÇO COLETIVO NO TÉRREO DAS EDIFICAÇÕES. FONTE: HTTPS://WILLHAVANA.WORDPRESS.COM/	98
FIGURA 87: (À ESQUERDA) PROTÓTIPO 01 E DIFERENTES POSSIBILIDADES DE CORES. (À DIRETA) SETORIZAÇÃO DO PROTÓTIPO 01. FONTE: HTTPS://WILLHAVANA.WORDPRESS.COM/	99
FIGURA 88: CORTE PROTÓTIPO 01. FONTE: HTTPS://WILLHAVANA.WORDPRESS.COM	99
FIGURA 89: TIMMERHUIS (À ESQUERDA) LOCALIZAÇÃO E (À DIREITA) IMAGEM DA EDIFICAÇÃO EXISTENTE E DA NOVA INTERVENÇÃO. FONTE: GOOGLE EARTH E FOTO DA AUTORA (2016).....	100
FIGURA 90: (À ESQUERDA) EDIFICAÇÃO DO STADSTIMMERHUIS CONSTRUÍDA NOS ANOS 1950 E LOCALIZADA ATRÁS DO EDIFÍCIO DA PREFEITURA E DO EDIFÍCIO DOS CORREIOS. FOI CONSIDERADA PATRIMÔNIO MUNICIPAL DE ROTTERDAM EM 2000. FONTE: HTTP://WWW.VENSTERARCHITEKTEN.NL/ . (À DIREITA) ACRÉSCIMO CONSTRUÍDO NA QUADRA EM 1970.ESSE ACRÉSCIMO FOI DEMOLIDO EM 2011. FONTE: HTTP://WWW.WEDEROPBOUWRROTTERDAM.NL/EN/	101
FIGURA 91: PROJETO DO OMA CONSTRUÍDO EM 2015. FONTE: ARCHDAILY.....	101
FIGURA 92: TIMMERHUIS: ESQUEMA DE USOS. FONTE: ARCHDAILY	103
FIGURA 93: TIMMERHUIS: PLANTA BAIXA TÉRREO E A CONEXÃO DO ACESSOS EM UMA “PRAÇA” CENTRAL. FONTE: ARCHDAILY	104
FIGURA 94: TIMMERHUIS: PLANTA 2º PAVIMENTO – ESCRITÓRIOS. FONTE: ARCHDAILY.....	105
FIGURA 95: TIMMERHUIS: PLANTA 6º PAVIMENTO – HABITAÇÃO. FONTE: ARCHDAILY.....	105
FIGURA 96: TIMMERHUIS: CORTE LONGITUDINAL. FONTE: ARCHDAILY	106

FIGURA 97: TIMMERHUIS - VISADAS DO PEDESTRE : (À ESQUERDA) EIXO ENTRE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DA PREFEITURA E DOS CORREIOS E O TIMMERHUIS AO FUNDO. (À DIREITA) EDIFICAÇÃO EXISTENTE E PRESERVADA. DESSE PONTO, QUASE NÃO SE PERCEBE A NOVA INTERVENÇÃO CONSTRUÍDA NA QUADRA DEVIDO AO ESCALONAMENTO DA EDIFICAÇÃO. FONTE: FOTOS DA AUTORA (2016).	107
FIGURA 98: TIMMERHUIS: EDIFICAÇÃO EXISTENTE E A INTERVENÇÃO DA NOVA ARQUITETURA NA QUADRA. FONTE: FOTO DA AUTORA (2016).	107
FIGURA 99: TIMMERHUIS NA PAISAGEM DE ROTTERDAM, ENTRE EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS E TORRES DA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA HOLANDESA. FONTE: ARCHDAILY	108
FIGURA 100: DIVISÃO DOS LOTES X IMPLANTAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).	110
FIGURA 101: INDICAÇÃO DE ACESSO E CONEXÕES ENTRE AS QUADRAS. DESENHO DA AUTORA (2017).	111
FIGURA 102: DETALHE ACESSO 1: RUA DA CONSTITUIÇÃO. DESENHO DA AUTORA (2017).	112
FIGURA 103: DETALHE ACESSO 2: RUA REGENTE FEIJÓ. DESENHO DA AUTORA (2017).	113
FIGURA 104: ACESSO 2: RUA REGENTE FEIJÓ. FOTOS DA AUTORA (2017).	113
FIGURA 105: ACESSO 3: RUA GONÇALVES LEDO. DESENHO E FOTO DA AUTORA (2017).	114
FIGURA 106: ACESSO 4: TRAVESSA DAS BELAS ARTES- VISADA NO EIXO DA RUA IMPERATRIZ LEOPOLDINA. DESENHO E FOTO DA AUTORA (2017).	114
FIGURA 107: EXEMPLOS DE INTERVENÇÕES REALIZADAS NA EMPENA LATERAL DA EDIFICAÇÃO ONDE FUNCIONA A GALERIA DE ARTE GENTIL CARIOCA LOCALIZADA NA RUA GONÇALVES LEDO. FONTE: HTTP://AGENTILCARIOCA.COM.BR/PROJETOS/PAREDE-GENTIL/ ACESSO EM JULHO DE 2017	116
FIGURA 108: PERSPECTIVA SETORIZAÇÃO	119
FIGURA 109: QUADRA C: RELAÇÕES DA NOVA CONSTRUÇÃO COM AS RUAS DO ENTORNO. DESENHO DA AUTORA (2017).	120
FIGURA 110: CORTES ESQUEMÁTICOS. DESENHO DA AUTORA (2017).	120
FIGURA 111: EDIFICAÇÃO A SER RECUPERADA: RUA REGENTE FEIJÓ Nº 62. FOTOS DA AUTORA (2017).	121
FIGURA 112: EDIFICAÇÃO A SER RECUPERADA COM FRENTE PARA A RUA REGENTE FEIJÓ Nº 72, 74 E 76 E PARA O INTERIOR DA QUADRA. FOTOS DA AUTORA (2017).	122
FIGURA 113: ESTUDO ALTURAS E RITMOS DAS FACHADAS TÍPICAS DO CONJUNTO PRESERVADO. DESENHO DA AUTORA (2016).	123
FIGURA 114: FACHADAS NOVAS - BORDA: HARMONIA DE PROPORÇÕES E UTILIZAÇÃO DE DESENHO DE LINHAS SIMPLES E MATERIAIS CONTEMPORÂNEOS. DESENHO DA AUTORA (2017).	123
FIGURA 115: EXEMPLOS DE UNIDADES RESIDENCIAIS. DESENHO DA AUTORA (2017).	124
FIGURA 116: EXEMPLO DE VENTILAÇÃO CRUZADA NA UNIDADE RESIDENCIAL. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).	125
FIGURA 117: SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES. DESENHO DA AUTORA (2017).	125

FIGURA 118: PERSPECTIVA INTERIOR QUADRA B. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).	126
FIGURA 119: ARBORIZAÇÃO EXISTENTE NA QUADRA A E NA QUADRA C. FOTOS DA AUTORA (2017). ..	126
FIGURA 120: PRESENÇA DE AUTOMÓVEIS E CONFLITOS COM PEDESTRES. PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO DESSAS RUAS EM VIAS EXCLUSIVAS PARA PEDESTRES. FOTOS DA AUTORA (2017).	127
FIGURA 121: TRECHO DE PISO PÉ DE MOLEQUE NA RUA DA CONSTITUIÇÃO. FOTO DA AUTORA (2017).	128
FIGURA 122: MAPA DE PISOS E ARBORIZAÇÃO. DESENHO DA AUTORA (2017).	128
FIGURA 123: EXEMPLOS DE MOBILIÁRIO DE LINHAS SIMPLES E CONTEMPORÂNEAS. FONTE: HTTP://WWW.MADER.COM.BR/MOBILIARIO-CANOAS/	129
FIGURA 124: VALORIZAR A PRAÇA DO MASCATE INTEGRANDO OS ESPAÇOS LIVRES. FONTE: CROQUI DA AUTORA (2016).....	130
FIGURA 125: PRAÇA EM FRENTE A GALERIA E EVENTOS DE ABERTURA DE EXPOSIÇÕES E FESTAS. FONTES: FOTOS DA AUTORA (2016) E HTTP://AGENTILCARIOCA.COM.BR/EXPOSICAO/ABRE-ALAS- 12.....	130
FIGURA 126: PLANTA PAVIMENTO TÉRREO. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).	133
FIGURA 127: PLANTA PAVIMENTO TIPO 01. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).	134
FIGURA 128: PLANTA PAVIMENTO TIPO 02 (6º PAVIMENTO). FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017). ..	135
FIGURA 129: CORTE ESQUEMÁTICO GERAL. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).	136
FIGURA 130: PLANTA CHEIOS E VAZIOS DO PROJETO. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).	137
FIGURA 131: ACESSO QUADRA A NA RUA DA CONSTITUIÇÃO. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017). .	137
FIGURA 132: ACESSO PARA QUADRA C. PERSPECTIVA DE PRAÇA LINEAR ASSIM QUE O PEDESTRE SAI DE DENTRO DA QUADRA B. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).	138
FIGURA 133: TRAVESSA DAS BELAS ARTES- VISADA NO EIXO DA RUA IMPERATRIZ LEOPOLDINA. FONTE: DESENHO DA AUTORA (2017).	138

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1: PAISAGEM CULTURAL E MEMÓRIA	9
1.1 A PAISAGEM CULTURAL	9
1.2 A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA E OS INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO	11
1.3 PATRIMÔNIO: NOVAS FORMAS E NOVOS USOS	20
1.4 QUADRAS DO CORREDOR CULTURAL NO SAARA	22
1.4.1 DA FORMAÇÃO À PRESERVAÇÃO	22
1.4.2 O CORREDOR CULTURAL E OS BENS TOMBADOS E PRESERVADOS	34
1.4.3 O ENTORNO E AS APROPRIAÇÕES DO LUGAR	41
CAPÍTULO 2: FORMA E FUNÇÃO - QUADRAS NA APAC DO CORREDOR CULTURAL	44
2.1 A ESTRUTURAÇÃO MORFOLÓGICA DO TECIDO URBANO	44
2.2 A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES E SUA IMPORTÂNCIA PÚBLICA	50
2.3 AS QUADRAS E O ENTORNO	53
2.3.1 RELAÇÕES ESPACIAIS E FUNCIONAIS	53
2.3.2 OS ESPAÇOS EDIFICADOS	61
2.3.2 O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES	71
CAPÍTULO 3: ESTRATÉGIAS PARA A REVITALIZAÇÃO	78
3.1 POTENCIALIDADES DO LUGAR	78
3.2 A FORMA DE OCUPAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA	80
3.3 ESTUDOS DE REFERÊNCIA	88
3.3.1 REQUALIFICAÇÃO DO CHIADO, LISBOA, PORTUGAL - ÁLVARO SIZA VIEIRA	88
3.3.2 A SYMBIOTIC RELATION OF COOPERATIVE SOCIAL HOUSING AND DISPERSED TOURISM IN HAVANA VIEJA - IWO BORKOWICZ.	95
3.3.3 TIMMERHUIS, ROTTERDAM, HOLANDA - OMA	100
CAPÍTULO 4: TRANSFORMANDO AS QUADRAS: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	109
4.1 OS ESPAÇOS CONSTRUÍDOS <i>VERSUS</i> OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	109
4.1.1 O PARCELAMENTO E A OCUPAÇÃO	109
4.1.2 ACESSOS E LIGAÇÕES	111

4.2. OS ESPAÇOS CONSTRUÍDOS	116
4.2.1 USOS E FUNÇÕES	116
4.2.2 VOLUMETRIA	119
4.2.3 AS INTERVENÇÕES NAS EDIFICAÇÕES PRESERVADAS	121
4.2.4 AS FACHADAS	122
4.2.5 OS TIPOS DE UNIDADES RESIDENCIAIS	124
4.3 OS ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO DE USO PÚBLICO	125
4.3.1 A PEDESTRIZAÇÃO E O TRATAMENTO DE CALÇADAS	127
4.3.2 O MOBILIÁRIO URBANO	129
4.3.3 PRAÇA DO MASCATE E A PRAÇA “GENTIL CARIOCA”	129
4.4 PARÂMETROS PARA A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA	130
4.5. SÍNTESE DA INTERVENÇÃO – PLANO CONCEITUAL	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS	143

INTRODUÇÃO

O ambiente urbano é formado por paisagens naturais e construídas e também pelas formas de apropriação do lugar por seus habitantes e pela produção de valores de expressão cultural. Toda paisagem humana tem significado cultural, não importa quão comum a paisagem possa parecer. Ao longo do tempo, o espaço sofre transformações em seus aspectos morfológicos, funcionais e culturais, deixa fragmentos dos diferentes tempos e cria novas possibilidades de interpretação e de adequação ao modo de vida urbano contemporâneo.

O Corredor Cultural no Centro do Rio de Janeiro, local de importância histórica na evolução da Cidade, é uma Área de Proteção do Ambiente Cultural que propõe a preservação e valorização do patrimônio composto por edificações, ruas, praças, valores culturais e modos de vida. De acordo com o Guia das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APAC's elaborado pela Prefeitura:

Uma APAC é constituída de bens imóveis – casas térreas, sobrados, prédios de pequeno/médio/grande portes – passeios, ruas pavimentações, praças, usos e atividades, cuja ambiência em seu conjunto (homogêneo ou não), aparência, seus cheiros, suas idiossincrasias, especificidades, valores culturais e modos de vida conferem uma identidade própria a cada área urbana. (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Guia das APAC's nº 01, p.01).

A proposta deste estudo é oferecer, no âmbito da arquitetura e urbanismo, uma contribuição projetual, em nível conceitual, para a renovação da dinâmica urbana de um lugar de reconhecida importância para a Cidade, criando novas oportunidades de vivência e apropriação, novos usos que estimulem a sua ocupação permanente e que atraiam investimentos para a preservação do patrimônio existente.

O objetivo geral é a valorização dos espaços livres presentes no interior de quadras consolidadas pelo uso público e com novas funções adequadas às dinâmicas contemporâneas.

Tem-se como objetivos específicos:

- Identificar os **problemas** e as **potencialidades** do “miolo” de quadras consolidadas em área central histórica para possibilitar a definição das principais diretrizes de intervenção no espaço;
- Valorizar o conceito de **quadra “aberta”** em função do entendimento de suas perspectivas morfológicas, históricas e culturais;
- Estimular a **integração** do sistema de espaços livres, em especial do Centro da Cidade do Rio de Janeiro;
- Inserir **novas funções**, como a habitacional, que estimulem o uso permanente do espaço, evitando o esvaziamento do Centro à noite;

O objeto de estudo é o “miolo” de quadras consolidadas de valor patrimonial. Como estudo de caso adotam-se três quadras no Centro do Rio de Janeiro, em uma área conhecida como SAARA1. Para auxiliar na análise, os objetos foram identificados como Quadras A, B e C (Figuras 02 e 03). Essas quadras foram escolhidas por apresentarem características como:

- Estarem inseridas no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, local de importância histórica na evolução da Cidade e região reconhecida como Área de Proteção do Ambiente Cultural através do projeto do Corredor Cultural;
- Possuírem um conjunto de edificações preservadas pela legislação municipal por seu valor para a ambiência urbana;
- No caso da Quadra A, apresentar um bem tombado federal de uso residencial, o conjunto de habitação coletiva “Avenida Modelo”, que traz a discussão sobre o entorno de bens tombados e sobre o uso habitacional como instrumento de valorização dos centros históricos;
- Apresentarem lotes “vazios” e subutilizados que são áreas definidas como passíveis de renovação, reconhecendo a função social da propriedade do Estatuto da Cidade. Essa diversidade possibilita o estudo sobre as relações entre os objetos arquitetônicos de valor patrimonial e as inserções novas.
- Apresentarem grandes áreas livres no centro da quadra trazendo a discussão sobre a importância do espaço livre como qualificador do espaço edificado e como agente de renovação de ambientes urbanos de valor cultural e histórico.
- Serem próximas umas às outras possibilitando conexões e novos percursos.

Pensou-se, em um primeiro momento, em utilizar apenas uma quadra como objeto de estudo e intervenção, mas durante o processo de pesquisa, foi identificada a possibilidade de criar um percurso conectando essas quadras ao sistema de espaços livres da região, principalmente através do eixo da Rua da Constituição que conecta Campo de Santana e Praça Tiradentes. Entende-se que dessa forma, esse sistema poderá ser mais valorizado e potencializará a criação de novas movimentações e dinâmicas urbanas. A Quadra compreendida pelas ruas República do Líbano, Buenos Aires, da Constituição e Campo de Santana não foi incluída nesse percurso pois não há espaços livres existentes suficientes para que esse tipo de intervenção fosse possível. Evitou-se interferências em morfologias já muito consolidadas e de difícil intervenção.

¹ SAARA (Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega) é uma associação formada em 1962 pelos comerciantes da Rua da Alfândega, uma das mais antigas e movimentadas áreas comerciais da Cidade do Rio de Janeiro. A Associação tornou-se tão popular que passou a identificar todo o trecho do Centro do Rio compreendido pelas ruas dos Andradas, Buenos Aires, Alfândega e Praça da República.

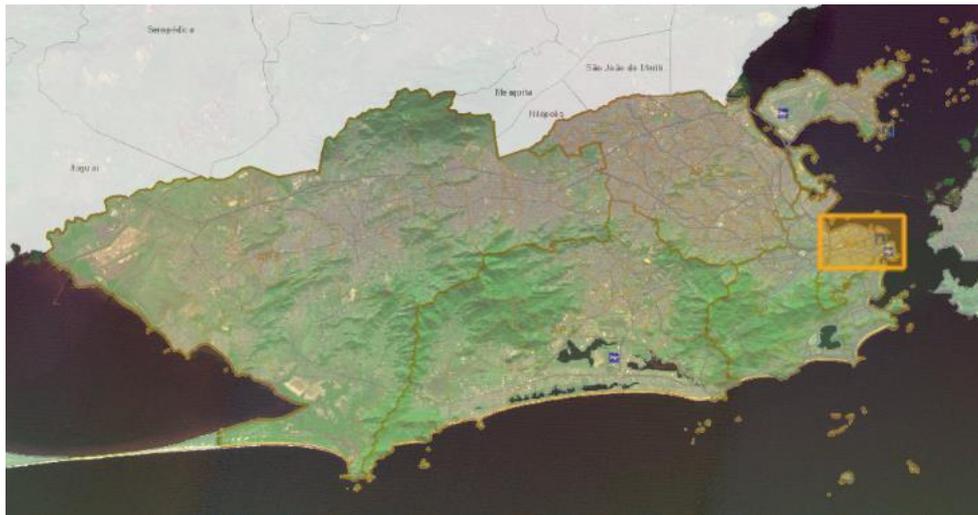
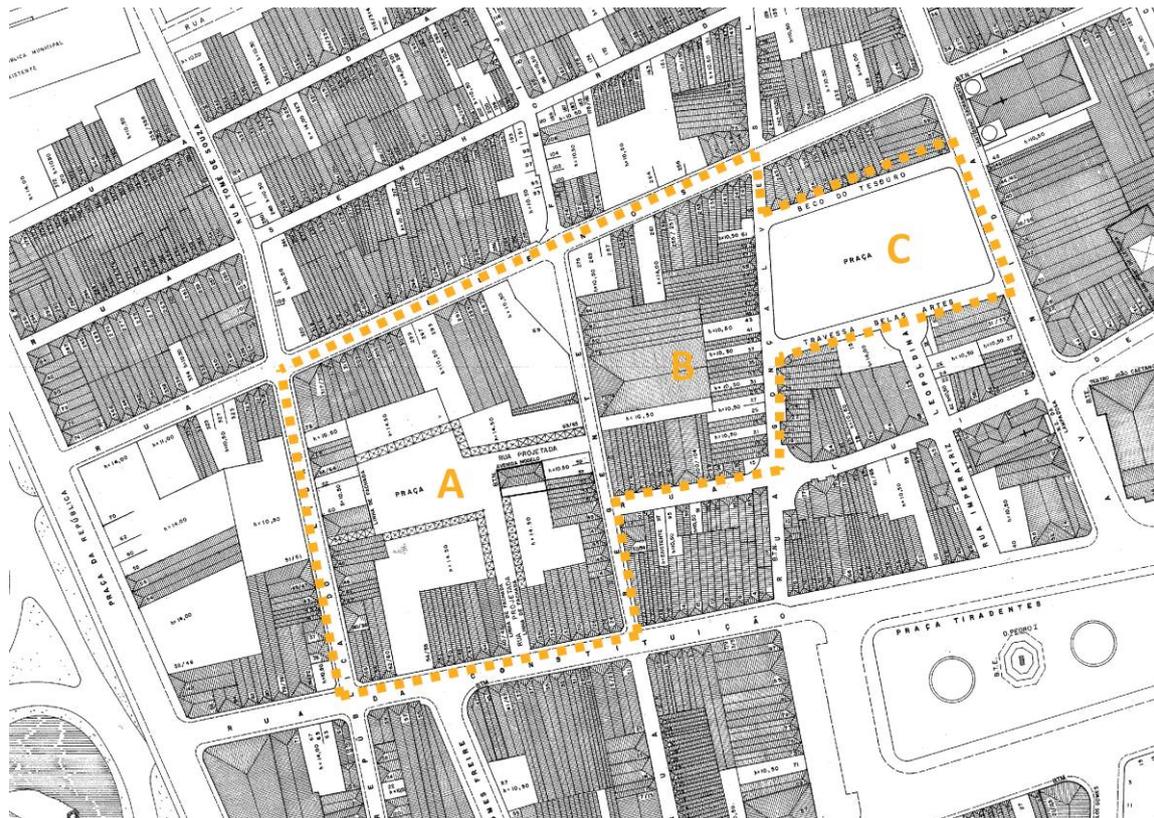


Figura 1: Localização da região central da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Google Earth (2016)



Figura 2: Localização das quadras objeto de estudo na região do centro do Rio de Janeiro conhecida como SAARA. Fonte: Google Earth (2016)

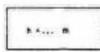


LEGENDA :



SUB-ZONA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL :

- SERÃO MANTIDAS TODAS AS CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS ARTÍSTICAS E DECORATIVAS QUE COMPÕEM O CONJUNTO DAS FACHADAS E COBERTURAS DOS PRÉDIOS EXISTENTES NA ÁREA, INCLUSIVE CLARABÓIAS E SUAS PROJEÇÕES E, RETIRADOS OS ELEMENTOS QUE COMPROMETEM A MORFOLOGIA ORIGINAL DAS EDIFICAÇÕES, TAIS COMO EMPACHAMENTOS E MARQUISSES;
- SERÃO PERMITIDAS MODIFICAÇÕES INTERNAS, DESDE QUE RESPEITEM A VOLUMETRIA ORIGINAL DOS IMÓVEIS E GARANTAM A ACESSIBILIDADE ÀS JANELAS E SACADAS DOS MESMOS;



SUB-ZONA DE RENOVAÇÃO URBANA :

- QUALQUER EDIFICAÇÃO A SER ERGUIDA, RECONSTRUÍDA OU REFORMADA, DEVERÁ OBEDECER A PROJETO INTEGRADO AO CONJUNTO ARQUITETÔNICO AO QUAL PERTENCE, RESPEITANDO AS ALTURAS MÁXIMAS DETERMINADAS NESTE P.A., A CONTAR DO MEIO-FIO EXISTENTE FRONTEIRO AO IMÓVEL.



BEM TOMBADO :

- B.T.M. - BEM TOMBADO MUNICIPAL
- B.T.E. - BEM TOMBADO ESTADUAL
- B.T.N. - BEM TOMBADO NACIONAL

— • — LIMITES DA ÁREA DO CORREDOR CULTURAL

Figura 3: Imóveis preservados, tombados e áreas de renovação com a marcação das quadras, objeto da intervenção.

Fonte: PAA 10.600/PAL 41.632 (Corredor Cultural)

Metodologicamente, num primeiro momento, desenvolvem-se as reflexões teóricas sobre paisagem cultural, memória e patrimônio e, posteriormente, desenvolvem-se estudos sobre sistema de espaços livres de uso público e sobre formas e funções de quadra. Paralelamente, as reflexões teóricas são investigadas no objeto do estudo de caso. Posteriormente, são avaliadas as potencialidades de novos usos, formas e a materialidade para a exequibilidade das intervenções. Por fim, é desenvolvida uma proposta conceitual em nível de estudo preliminar no campo da Arquitetura e Urbanismo, de modo interescalar.

A partir da delimitação da área de intervenção, foram definidos subtemas relacionados ao objeto de estudo para auxiliar na organização do material levantado, na definição de referenciais teóricos e na organização dos capítulos da dissertação (Figura 04).



Figura 4: Diagrama de desenvolvimento do projeto. Desenho da autora (2017).

Após a identificação dos principais temas relacionados ao objeto de estudo, a dissertação foi estruturada em quatro capítulos que reúnem as teorias estudadas, a identificação de valores e potencialidades do lugar, a definição de diretrizes de intervenção e a proposta conceitual de projeto como uma experimentação prática das reflexões teóricas realizadas.

Para realizar a reflexão proposta sobre a paisagem urbana e sobre as suas diversas formas de transformação, delimitou-se como entorno de estudo o perímetro formado pela Avenida Presidente Vargas, o Campo de Santana (Praça da República) e a Praça Tiradentes (Avenida Passos e Rua Visconde Marques de Rio Branco), importantes marcos do sistema de espaços livres da região central da Cidade (Figura 02).

Cada capítulo apresenta primeiramente o referencial teórico e em seguida a aproximação com o objeto de estudo a partir dos conceitos estudados e das análises realizadas no local.

O primeiro capítulo, intitulado **Paisagem cultural e memória**, apresenta os conceitos de paisagem e a sua importância como representação da cultura e como registro dos diversos momentos e transformações de uma sociedade, com destaque para autores como Meinig (1979), Lepetit (2001) e Santos (2006). Num segundo item, são analisados os processos de construção de memória, sua relação com as cidades, o conceito de Patrimônio e a criação dos instrumentos de preservação. Para isso, foram utilizados autores como Jacques Le Goff (1990), que fala sobre memória e história, Pierre Nora (1984), que disserta sobre o lugar de memória, e Aldo Rossi (1995), Henri Pierre Jeudy (2005) e Françoise Choay (2006) que falam sobre memória, cidade e preservação. As Cartas Patrimoniais também foram documentos importantes para o desenvolvimento dessa análise. E, por fim, as novas teorias da restauração

através de Vinãs (2004) e Mason (2004) que trazem discussões atuais sobre o tema da preservação do Patrimônio e da significância Cultural. O terceiro item do capítulo analisa a importância da relação entre função e preservação e os tipos de diálogo existentes entre os objetos arquitetônicos de valor patrimonial e as novas inserções arquitetônicas através do trabalho de autores como Cyro Lyra (2005) sobre uso e preservação e de Beatriz Kuhl (2008) sobre a relação entre formas antigas e novas. A parte final do capítulo se dedica ao entendimento do objeto de estudo como área de interesse de proteção do ambiente cultural a partir das definições do projeto do Corredor Cultural e das perspectivas históricas, ambientais e culturais desse espaço.

O segundo capítulo, **Forma e função - uma quadra na APAC do Corredor Cultural**, foi estruturado buscando compreender as características do espaço urbano, suas formas, funções e significados. Para isso, foram utilizados autores como Rob Krier (1979) com seus estudos de morfologia e tipologia, Kevin Lynch (2011) com os elementos estruturantes da imagem da cidade. Em um segundo item, é analisado o conceito do sistema de espaços livres e a sua importância pública, com destaque para autores como Magnoli (2006), Tângari (2005) e Tardin (2008). Após as análises teóricas, é feita uma aproximação da área de estudo buscando compreender a sua estrutura e seus processos de transformação a partir do entendimento de seus contextos morfológico, funcional e normativo. Essa parte do capítulo trata da percepção sobre as quadras, de como os espaços se relacionam, quais os tipos e a natureza dos espaços livres públicos, as hierarquias, as relações de massas, os espaços de circulação e de permanência.

O terceiro capítulo, **Estratégias para a revitalização**, sintetiza as principais características da área, suas potencialidades e problemas, a partir das reflexões realizadas com base nos levantamentos de dados coletados em campo e nas discussões teóricas realizadas. A partir desse entendimento, são apresentadas as principais estratégias e diretrizes para a intervenção nesse espaço, sua estrutura fundiária e forma de ocupação. São realizadas também análises de estudos de referência, com conceitos de morfologia, implantação e funcionalidade que podem contribuir para as reflexões sobre o objeto de estudo e para as propostas de intervenção. É o caso do projeto de requalificação da área sinistrada do Chiado em Lisboa, projeto de Álvaro Siza, do projeto de Iwo Borkowicz que une habitação social cooperativa e Turismo na Havana histórica em Cuba e do projeto do OMA – Office for Metropolitan Architecture para um edifício híbrido que ocupa uma quadra no centro de Rotterdam.

O quarto capítulo, denominado **Transformando as quadras: uma proposta de intervenção**, conclui o trabalho com o projeto conceitual de intervenção para a área. A intenção é responder perguntas como por exemplo: Como reativar esse local e atrair novas dinâmicas urbanas? Como valorizar e proteger o Patrimônio existente? Como criar novas conexões e apropriações do espaço? Essa parte da dissertação apresenta o programa proposto para a área, seus principais conceitos e a sua forma de espacialização.

1.1 A PAISAGEM CULTURAL

Paisagem é um termo atraente, importante e ambíguo.

D. W. Meinig, 1979, tradução nossa.

Ao estudar o espaço das cidades, podemos perceber que a paisagem urbana é composta por diversos elementos, naturais e construídos, e também pelas formas de apropriação do lugar por seus habitantes e pela produção de valores de expressão cultural. Paisagem é mais do que a extensão territorial que a nossa vista alcança, pois, seu conceito não se prende somente à dimensão física. Segundo o geógrafo americano Donald William Meinig (1979), paisagem é um termo atraente e importante pois carrega diferentes conotações ambientais, ecológicas, artísticas, sociais e culturais. A paisagem está relacionada a diversos aspectos mas nunca é limitada apenas por eles. É um termo usado por cientistas, geógrafos, arquitetos, urbanistas, artistas e historiadores possuindo, portanto, uma dimensão multidisciplinar. E é também um termo polissêmico exatamente por ser usado por diferentes pessoas e para diferentes propósitos, reunindo diferentes significados.

Neste trabalho abordamos reflexões sobre o espaço urbano e nos interessa o entendimento da paisagem em suas perspectivas físicas, históricas e culturais e como as diversas formas de intervenções espaciais alteram a paisagem. Destaca-se a importância da paisagem como representação da cultura e como registro de uma sociedade em seus diversos momentos. “Nossa paisagem humana é nossa autobiografia inconscientemente escrita, refletindo nossos gostos, valores, aspirações, e até nossos medos, de forma tangível e visível.” (LEWIS. In: MEINIG, 1979, p.12, tradução nossa)

Trata-se de uma grande exibição das consequências das transformações ocorridas no espaço ao longo do tempo e de uma grande fonte de dados sobre os valores de uma sociedade. De acordo com D. W. Meinig:

Consideramos todas as paisagens como simbólicas, como expressões de valores culturais, comportamentos sociais, e ações individuais trabalhadas em determinadas localidades ao longo de um período de tempo. Cada paisagem é uma acumulação e seu estudo pode ser entendido como história, definindo metodologicamente a construção da paisagem desde o passado até o presente. (MEINIG, 1979, p.06, tradução nossa).

Os tempos da cidade podem ser fortemente demarcados, mas esses diversos fragmentos não são vistos de forma separada, eles convivem e se relacionam na paisagem urbana de um determinado momento. “A cidade não dissocia: ao contrário, faz convergirem, num mesmo tempo, os fragmentos de espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado.” (LEPETIT, 2001, p.141)

A cidade está em constante reatualização, com mudanças de sentido de formas antigas e reinterpretação de estruturas espaciais e sociais. Os elementos da paisagem urbana, a morfologia, os usos e as formas de articulação entre os espaços estão em constante transformação. Segundo Bernard Lepetit, “As sociedades urbanas não se alojam em conchas vazias encontradas por acaso: procedem continuamente a uma reatualização e a uma mudança de sentido das formas antigas. Elas as reinterpretam.” (LEPETIT, 2001, p. 147)

No campo da Arquitetura e Urbanismo, podemos atuar na paisagem de forma direta através de projetos e obras ou de forma indireta com a criação de leis e regulamentos que irão moldar o espaço urbano. Antes de realizar essas ações, é importante ler e entender a paisagem sobre a qual se pretende intervir em todas as suas dimensões físicas, simbólicas, históricas e culturais. Nesse campo de atuação, é necessário articular as múltiplas relações espaciais em diversas escalas, os diversos tempos e os diferentes atores sociais que atuam no espaço, pois a construção e o desenho da paisagem afetam diretamente a vida dos que habitam um determinado lugar.

O desenho da paisagem tem impacto direto nos sentidos e sentimentos humanos. O corpo reage irrefletidamente a atributos arquitetônicos básicos tais quais enclausuramento e exposição, verticalidade e horizontalidade, massa, volume, espaço interno e iluminação. (TUAN, In: MEINIG, 1979, p.99, tradução nossa).

Paisagens são capazes de estimular nossas emoções e sentidos através de seus marcos e símbolos. De acordo com David Sopher (1979), imagens, cheiros e sons são elementos da paisagem que estimulam a memória dos indivíduos e que ajudam a criar a sensação de pertencimento (MEINIG, 1979, p. 144). Kevin Lynch (1960) indica que os elementos móveis da cidade, em especial as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto os elementos físicos que compõem a paisagem. “Não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele” (LYNCH, 1960, p.02). O entendimento de uma paisagem também é influenciado pela leitura e interpretação do observador. “A paisagem é definida pela nossa própria visão e interpretada pelas nossas mentes. É um panorama que muda continuamente enquanto nos movemos ao longo do nosso percurso.” (MEINIG, 1979, p. 03, tradução nossa). Meinig (1979) indica essa leitura através da visão mas entendemos que uma paisagem é lida e interpretada através de diversos sentidos incluindo audição, olfato, tato e até paladar.

Para o geógrafo brasileiro Milton Santos (2006), Paisagem e espaço não são sinônimos. Segundo o autor, a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. Já os espaços são essas formas mais a vida que as anima (SANTOS, 2006, p. 66). A paisagem como herança existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. Santos (2006) mostra que essa característica de acumulação de diferentes tempos transforma a paisagem em precioso instrumento de

trabalho. O seu caráter de palimpsesto permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto. Os fragmentos de sucessivos passados, quando interpretados, representam a história escrita pela sociedade de tempo em tempo. E a função da paisagem atual será dada por sua confrontação com a sociedade atual. “A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais.” (SANTOS, 2006, p.69)

Pensando nas formas de representação e de análise da paisagem cultural urbana, os mapas são considerados instrumentos úteis, mas não podem ser considerados suficientes. Muitas vezes as imagens e desenhos mostram de forma mais clara os principais elementos que compõem e caracterizam um ambiente. Como menciona Meinig, as paisagens precisam ser visualizadas, se não for possível pelos próprios olhos, pelos melhores meios possíveis. Neste trabalho, a representação e análise da paisagem estudada é feita com a combinação de mapas, fotos e desenhos feitos a partir das experiências obtidas pela autora ao longo da pesquisa. Todo o material da pesquisa é gerado a partir de informações obtidas em fontes bibliográficas primárias e em visitas de campo, que permitem a percepção do lugar pela autora, não somente de modo visual, mas através de todos os sentidos, entendendo que esta percepção não é desprovida de filtros culturais. Nesse processo de leitura da paisagem, é importante também que os dados extraídos sejam sempre colocados no contexto histórico apropriado para que possam ser interpretados corretamente.

1.2 A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA E OS INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO

A paisagem cultural nos mostra fragmentos dos diferentes tempos e valores de uma sociedade e participa da construção das memórias. O que configura, então, essa cultura que se reflete na paisagem que habitamos? Segundo o dicionário brasileiro², cultura significa o “conjunto de conhecimentos, costumes, crenças, padrões de comportamento, adquiridos e transmitidos socialmente, que caracterizam um grupo social.”

Esses elementos são capazes de conferir identidade a um determinado grupo mas, ao mesmo tempo, a cultura é dinâmica, acumulativa e adaptável assim como seus reflexos na paisagem urbana. No campo da preservação do Patrimônio Cultural, segundo as definições da Carta de Burra (ICOMOS, 1980):

Significação cultural significa **valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras**. O significado cultural está incorporado no próprio local, nos seus **elementos materiais, estrutura, usos, associações, significados, registros, sítios relacionados**

²Dicionário Michaelis online. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=cultura>
Acesso em fevereiro de 2017.

e objetos relacionados. Os lugares podem ter uma diversidade de valores para diferentes indivíduos ou grupos. (ICOMOS, 1980, p.01, tradução nossa, grifo nosso).

A conceito de patrimônio está relacionado à cultura e a também à memória de uma determinada sociedade. De acordo com o historiador Jaques Le Goff, “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” (LE GOFF, 1990, p.224).

A memória conserva informações que são capazes de nos remeter ao passado, mas a memória não é estática, pelo contrário, está sempre se transformando junto com os espaços e com a sociedade. De acordo com o historiador francês Pierre Nora (1993):

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em **permanente evolução**, aberta à dialética da lembrança do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações [...] **A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente** (NORA, 1993, p.09, grifo nosso).

Os lugares e o patrimônio estimulam a memória das pessoas e essa memória necessita, portanto, de pontos de referência. O espaço urbano, palco das relações sociais, se tornou fonte de memória coletiva para seus habitantes. E o patrimônio histórico edificado é reconhecido como documento da história e identidade cultural de uma sociedade.

Rossi (1966), ao tratar da cidade como história, destaca o método histórico sob dois pontos de vista diferentes: o primeiro estuda a cidade como fato material, como artefato que conserva vestígios do tempo nas construções e o segundo mostra a história como estudo do próprio fundamento dos fatos urbanos e da sua estrutura. Concerne “diretamente não apenas à estrutura material da cidade, mas também à ideia que temos da cidade como síntese de uma série de valores. Concerne à imaginação coletiva.” (ROSSI,1995, p. 194). Esse conceito de memória coletiva dá sentido à valorização e conservação de tecidos urbanos históricos. Segundo o autor:

[...] **a própria cidade é a memória coletiva dos povos**; e como a memória está ligada a fatos e a lugares, a cidade é o “locus” da memória coletiva. Essa relação entre o “locus” e os cidadãos torna-se, pois, a imagem predominante, a arquitetura, a paisagem; e, como os fatos fazem parte da memória, novos fatos crescem juntos na cidade. Nesse sentido, de todo positivo, as grandes ideias percorrem a história da cidade e a confrontam. (ROSSI,1966, p. 198, grifo nosso).

Nora (1993) traz o conceito de ‘lugares de memória’ e diferencia a memória verdadeira, “hoje abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmite os saberes [...]”, do que chama de memória transformada por sua passagem em história, “que é quase o contrário:

voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante. ” A principal diferença é que essa memória transformada é arquivística, precisa se apoiar no concreto, no registro, na imagem visível. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos [...]” (NORA, 1993 p.14). O autor diz ainda que:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p.13).

Nesse sentido, o filósofo e sociólogo francês Henri Pierre Jeudy (2005) disserta sobre o que chama de ‘dever de memória’ e de uma necessidade moral de rememoração. “Não temos mais a liberdade de esquecer pois isso seria um crime. Esquecer é ocultar, tal seria a nova regra de uma boa gestão de memórias. Censuramos as gerações que nos precederam por terem tão facilmente esquecido” (JEUDY, 2005, p.15). Para ele, a preservação se tornou globalizada, com estratégias de marketing genéricas e de um certo exibicionismo cultural, tornando as cidades cada vez mais uniformes e padronizadas. Jeudy (2005) mostra que temos que questionar de forma mais complexa a nossa relação com a memória, com a conservação patrimonial e com o modo como intervimos nas cidades contemporâneas.

Para Jeudy, a cidade se tornou o principal alvo dos cuidados patrimoniais e por esta razão passou a sofrer cirurgias plásticas ou liftings. Sua restauração permanente é o espelho atual do porvir das sociedades contemporâneas. A conservação patrimonial, muitas vezes obsessiva, **corre o risco de petrificar a própria cidade**, que se transforma assim em um museu de si mesma. E prevalece o princípio da **reflexividade**: princípio por excelência da gestão urbana, baseado na ideia de que uma sociedade tem melhores condições de gestão quando se vê refletida em seu próprio espelho. Espelho este que seria tanto das cidades quanto das sociedades contemporâneas (JACQUES In: JEUDY, 2005, p.10, grifo nosso).

Assim como o conceito de memória, a própria noção de patrimônio também se transformou e se transforma ao longo dos anos com as mudanças de pensamento e de valores da sociedade. Hoje, o Patrimônio Cultural inclui elementos tangíveis e intangíveis, bens isolados, conjuntos, áreas de entorno e até cidades inteiras. Mas durante muito tempo, a cidade não existia como objeto patrimonial autônomo. Françoise Choay (2006) demonstra que há uma distância de aproximadamente quatrocentos anos entre a invenção do monumento histórico e a da cidade histórica. As primeiras noções de patrimônio urbano histórico nascem na Inglaterra com John Ruskin na década de 1860, visto o valor que o autor atribuía à

arquitetura doméstica, constitutiva da malha urbana. Para ele, essa malha, estrutura urbana, é a essência da cidade, o que faz dela um objeto patrimonial intangível, que deve ser protegido incondicionalmente (CHOAY, 2006, p. 180). Choay cita também a importância da obra teórica e prática do italiano G. Giovannoni (1873-1943) que “atribui simultaneamente um valor de uso e um valor museal aos conjuntos urbanos antigos, integrando-os numa concepção geral da organização do território” (CHOAY, 2006, p. 194). A autora destaca ainda que o termo “Patrimônio urbano”, foi nomeado pela primeira vez por Giovannoni, e “adquire seu sentido e valor não tanto como objeto autônomo de uma disciplina própria, mas como elemento e parte de uma doutrina original da urbanização.” (CHOAY, 2006, p. 195).

Segundo Choay (2006), o autor italiano funda uma doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano a partir de três grandes princípios: todo fragmento urbano deve ser integrado num plano diretor local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente; o conceito de monumento histórico não pode designar um edifício isolado, separado de seu contexto, e, assim como os monumentos, necessitam de procedimentos de preservação e restauração que respeitem sua escala, morfologia e as relações originais do ambiente. As suas teorias antecipam as diversas políticas de proteção de áreas urbanas desenvolvidas na Europa a partir dos anos 1960. Enxerga-se assim o valor do conjunto e não apenas de um monumento isolado.

As Cartas Patrimoniais, documentos que organizam conceitos, diretrizes e ações dentro do tema da preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, também mostram as transformações de pensamentos e valores e a inclusão dos ambientes urbanos como objeto de significação cultural e valor patrimonial. Em 1964, a Carta de Veneza apresenta uma ideia abrangente de monumento histórico:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como **o sítio urbano ou rural**, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes criações, mas também às **obras modestas do passado** que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (ICOMOS, 1964, p. 01, grifo nosso).

Essas chamadas obras modestas e os conjuntos urbanos tiveram seu valor reconhecido e passaram a ser consideradas importantes testemunhos para a compreensão da evolução das cidades e das transformações culturais de uma sociedade. Como produto da atividade humana, a obra de arte, nesse caso a obra arquitetônica isolada ou em conjunto, apresenta uma “dúplice instância: a instância estética que corresponde ao fato basilar da artisticidade pela qual a obra de arte é obra de arte; a instância histórica que lhe compete como produto humano realizado em um certo tempo e lugar e que em certo tempo e lugar se encontra” (BRANDI, [1963] 2014, p.29).

A Declaração de Amsterdã em 1975 também contribui nesse sentido pois mostra o conceito de conservação integrada, “o resultado da ação conjugada das técnicas de

restauração e da pesquisa de funções apropriadas” (1975, p.03). O documento também reforça que:

Durante muito tempo só se protegeram e restauraram os monumentos mais importantes, sem levar em conta o ambiente em que eles se inserem. Ora, eles podem perder uma grande parte do seu caráter se esse ambiente é alterado. Por outro lado, os conjuntos, mesmo que não disponham de edifícios excepcionais, podem oferecer uma qualidade de atmosferas produzidas por obras de arte diversas e articuladas. É preciso conservar tanto esses conjuntos quanto aqueles. São estes conjuntos que importa também conservar como tais. O patrimônio arquitetônico dá testemunho da presença da história e de sua importância em nossa vida (CONGRESSO SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EUROPEU, 1975, p.02).

Em 1975, a UNESCO organiza, em Nairóbi, a Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente cotidiano dos seres humanos e são testemunhos da diversidade das criações culturais. Defende um tratamento não museal das malhas urbanas e alerta sobre os perigos da uniformização e da despersonalização. Segundo Choay, nesse documento:

“[...] pela primeira vez, a conservação viva dos conjuntos antigos é apresentada como um meio de lutar não apenas pela proteção de particularismos étnicos e locais, mas também contra o processo planetário de banalização e estandardização das sociedades e de seu meio (CHOAY, [1925] 2006, p. 223).

Esse pensamento vai de encontro às reflexões de Henri-Pierre Jeudy (2005) sobre a “espetacularização das cidades” que questionam a noção de patrimônio urbano atual e a representação simbólica das cidades contemporâneas.

No Brasil, durante muito tempo o principal instrumento de proteção do patrimônio cultural era o tombamento, instituído pelo Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Em seu artigo primeiro, esse documento decreta que:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer **por seu excepcional valor** arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (República dos Estados Unidos do Brasil, 1937, p.01, grifo nosso).

Durante muito tempo, protegiam-se os bens culturais singulares, de valor excepcional. Não era atribuído valor para os espaços urbanos e para as chamadas obras modestas e domésticas. De acordo com Lima (2007), no Brasil:

Até os anos 1960, a ideia que se fazia da arquitetura como patrimônio cultural era ortodoxa e calcada sobre conceitos estratificados na fase “heróica” do IPHAN, onde as estéticas colonial, barroca, neoclássica e do Movimento Moderno representavam sólidos modelos. Imóveis ecléticos, art-nouveau e protomodernos eram ignorados e derrubados (LIMA, 2007 p.80).

As mudanças de pensamento e a valorização da proteção de conjuntos históricos tradicionais também se refletem no Brasil. No Rio de Janeiro, o Município criou no fim dos anos 1970 um instrumento de proteção para o ambiente urbano, conjugando preservação e desenvolvimento, e assim definiu o termo Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC.

A criação das APACs teve início com a Preservação Paisagística e Ambiental do Centro da Cidade do Rio de Janeiro através do Projeto do Corredor Cultural, definido pela Lei municipal nº 506 de 17 de Janeiro de 1984 que depois foi revisada e reformulada pela Lei Nº 1.139 de 16 de dezembro de 1987. Nessa ocasião, o Centro do Rio de Janeiro já possuía características básicas como “a fragmentação do espaço urbano, uma verdadeira colagem de prédios de várias décadas diferentes, alturas e tipologias diferenciadas; grande concentração de bens tombados pelo IPHAN, em especial igrejas dos períodos barroco e neoclássico, bem como várias obras do Movimento Moderno.” (LIMA, 2007 p.80). O projeto do Corredor Cultural propõe a proteção dos imóveis que não haviam sido destruídos durante os processos de renovação urbano ocorridos, principalmente, nas décadas de 1950 a 1970. As APACs, de uma forma geral, propõem o reconhecimento dos valores individuais, de conjunto e de ambiência da arquitetura e do espaço urbano. A legislação estabelece os bens preservados, que devem ter fachadas, cobertura, volumetria e elementos arquitetônicos relevantes mantidos, e as áreas passíveis de renovação em que os imóveis poderão ser até completamente modificados e substituídos desde que respeitem a ambiência preservada do conjunto. Dessa forma, as leis das APACs estabelecem novos parâmetros urbanos para os locais protegidos como por exemplo gabarito, usos adequados e condições de parcelamento do solo.

Augusto Ivan de Freitas Pinheiro (2002), arquiteto e urbanista coordenador do projeto do Corredor Cultural, mostra que o objetivo do projeto não era atribuir qualidade especial a um imóvel separadamente, por mais que ela pudesse existir, mas sim ao conjunto. A importância daquelas edificações era mais em função do valor ambiental que elas proporcionavam para a qualidade do espaço urbano.

O projeto Corredor Cultural, de iniciativa da prefeitura do Rio, surgiu em 1979, para proteger um importante acervo arquitetônico, histórico e ambiental do Centro da cidade, num contexto em que a maioria das pessoas pensava que a antiga capital não guardava mais nenhum patrimônio, além do que já havia sido tombado pelos órgãos federal e estadual. O que existia eram apenas casas velhas e sem interesse, fadadas à demolição e ao desaparecimento. Esse era mais ou menos o cenário das discussões. O principal conjunto que se identificou naquele momento como importante de se proteger — depois iríamos descobrir que a cidade possuía muitos outros —, o reduto mais

ameaçado, que corria mais riscos de desaparecer, era o conjunto arquitetônico do Centro do Rio, que não se poderia chamar, do ponto de vista de uma análise mais rígida, de Centro Histórico clássico, na visão europeia, na medida em que havia sido muito transformado e encontrava-se razoavelmente fragmentado. (PINHEIRO, 2002, p.142)

O Corredor Cultural começou como um projeto muito mais de planejamento urbano do que de patrimônio histórico, até por uma questão prática pois o projeto, conforme descreve Augusto Ivan, foi iniciado na Secretaria de Planejamento e sem os instrumentos tradicionais da proteção, que eram o tombamento e as áreas de tutela. No Rio, o projeto se utilizou dos instrumentos do zoneamento e do uso e ocupação do solo, disponíveis dentro de um órgão mais acostumado a lidar com as estruturas urbanas e a dinâmica urbana.

Augusto Ivan ressalta a importância da multidisciplinaridade do percurso e da riqueza das discussões entre as diversas pessoas que participaram da elaboração do projeto. Era necessário um diálogo entre o ambiente, a atmosfera e a poesia que as cidades possuem, e o espaço concreto tridimensional, para o qual era necessário apresentar soluções técnicas, resolver os problemas existentes e preservar com os instrumentos legais disponíveis. De um lado, a visão técnica, mais pragmática, arquitetônica, dos planejadores que estão mais acostumados a ver a cidade como superfícies e volumes de uma maneira geral. De outro lado, uma visão mais fluida, da cidade como espaço de vivências e sentidos, mais simbólica, portanto. (PINHEIRO, 2002, p.145)

O autor cita que além de discutir a questão da proteção do patrimônio histórico sob o foco da importância histórica e artística, era fundamental ter um olhar também sob o ponto de vista da vida cotidiana e da memória dos cidadãos. Especificamente sobre o caso do SAARA, o autor destaca a importância cultural dos habitantes tradicionais daquela região.

Por exemplo, os árabes e os judeus na Saara (região da rua da Alfândega e arredores) tiveram um papel importante na seleção daquele espaço como zona a ser protegida. Ali, o preponderante foram os aspectos étnicos, digamos. Preservar o sítio urbano que recebeu os primeiros imigrantes árabes e judeus, chegados ao Rio no início do século XX, talvez o único lugar no mundo em que árabes e judeus repartiram o mesmo espaço sem nunca brigar. Dividem comunitariamente a área. Só correm o risco, hoje, de perdê-la para os chineses e coreanos, que vêm invadindo aquele espaço mais recentemente e devem trazer uma modificação muito grande para a região. (PINHEIRO, 2002, p.146)

Outro instrumento importante para o projeto do Corredor Cultural foi a adoção de incentivos fiscais para estimular a conservação dos prédios preservados. A prefeitura passou a dar isenção de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) para o imóvel que era considerado apto, por estar bem conservado. Houve um aumento expressivo no número de licenciamentos de obras após a adoção desse instrumento de incentivo.

Segundo o órgão municipal de proteção do Patrimônio no Rio de Janeiro, “a APAC não é um instrumento saudosista, mas culturalista, acumulativo, permitindo que novos valores e significados possam ser agregados à identidade urbana, promovendo a dinâmica vital da cidade” (SILVA in: Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH, 2012, p.01)

Atualmente, o Rio de Janeiro possui bens tombados pelas três esferas de proteção do Patrimônio Cultural: Federal através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Estadual através da Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC e Municipal com o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH. E possui também 33 áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APACs que são regulamentadas pelo Município.

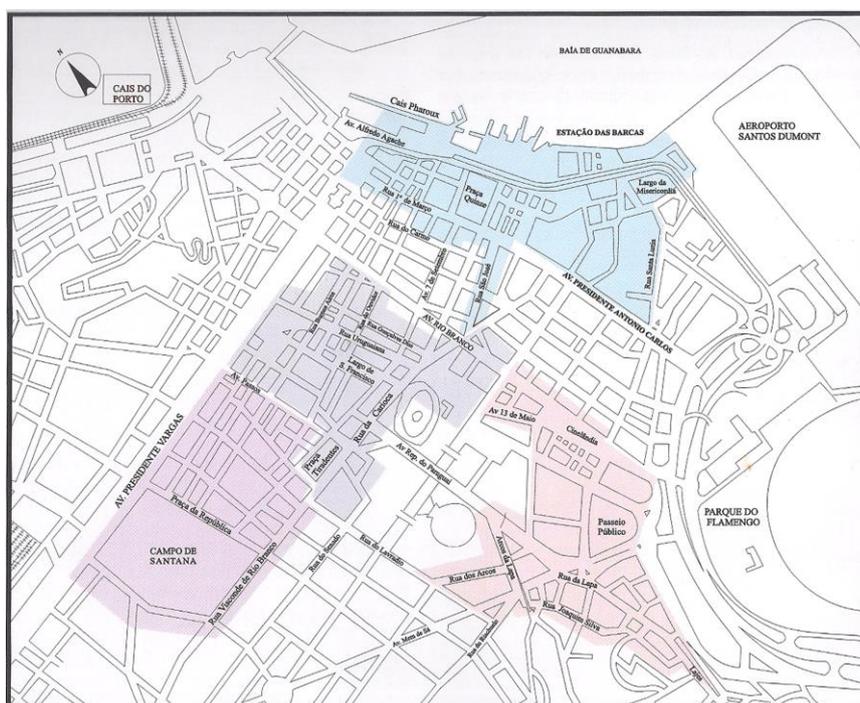


Figura 5: Limites do Corredor Cultural. Fonte: RIOARTE/IPLANRIO. Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural. 4 ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002

Essas experiências mostram que, além de entender o valor patrimonial de conjuntos e cidades, e não apenas de um bem isolado, é importante também voltar o olhar, antes direcionado à materialidade do objeto, para o significado e para a função desse objeto dentro dos seus grupos de pertencimento. E as atuais complexidades sociais da globalização, as recentes transformações culturais, migrações e conflitos no mundo nos levam a questionar a leitura tradicional tão baseada na matéria e a procurar uma maior, a conexão do patrimônio com a questão social tão presente nos dias de hoje.

Segundo Randall Mason (2004), o conceito da Significância Cultural é extremamente importante para as Práticas de preservação patrimonial. O autor destaca que o campo profissional do Patrimônio colocou tradicionalmente muita ênfase na matéria, deixando um

pouco de lado a conexão entre matéria e memória, mas que uma visão alternativa tem ganhado força nos últimos tempos.

A significação é como uma expressão cultural e deve-se esperar que ela se transforme, que seja multivalente e dependa do tempo, lugar e de outros diversos fatores. A teoria de preservação tradicional não lida com essa realidade e, segundo Mason, ela precisa ser revista para incluir as mudanças culturais e os processos sociais, as forças que movem o conceito de significado (MASON, 2004, p.65) O novo pensamento de preservação reconhece que a significância é produzida, não encontrada. Ela é socialmente construída.

O autor coloca como possibilidade para o trabalho da preservação de bens culturais a utilização de uma teoria da Preservação Centrada nos Valores como uma alternativa ao pensamento centrado na matéria (MASON, 2004, P. 68. Tradução nossa).

As teorias de preservação centradas nos valores alteram o equilíbrio, dando prioridade às memórias, ideias e outras motivações sociais que impulsionam o desejo de preservar fisicamente o ambiente construído. A ideia básica é que as decisões sobre a preservação são baseadas nas pessoas, instituições e grupos que fazem os valores dos ambientes construídos. (MASON, 2004, P. 68. Tradução nossa).

Dentro dessas novas práticas de preservação patrimonial, Salvador Muñoz Viñas (2004) mostra que as teorias clássicas de patrimônio podem ser consideradas limitadas para o escopo atual da cultura pois grande parte das intervenções em bens culturais eram centradas com prioridade em valores estéticos e científicos. “A restauração se ocupa de muitas coisas e restringi-las a obras de arte é uma simplificação excessiva” (VIÑAS, 2004, p. 28, tradução nossa). Ele mostra que os motivos que levam a restauração de um patrimônio podem se relacionar a outros valores além do histórico e do artístico, podendo ser também simbólicos, antropológicos, religiosos, sentimentais, que não podem ser apreendidos ou quantificados mediante conhecimentos científicos (VIÑAS, 2004, p. 129).

O autor indica também a necessidade de preservação de modo mais democrático para atender a um número maior de usuários, colocando o diálogo, a participação e a multidisciplinaridade como elementos fundamentais. Qualquer indivíduo afetado pela alteração de um símbolo tem não só o direito, mas também motivos e autoridade para opinar a respeito. “A ética contemporânea da restauração pretende contemplar o maior número possível de formas de entender o objeto e atender equilibradamente a todas as suas funções: não apenas as que cumpre para os especialistas, mas também as que cumpre para o restante dos usuários, para o seu público” (VIÑAS, 2004, p. 162, tradução nossa).

1.3 PATRIMÔNIO: NOVAS FORMAS E NOVOS USOS

Sob a perspectiva morfológica dos espaços urbanos de valor patrimonial, a Carta de Cracóvia (2000) menciona que os edifícios que compõem o tecido urbano histórico são elementos definidores da forma e da continuidade urbana e por isso são importantes para a unidade da cidade.

Os edifícios que constituem as zonas históricas podendo não se destacar pelo seu valor arquitetônico especial, devem ser salvaguardados como elementos de continuidade urbana, devido às suas características dimensionais, técnicas, espaciais, decorativas e cromáticas, elementos de união insubstituíveis para a unidade orgânica da cidade. (IGESPAR, Carta de Cracóvia, 2000, p.03)

Inserir novas formas em contextos históricos é sempre um exercício projetual complexo e que deve ser fundamentado em uma profunda análise do preexistente. Beatriz Kuhl (2008) propõe a discussão sobre a questão da legitimidade da presença da arquitetura contemporânea em contextos históricos e a relação entre o antigo e o novo em projetos de restauração e mostra que esse assunto tem sido debatido por diversos autores ao longo da história. Dentre os autores analisados por Kuhl, destacamos Roberto Pane que considera que, se existe uma estratificação histórica na cidade, não há porque negar esse direito também ao presente, desde que a inserção de uma nova arquitetura seja feita com a análise do ambiente como uma obra coletiva e não como simples elementos isolados. Ele contesta a ideia de ter centros históricos intocáveis pois isso nega a possibilidade de continuidade da cultura e a convivência entre o passado e o presente. E defende o uso da criatividade como parte integrante do tecido histórico, que deve ser visto como uma área viva da cidade.

Kuhl mostra que é possível analisar o assunto a partir de diversos pontos de vista, mas sempre no campo da cultura, e com o tema central da discussão sobre se é lícito ou não a inclusão de uma arquitetura nova em centros históricos. Quando é considerada pertinente, examina-se de que forma deve ser feita a intervenção, sempre considerando os aspectos estéticos e históricos. E, assim, coloca a pergunta sobre o que fazer quando há necessidade de inserir um elemento novo em um contexto histórico. Como se deve operar nesses casos? Defende que:

As soluções podem ser as mais variadas e sempre dependerão das características do próprio ambiente e das obras que o compõem; ou seja, é essencial pensar a questão como restauro urbano, perscrutando a relação com as edificações e a estruturação urbana existentes. (KUHL, 2008, p.163)

A autora mostra três principais tendências apontadas por Miarelli Mariani (1993) para enfrentar a questão: manter os espaços sem construção, mas com tratamentos adequados; buscar a unidade de leitura do organismo, mas sem buscar reconstruções literais; ou com a

realizações de obras completamente contemporâneas. Em todos os casos, é sempre necessário fazer uso da criatividade e deve-se buscar um diálogo com o existente sem trabalhar com imitações. Ela considera necessário ter sempre em mente os preceitos fundamentais da restauração, mínima intervenção, re-trabalhabilidade e distinguibilidade e o modo de articulação entre o novo e o antigo podem ter formas variadas. Beatriz cita o conselho de G. Carbonara (1978) de buscar a estrutura e não a letra da obra, interpretando a “forma formante” e não imitando a “forma formada”. Essas análises podem ser interpretadas tanto para a intervenção de uma obra singular quanto na de conjuntos arquitetônicos. Nesses casos, a manifestação da arquitetura contemporânea deve ser adotada a partir da análise bem fundamentada da realidade. “Manifestar-se, porém, respeitando e valorizando o preexistente, buscando uma relação positiva e construtiva do novo com aquilo que ali está “ (KUHL, 2008, p.167). A área de projeto deve ser entendida como um elemento tridimensional articulado com uma realidade complexa, em suas várias camadas ao longo do tempo, e não apenas do ponto de vista arquitetônico e cultural, mas também econômico, político e social. A preservação tem que estar relacionada à realidade, mas não se pode deixar que as questões utilitárias definam todas as decisões.

Essas análises levam à conclusão da autora de que a articulação do novo com o preexistente é uma questão complexa, mas de grande urgência para atualidade e que deve estar vinculada à prática arquitetônica. Esses tipos de projeto exigem uma abordagem profunda e complexa da realidade e são um grande desafio para os arquitetos. “A Arquitetura contemporânea pode manifestar-se em ambientes historicizados, porém não de qualquer modo e em qualquer circunstância. “ (KUHL, 2008, p.173) De acordo com a autora, a relação entre formas antigas e novas pode ser de assonância, que seria a vertente da “hipermanutenção” procurando ao máximo a neutralidade, ou de diferenciação que, por sua vez, poderia ser feita de forma consonante buscando a harmonia do diálogo, mas sem trabalhar de forma mimética, ou de forma dissonante, mas sempre com o respeito ao existente. “De qualquer modo, a postura aqui adotada é que se deva, via de regra, buscar a polifonia e não a cacofonia, mesmo quando se opera através de dissonâncias. ” (KUHL, 2008, p.165).

Com relação à inclusão de novos aspectos funcionais, destaca-se a importância do uso para preservação dos monumentos e centros históricos. A obra de Cyro Lyra (2005), “*Casa vazia, ruína anuncia: A questão do uso na preservação de monumentos*”, reforça a crença sobre a importância do uso para manter o patrimônio conservado e protegido. Entre as Cartas Patrimoniais, destaca-se a Carta de Petrópolis (1987) que menciona a importância do uso habitacional, da permanência das atividades tradicionais dos sítios históricos urbanos - SHU e defende que a preservação não deve ser baseada somente em usos culturais:

Sendo a polifuncionalidade uma característica do SHU, a sua preservação não deve dar-se à custa de exclusividade de usos, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo, necessariamente, abrigar os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma

sociedade heterogênea e plural. Guardando essa heterogeneidade, deve a moradia construir-se na função primordial do espaço edificado, haja vista a flagrante carência habitacional brasileira. Desta forma, especial atenção deve ser dada à permanência no SHU das populações residentes e das atividades tradicionais, desde que compatíveis com a sua ambiência. (ICOMOS. Carta de Petrópolis, 1987, p.01)

Segundo análises feitas por Lyra (2005), podemos perceber que existem projetos de reabilitação de conjuntos urbanos que defendem a permanência do uso tradicional, como moradia e comércio, e outros que aplicam grandes mudanças de função como por exemplo a implantação de grandes complexos comerciais e turísticos. São duas propostas opostas e que geram diferentes relações de identificação dos moradores com o lugar e também diferentes formas de utilização e conservação do patrimônio construído.

Nos últimos anos, a percepção da necessidade de re-habitar as áreas centrais tem ganhado força e a proposta de “ permanência da função original de moradia e comércio, é considerada como a melhor alternativa para o casario dos centros históricos, inclusive por se tratar de um meio para a reabilitação de áreas urbanas degradadas.” (LYRA, 2005, p.192)

Além da importância de usos apropriados para manter o patrimônio vivo e preservado, é de extrema relevância também refletir sobre o que faz com que o centro de uma cidade se torne atraente, magnético, pois somente assim será possível injetar vida e atrair novas dinâmicas urbanas. Segundo Jane Jacobs, “magnetismo é o ponto crucial da questão. Todos os valores dos centros urbanos derivam disto” (JACOBS, 1958, Tradução nossa).

1.4 QUADRAS DO CORREDOR CULTURAL NO SAARA

1.4.1 Da formação à preservação

Através de análises do histórico e da identificação de marcos na paisagem do local, resquícios dos seus diferentes tempos, é possível entender como esse espaço se formou e identificar valores culturais reconhecidos nessa paisagem. Para isso, nos utilizamos de uma das visões de interpretação da paisagem apresentadas por Meinig (1979): a Paisagem como História e do conceito de paisagem como herança colocado por Milton Santos (2006). Nesse sentido, a paisagem é entendida como um “complexo registro acumulativo do trabalho da natureza e do homem em um determinado lugar” (MEINIG, 1979). Procuramos identificar alguns desses registros no recorte urbano estudado para entender a sua formação e o reconhecimento do valor cultural dessa paisagem.

O Centro do Rio de Janeiro foi local de diversas transformações urbanas ocorridas em decorrência da expansão da Cidade, da alteração de seus perfis naturais e de marcos geográficos como desmontes de morros e aterros (Figura 06) e das modificações na arquitetura e na função das edificações. Essas diversas transformações ocorridas ao longo dos

anos resultaram em um espaço múltiplo e complexo que possui fragmentos dos diferentes momentos da história e que também permite novas possibilidades de interpretação e de adequação ao modo de vida da cidade contemporânea.

O processo inicial de formação da Cidade teve a ocupação de morros e depois a descida para as várzeas. Nos tempos coloniais, a região onde atualmente é a Praça da República era uma área de pântano. Com o tempo, essa região foi aterrada assim como outras diversas lagoas e mangues na região central do Rio de Janeiro. No fim do século XVIII, a direção do crescimento da Cidade voltou-se para o interior. Segundo Magalhães (2008):

As primeiras mudanças sensíveis, no que diz respeito à centralidade urbana, foram observadas no período monárquico, quando a área do Campo de Santana passou a receber uma série de instituições (...) que deslocaram a centralidade anteriormente exercida apenas pelo Largo do Paço. (MAGALHÃES, 2008, p. 22)

O Campo de Santana se tornou eixo entre o núcleo antigo e a expansão da cidade, um marco divisório entre o Centro da Cidade e a zona rural (Figuras 07 e 08A). Essa área foi importante também por ter sido local de festividades cívicas no século XIX. Em 1873, o Parque sofreu grande intervenção urbanística e paisagística com projeto do paisagista Auguste François Marie Glazou.

No início do século XX, o governo federal e o governo municipal do Prefeito Pereira Passos pretendiam estabelecer novos valores econômicos para o centro e implantaram um grande projeto de reformas que incluía a abertura e o alargamento de ruas, demolição de cortiços e a construções de novas edificações (Figura 08C).

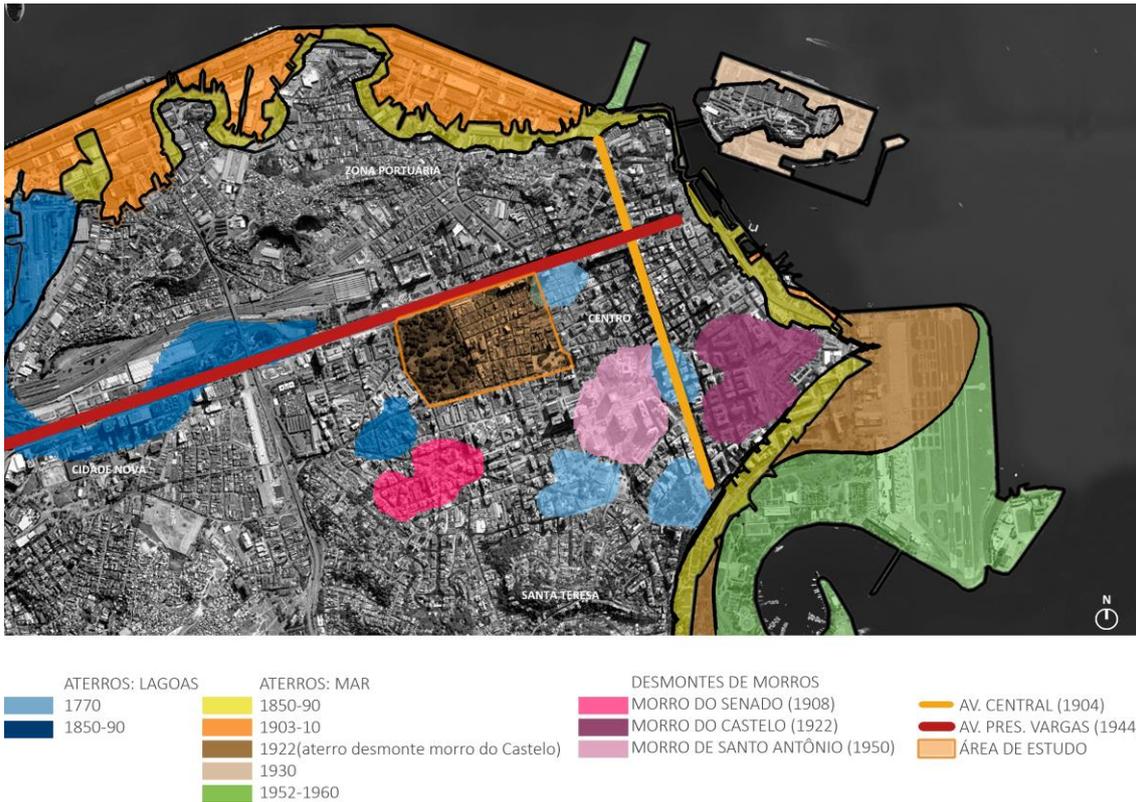


Figura 6: Transformações da paisagem na área central do Rio de Janeiro. Fonte: Desenho da autora em base de Google Earth.

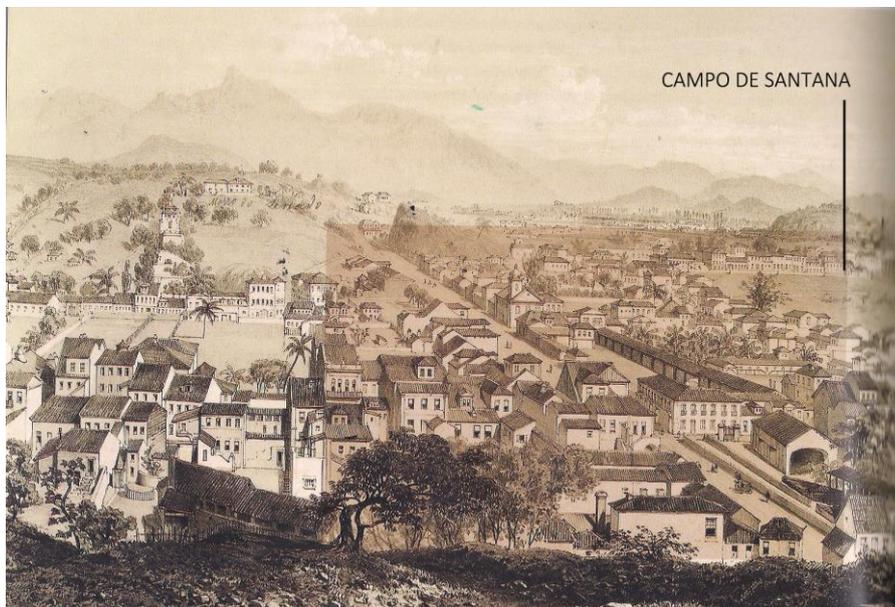


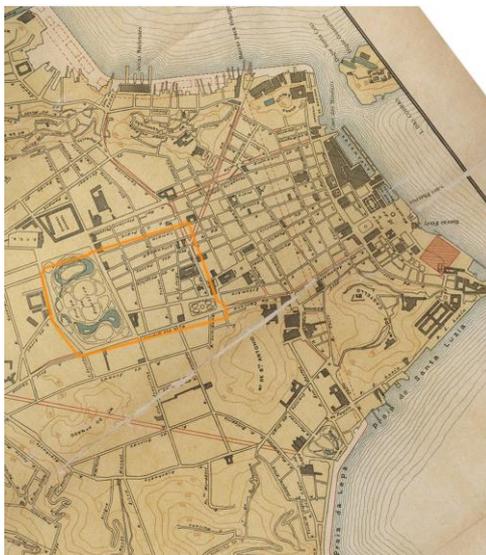
Figura 7: Panorama da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Iluchar Desmons (del.), Eugène Cicéri & Philippe Benoist (sculpt.), 1854. Acervo Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



A (1791)



B (1864)



C (1903)



D (1932)

Figura 8: Conjunto de mapas da região central da Cidade do Rio de Janeiro. (A) 1791: Plano da Cidade do Rio de Janeiro; (B) 1864: Nova Planta da Cidade do Rio de Janeiro; (C) 1903: Planta dos melhoramentos projectados pelo Prefeito F. P. Passos (D) 1932: Plano do Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A verticalização do Centro do Rio se iniciou com as reformas urbanas de Pereira Passos e continuou durante os anos seguintes. Durante as décadas de 1960 e 1970, esse processo de verticalização se intensificou causando a demolição de grande parte do acervo arquitetônico do passado, processo que vinha ocorrendo desde 1920. O crescimento econômico do país na época intensificou a atividade imobiliária na região. Nesse período, não havia políticas de preservação para conjuntos arquitetônicos e ambientes urbanos.

A demolição da Academia Nacional de Belas Artes, projeto do Arquiteto Grandjean de Montigny, também pode ser considerada um marco na paisagem da área de estudo. A edificação foi demolida em 1938, sendo preservado apenas o seu grandioso frontão que foi transferido para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. A quadra onde se localizava a Academia,

que possui um eixo de conexão e de perspectiva com a Praça Tiradentes através da Rua Imperatriz Leopoldina, foi completamente demolida e se encontra ainda nos dias de hoje totalmente livre de edificação sendo utilizada apenas como local de estacionamento (Figura 10).

Obras viárias também são grandes responsáveis pela transformação da paisagem urbana. Uma obra que teve grande impacto na paisagem dessa região foi a abertura da Avenida Presidente Vargas no início da década de 1940. Para abrir essa grande via de conexão para a cidade, foram demolidas diversas edificações, rasgando o tecido urbano existente e removendo pessoas e atividades (Figura 09). Essa nova avenida deveria ser ocupada por construções monumentais, grandes sedes de empresas e edifícios de escritórios, mas isso acabou só acontecendo nas áreas próximas ao cruzamento com a Avenida Rio Branco. Na área de estudo analisada, os lotes remanescentes da abertura da avenida se destacam por suas dimensões e pela implantação e gabarito das edificações. Um lote é ocupado pela Biblioteca Parque e os outros permaneceram vazios e subutilizados durante anos até que, apenas recentemente, foram ocupados com projetos de edifícios comerciais de 15 pavimentos.

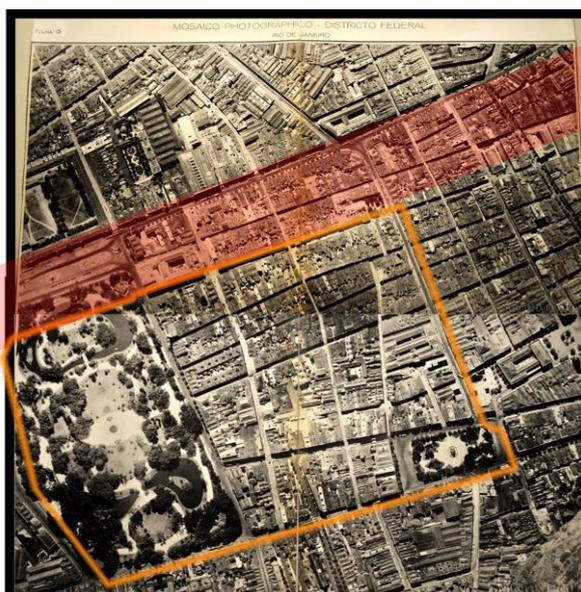


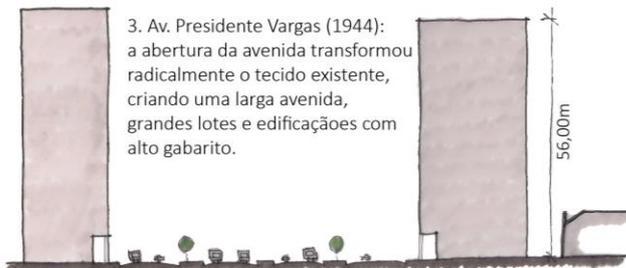
Figura 9: MOSAICO PHOTOGRAPHICO 1928. Nessa imagem, é possível ver a região antes da abertura da Av. Presidente Vargas. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro



Figura 10: Planta Marcos de transformação na paisagem. Fonte: Elaborado pela autora (2016)

1. Cidade séc. XVIII/ XIX
Sobrados de 2/3 pavimentos, lotes estreitos e compridos e ruas estreitas.

2. Campo de Santana:
Eixo entre o núcleo antigo e a expansão da cidade.
Foi local de festividades cívicas no séc XIX.
Nova configuração urbanística e paisagística com projeto de Glaziou (1873)



3. Av. Presidente Vargas (1944):
a abertura da avenida transformou radicalmente o tecido existente, criando uma larga avenida, grandes lotes e edificações com alto gabarito.

56,00m

4. Remenbramentos de lotes e construções de gabarito maior que o as edificações pré existentes.



30,00m

5. Corredor Cultural (1983):
Instrumento de proteção do ambiente cultural.



11,00m

Figura 11: Cortes esquemáticos que permitem o entendimento da morfologia do entorno. Fonte: Elaborado pela autora (2016)



(A)



(B)



(C)

Figura 12: Vistas do alto da edificação localizada na esquina das Ruas Buenos Aires e Regente Feijó. É possível ver as coberturas dos sobrados, tipologia bastante presente na região, e também algumas edificações mais altas e com tipologia diversa. As recentes construções da Avenida Presidente com fachada em vidro e gabarito alto causam bastante impacto na paisagem dessa região. (A) Vista em direção ao Campo de Santana; (B) Vista em direção à Avenida Passos; (C) Vista em direção à Avenida Presidente Vargas. Fonte: Fotos da autora. (2016).

Uma das razões apontadas por Augusto Ivan Pinheiro (2002) para as formas antigas dessa região da Cidade terem sobrevivido aos períodos de transformação anteriores às políticas de preservação é a própria legislação, que por um lado liberava o gabarito das edificações e, por outro, os Planos de Alinhamento alargavam tanto as ruas que restava pouca área edificável. Assim, os vários projetos de grandes ligações viárias acabaram por congelar a região, dificultando a venda de um imóvel ameaçado de desapropriação.

Mas esses imóveis tinham valor de uso para o comércio local, e isso contribuiu para a preservação da área. Além do mais, havia o valor Simbólico dos prédios; as pessoas que os utilizavam haviam criado um grande apego a eles por tradição familiar e não tinham grande interesse em se mudar: eram justamente pessoas ligadas aos antigos imigrantes árabes e judeus que tinham uma história de forte ligação afetiva com a área. A criação da Saara, Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega, está ligada a um movimento dos comerciantes ameaçados de desapropriação, para permanecer no local. (PINHEIRO, 2002, p. 205)

Outro fator que contribuiu para a preservação da área do Corredor Cultural durante esse período foi o fato de muitos imóveis pertencerem às ordens religiosas que não podiam vendê-los ou que eram de comercialização muito burocrática e complicada. Havia também o fato de que a área mais “prestigiada” no Centro da Cidade havia sido delimitada na época da primeira grande reforma da administração do prefeito Pereira Passos, o eixo da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco. Essa avenida passou por diversas transformações e a vizinha Rua Uruguaiana, mesmo muito próxima, não foi atingida por essa modernização.

O reconhecimento do valor cultural e histórico dos ambientes urbanos e a criação de legislações de preservação transformaram paisagem dessa região da Cidade do Rio de Janeiro. A criação das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural - APAC, instrumento municipal de proteção, teve início com o Projeto do Corredor Cultural em 1979 que propôs a proteção de diversos imóveis na região central da Cidade que não haviam sido alvo da ação de renovação urbana que atingiu o local nas décadas de 1950 a 1970. A região hoje conhecida como SAARA faz parte do Projeto do Corredor Cultural que propõe preservar o conjunto arquitetônico existente e orientar a ocupação de áreas passíveis de renovações. O projeto visa a proteção não só de imóveis, mas também de ruas, praças, valores culturais e modos de vida que conferem identidade ao local.

Hoje, esse trecho da Cidade possui leis de proteção, mas isso não impede que a região continue em constante transformação. A situação econômica da Cidade, a intensidade da ação imobiliária e as funções exercidas na região continuam a alterar a paisagem na medida que exercem influência no estado de preservação dos imóveis e na qualidade do espaço público. O esvaziamento do Centro ocorrido nos últimos anos, muito em função da legislação da Cidade como explicaremos mais a frente, também influenciou no processo de degradação ocorrido na área.

Atualmente, vê-se um movimento em busca da revitalização dessa região através dos programas de proteção e de incentivo à valorização dos imóveis, espaço urbano e dos valores culturais. Destaca-se o recente edital Pró APAC da Prefeitura que selecionou propostas de intervenções no patrimônio construído e ofereceu apoio e patrocínio financeiro para a recuperação desses imóveis. São imóveis privados, mas que possuem relevante contribuição pública para a fruição da paisagem e ambiência cultural.

As obras urbanas ocorridas recentemente no Centro do Rio de Janeiro são novos agentes de transformação da paisagem. Na região estudada, a implantação do sistema de Veículo Leve sobre Trilhos – VLT³ transformou o espaço público, as características das ruas, a conectividade da região e seu potencial turístico.

A partir do entendimento das principais transformações ocorridas, buscou-se identificar e sintetizar os valores que compõem a significação cultural⁴ do conjunto:

- **Valor estético:** O Conjunto ainda possui uma unidade potencial significativa com edifícios de variadas composições e ornamentações que apresentam considerável integridade. Isso torna o conjunto passível de leitura e capaz de proporcionar uma ambiência urbana rica para o usuário, leigo e acadêmico.
- **Valor Histórico:** A região é elemento importante para a leitura da evolução da Cidade do Rio de Janeiro. Apresenta marcas e fragmentos de diferentes momentos da formação e da evolução da cidade através da conformação do seu tecido urbano e das tipologias das construções e dos espaços livres presentes no local.
- **Valor científico:** Por apresentar uma série de camadas de histórica e construções de diferentes períodos, o conjunto oferece possibilidades de investigação de diversos métodos e elementos construtivos e de diferentes formas de ocupação.
- **Valor social ou espiritual:** A área é de um interesse público que atinge toda a cidade. Há comerciantes, e alguns moradores, que sustentam relações afetivos com o local há anos. Além da grande quantidade de usuários e frequentadores que vivenciam o espaço e também mantém laços afetivos com o local. Se trata de uma área onde ocorre intensa manifestação popular e que tem um caráter simbólico marcante para toda a cidade.

Atualmente, a Quadra A se destaca na paisagem por suas dimensões, possui aproximadamente 120 por 140 metros, e por apresentar um miolo livre de edificação. Apresenta um conjunto consideravelmente íntegro e com uma diversidade de composições e ornamentos. Ao longo do tempo, sofreu algumas demolições e remembramentos que resultaram em recortes no tecido tradicional da cidade do século XVII/XIX. No entanto, a base desse tipo de tecido urbano e loteamento se manteve em sua maioria (Figura 10). Assim como

³ O VLT, Veículo Leve sobre Trilhos, é um meio de transporte implantado pela Prefeitura do Rio de Janeiro com a intenção de interligar a região portuária ao centro financeiro da cidade e ao aeroporto Santos Dumont. A estação de VLT da SAARA foi inaugurada em janeiro de 2017.

⁴ Utilizam-se os elementos destacados na Carta de Burra como composição da Significação cultural de um conjunto.

em toda a região, algumas edificações sofreram, dentro dos mesmos parâmetros de lote, reformas na sua arquitetura e ornamentação (Figuras 14 e 15). O principal centro livre da quadra já fazia parte do lote da Rua República do Líbano (antiga Rua do Núncio - Figura 13) desde o século XIX. Alguns projetos de alinhamento projetados para a região previam grandes cortes na quadra, como o caso do prolongamento da Rua Gomes Freire (Figura 13), ou até sua total modificação total como era o caso do Projeto da Avenida Diagonal. Esses planos acabaram não sendo implementados

Outro elemento marcante na ambiência do espaço de ontem e de hoje é a transformação dos transportes, seja em tipo, seja em quantidade. Podemos observar na Figura 16 a presença de bonde à tração animal e evocar o som das ferraduras batendo nos paralelepídeos em um ambiente mais silencioso aonde se escutava as vozes humanas em comparação com o intenso fluxo de carros, o ruído dos motores, buzinas preenchendo todo o ambiente.

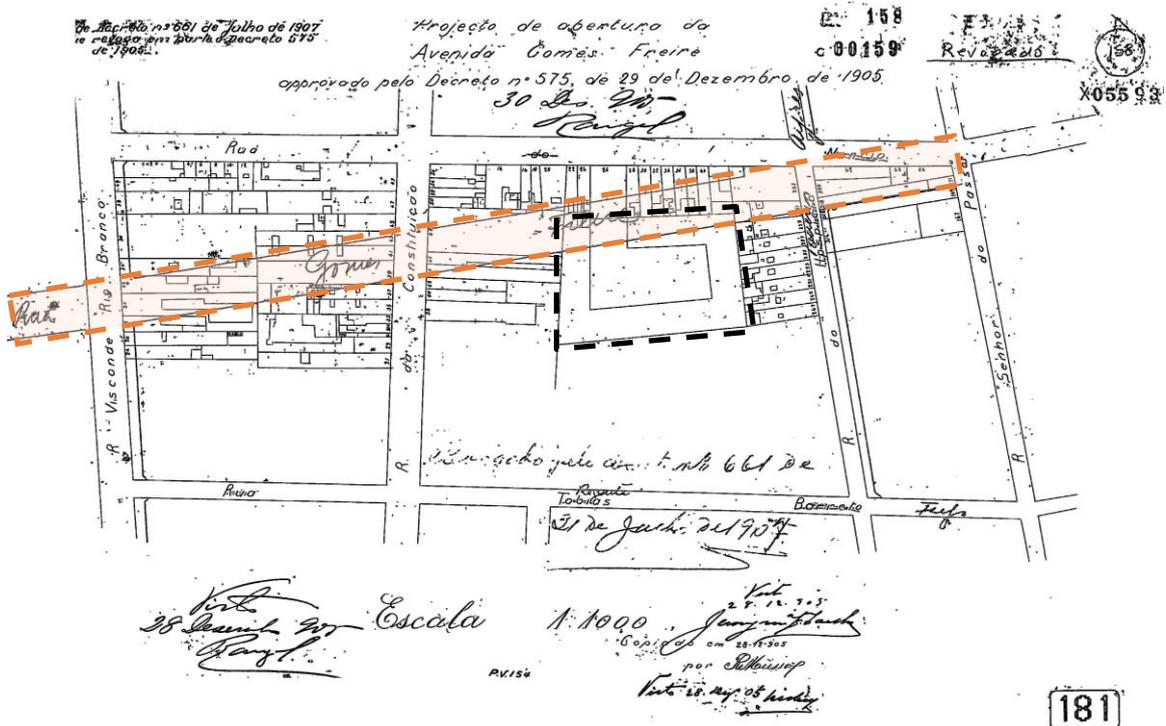


Figura 13: Projeto de alinhamento com data de 1905 para abertura da Rua Gomes Freire que cortaria a Quadra A objeto de estudo. Fonte. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.



Figura 14: (à esquerda). Exemplo de Transformação na arquitetura das edificações. Rua do Hospício (atual Buenos Aires) e ao fundo o portão do campo de Santana. Fonte: Augusto Malta. s/d. Em: ERMAKOFF, George. Augusto Malta e o Rio de Janeiro: 1903 -1936. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2009

Figura 15: (à direita). Rua Buenos Aires e ao fundo o Campo de Santana. Fonte: Foto da autora (2016).



Figura 16: (à esquerda) Esquina da Rua do Hospício (atual Buenos Aires) com a Rua do Núncio (atual República do Líbano). Augusto Malta, s/d. Em: ERMAKOFF, George. Augusto Malta e o Rio de Janeiro: 1903 -1936. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2009

Figura 17: (à direita). Esquina da Rua Buenos Aires com a Rua República do Líbano. Foto da autora (2016).



Figura 18: (à esquerda) Bonde de tração animal com roteiro Hospício (atual Buenos Aires), Estrada de Ferro e Visconde de Sapucaí (atual Marquês de Sapucaí). Augusto Malta. s/d Em: ERMAKOFF, George. Augusto Malta e o Rio de Janeiro: 1903 -1936. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2009

Fig. 19 (à direita) Rua Buenos Aires e a circulação de automóveis. Foto da autora (2016).

A Quadra B possui aproximadamente 120 por 80 metros e também apresenta um miolo livre de edificação que hoje é ocupado por dois estacionamentos privados. Também é possível ver um conjunto íntegro e com uma diversidade de composições e ornamentos tanto que a grande maioria dos imóveis da quadra são preservados pela Lei do Corredor Cultural.

Em março de 2003, essa quadra sofreu um incêndio de grandes proporções que danificou consideravelmente sua forma. De acordo com reportagens da época⁵, dez imóveis foram danificados, entre eles cinco de uma papelaria, dois prédios de uma vidraçaria, um estacionamento na Rua Regente Feijó, uma perfumaria na Rua Gonçalves Ledo, e uma loja de roupas na Rua Buenos Aires. O vazio deixado pelos escombros das edificações destruídas na Rua Buenos Aires se conectava com o espaço livre existente no interior da quadra (Figura 19).

Considerando a importância dessas edificações para o valor de conjunto, foram feitas reconstruções recompondo a borda edificada desse trecho da Rua Buenos Aires. O processo de reconstrução das edificações preservadas pelo Corredor Cultural foi acompanhado pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH e seguiu a proposta de recompor volumetria, telhados e elementos arquitetônicos como esquadrias e gradis, mas com a utilização de materiais contemporâneos. As fachadas, antes de tijolos maciços, foram realizadas com estruturas metálicas e aplicada argamassa. A estrutura em madeira dos telhados também deu lugar a uma estrutura metálica, mas as telhas continuaram de cerâmica.



Figura 19: Incêndio que destruiu diversos imóveis na Quadra compreendida entre Rua Buenos Aires, Rua Regente Feijó, Rua Gonçalves Ledo e Rua Luis de Camões. Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/funcionarios-de-outra-loja-atingida-creem-que-incendio-na-cacula-ainda-nao-foi-totalmente-controlado-7996280>

A Quadra c, que se encontra hoje completamente não edificada e é utilizada como estacionamento, foi o local onde funcionou a Escola Nacional de Belas Artes construída em

⁵ <https://oglobo.globo.com/rio/funcionarios-de-outra-loja-atingida-creem-que-incendio-na-cacula-ainda-nao-foi-totalmente-controlado-7996280>. Acesso em Abril de 2017.

1826 com projeto do arquiteto da Missão Francesa, Grandjean de Montigny. A edificação, de estilo neoclássico, foi demolida em 1938 durante o governo de Getúlio Vargas e supostamente daria lugar a um novo projeto para o Ministério da Fazenda, o que acabou nunca acontecendo (Figura 20).

Recentemente, a Travessa das Belas Artes passou por obras de revitalização com fechamento da via para uso exclusivo de pedestres, obras de pavimentação e de recuperação das fachadas dos imóveis do local.



Figura 20: Edifício da Escola Nacional de Belas Artes e Travessa Belas Artes logo após a sua demolição em 1938 (Foto: Arquivo/Mongeral Aegon) Fonte: <http://www.eba.ufrj.br/pintura/> e <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/02/traveessa-belas-artes-no-centro-do-rio-sera-rua-de-pedestres-apos-obra.html>

1.4.2 O Corredor Cultural e os bens tombados e preservados

No conjunto da APAC do Corredor Cultural, foram considerados preservados uma série de imóveis, em sua maioria, edificações ecléticas de dois ou três pavimentos. São edificações remanescentes do tecido urbano de uma época e conseqüentemente de uma ambiência urbana.

De acordo com o Corredor Cultural, o recorte urbano estudado (segundo o PAA nº10.600/ PAL Nº 41.632 e a Lei n.º 1139 /1987) possui imóveis categorizados de acordo com a seguinte classificação: subzona de preservação ambiental e subzona de renovação urbana. A Lei n.º 1139 de 16 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a preservação de bens imóveis da Zona Especial do Corredor Cultural e de sua área de entorno, define os seguintes critérios:

§ 1.º - Na subzona de Preservação Ambiental:

I – serão mantidas todas as características artísticas e decorativas que compõem o conjunto das fachadas e coberturas dos prédios existentes na área, inclusive claraboias e suas projeções, e retirados os elementos que comprometem a morfologia original das edificações, tais como empachamentos e marquises;

II – serão permitidas modificações internas desde que garantam a acessibilidade às janelas e sacadas dos mesmos;

§ 2.º - Na subzona de Renovação Urbana:

I – qualquer edificação a ser erguida, reconstruída ou reformada deverá obedecer a projeto integrado ao conjunto arquitetônico ao qual pertence, respeitadas as alturas máximas determinadas no PAA e no PAL citados no caput deste artigo. (Rio de Janeiro - Município. Lei n.º 1139 de 16 de dezembro de 1987)

As quadras, objetos de intervenção, possuem um conjunto consideravelmente íntegro, principalmente em suas bordas, apresentando uma grande quantidade de bens preservados em função do valor de conjunto que esses imóveis possuem. Esses edifícios, de variadas composições e ornamentações, apresentam considerável integridade (Figura 21). Os lotes que fazem parte das chamadas áreas de renovação são alguns lotes que resultaram de remembramentos e principalmente as áreas situadas nos centros das quadras.



Figura 21: Conjunto de fotos, exemplos de bens preservados pela legislação do Corredor Cultural nas quadras de estudo, a saber: (A) Rua República do Líbano nº 66; (B) Rua da Constituição nº 66 ; (C) Rua da Constituição nº 34 ; (D) Rua Buenos Aires nº 305; (E) Rua Buenos Aires nº 287 e 289; (F) Rua Gonçalves Ledo nº 39; (H) Rua Regente Feijó nº 41 a 47 e (G) Rua Luis de Camões. Fotos da autora. (2017).



CORREDOR CULTURAL - ÁREA DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE CULTURAL (DECRETO 4141/1983, LEI 506/1984)

BENS TOMBADOS:

- 1.** Avenida Modelo (BTN); **2.** Campo de Santana (BTE); **3.** Solar do Visconde do Rio Seco (BTN e BTE); **4.** Monumento D. Pedro I (BTE); **5.** E.M. Tiradentes (BTM); **6.** Imóvel Rua da Constituição 45 (BTM); **7.** Conjunto arquitetônico Rua Gonçalves Ledo (BTN); **8.** Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia (BTE); **9.** Igreja de N. Senhora do Terço e acervo (BTE); **10.** Imóvel na Praça da República 26 (BTM)

LEGENDA (Mapa legislação)



Subzona de Preservação Ambiental:

“Serão mantidas todas as características artísticas e decorativas que compõem o conjunto das fachadas e coberturas dos prédios existentes na área, inclusive clarabóias e suas projeções, e retirados os elementos que comprometem a morfologia original das edificações, tais como empachamentos e marquises. Serão permitidas modificações internas desde que garantam a acessibilidade às janelas e sacadas dos mesmos.”



Subzona de Renovação Urbana:

“Qualquer edificação a ser erguida, reconstruída ou reformada deverá obedecer a projeto integrado ao conjunto arquitetônico ao qual pertence, respeitadas as alturas máximas determinadas no PAA e no PAL.”

— H = 10,50/ 11,00m

— H = 14,00/14,50m

— H = 56,00m

Figura 22: Imóveis preservados, tombados e áreas de renovação. Desenho da autora em cima do PAA nº10.600/PAL nº41.632 - Corredor Cultural. Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu>. Acesso: outubro/2016

Dentro do recorte urbano analisado, temos bens tombados pelas esferas nacional (BTN), estadual (BTE) e municipal (BTM), em sua maioria tombados nas décadas de 1980 e 1990. São igrejas, parques, monumentos e imóveis domésticos de diferentes períodos da histórica carioca. O entendimento das datas de construção e de tombamento e das principais características, funções, valores e transformações ocorridas nesses imóveis também são elementos que nos auxiliam a entender o processo de formação da paisagem na qual eles estão inseridos. Os bens tombados identificados (Figura 22) e suas principais características, de acordo com o Guia do Patrimônio Cultural Carioca⁶, são:

Avenida modelo (BTN) – Rua Regente Feijó 55

Tombamento federal em 30/09/1985. Livro de Belas Artes, volume 2, Inscrição 571. A vila da Avenida Modelo é um exemplo de habitação coletiva do final do século XIX. É composta por sobrados de dois pavimentos, no alinhamento da rua, e por oito casas térreas na parte posterior do lote. Como esse bem tombado está inserido no centro de uma das quadras objeto de estudo, a sua análise será aprofundada mais a frente.

Campo de Santana – Praça da República (BTE);

O Parque foi tombado em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e destombado cinco anos mais tarde pelo então presidente da República para ter parte de sua área suprimida para permitir a construção da Avenida Presidente Vargas, no Centro do Rio. Anos depois, o parque foi retombado pelo IPHAN. O local remonta ao período real e foi cenário de importantes cerimônias como a aclamação de D. Pedro primeiro em 1822 e de D. Pedro II em 1841. Por isso, passou a ser chamado de Campo da Aclamação e depois Campo da Honra. O aspecto, com jardim entremeado de caminhos sinuosos, lagos, canais e grutas artificiais, é resultado da intervenção paisagística do francês Auguste Glaziou em 1880. Recebeu o nome de Praça da República pois também foi palco das operações militares que resultaram na República do Brasil. No centro da praça, foi erguido um grande monumento à República.

Solar do Visconde do Rio Seco (BTN e BTE)

Tombamento em 06/09/1990 pelo INEPAC e pelo IPHAN no Livro de Belas Artes, volume 2, inscrição 611. Localizado no antigo Largo do Rossio, hoje Praça Tiradentes, o edifício já existia quando o príncipe regente D. João chegou ao Brasil, em 1808. Foi reformado logo depois e ganhou ornamentação neoclássica. Foi residência do Barão do Rio Seco até 1836 e sede do elegante Clube Fluminense em 1860. O local abrigou a Secretaria da Justiça e Negócios do Interior desde o segundo Reinado (1873) até 1930. A partir de 1934 serviu ao Departamento de Trânsito, sucessivamente, do Distrito Federal e dos Estados da Guanabara e

⁶ Fonte das informações utilizadas: FAJARDO, Washington, coord. **Guia do Patrimônio Cultural Carioca: Bens Tombados 2014**, 5ª edição, Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, Rio de Janeiro, 2014.

do Rio de Janeiro. O edifício foi recentemente restaurado e hoje abriga um centro cultural, o Centro de referência do artesanato brasileiro – CRAB.

Estátua equestre de D. Pedro I (BTN e BTE)

Tombamento federal em 09/07/1991 e tombamento estadual em 26/09/1978. Inaugurado em 1862 por D. Pedro II, a estatua foi o primeiro monumento cívico da cidade e é considerada introdutora da escultura romântica no Brasil.

Escola Municipal Tiradentes (BTM)

Tombado pelo Decreto 9.4141 de 21/06/1990. Foi inaugurada em 24 de novembro de 1905 na administração do prefeito Pereira Passos. Sua fachada revela uma combinação de regularidade e simetria que procura unificar características do ecletismo classicizante.

Pharmácia Cordeiro e seu prédio - Rua da Constituição 45 (BTM)

Tombamento através do Decreto 4.539 de 07/05/1984. Fundada em 1895 por Antônio Cordeiro, farmacêutico e homeopata. Hoje, a edificação é utilizada como loja comercial.

Conjunto arquitetônico Rua Gonçalves Ledo (BTN)

Tombamento em 28/04/1980 – Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico. Inscrição 79. Se trata do único conjunto urbano remanescente da primeira metade do século XIX, é composto de quatro prédios geminados de três pavimentos.

Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia (BTE)

Tombamento em 14/08/2001. Inaugurada em 1754, a Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia mantém seu aspecto original praticamente inalterado. Construída para abrigar uma confraria formada por negros, é uma típica representante da arquitetura religiosa do século XVIII no Rio de Janeiro.

Igreja de N. Senhora do Terço e acervo (BTE)

Tombamento em 14/08/2001. No local onde foi erguida a Igreja existia uma capela simples dedicada ao Nosso Senhor dos Passos, cedida a Mitra em 1843. Em 1848, reformada e aumentada, passou a abrigar a confraria de Nossa Senhora do Terço. Em seu interior, a igreja possui rico revestimento de talha barroca de madeira.

Imóvel na Praça da República 26 (BTM)

Tombamento municipal através do Decreto 30.721 de 19/05/2009. O prédio já existente foi adquirido, em 1818, para instalação do recém-criado museu Nacional em 1889, onde permanece até 1892. Abrigou sucessivamente a Intendência de Guerra, o Fórum da Cidade, o Arquivo Nacional, este entre 1907 e 1983 e, por último o Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Sua arquitetura mantém características neoclássicas.

A presença desses diferentes bens tombados mostra a diversidade da região e a sua importância artística e histórica.

A Avenida Modelo

Dentre os bens tombados listados, destaca-se o Conjunto de habitação coletiva Avenida Modelo localizado no centro da Quadra A, um dos objetos de intervenção desse trabalho, e que foi tombado pelo IPHAN em 30 de setembro de 1985 através do processo 1.085-T-83. De acordo com o referido processo de tombamento, o conjunto “configura um exemplar tipológico de expressiva representatividade como testemunho vivo da dinâmica urbana, quando no virar do século caracterizou essa faixa da cidade como área periférica do então núcleo citadino, de dimensão restrita.” (SPHAN, Processo nº 1.085-T-83, 1983, p.02)

O conjunto era constituído de um sobrado de dois pavimentos implantado no alinhamento do logradouro e nas divisas do lote e por oito casas térreas localizadas no fundo do terreno. Hoje, o sobrado não apresenta mais o segundo pavimento e o telhado, restando apenas a fachada e os escoramentos inseridos em obra do Governo do Estado para garantir a estabilidade da construção. A fachada do sobrado possui duas entradas independentes, uma levava ao segundo andar da edificação e a outra, um portão em ferro, dava acesso aos quartos que se localizavam embaixo do vão da escada e às casas localizadas no fundo do lote. As casas térreas estão alinhadas ao lado de uma servidão privativa e do outro lado se localizava a área de lavanderia que hoje se encontra subdividida em pequenas áreas de uso privativo (Figura 23).

Cada casa é composta por quatro cômodos, uma sala que se volta para a fachada da servidão privativa, duas alcovas e um quarto /sala de jantar. No fundo da casa, estão localizados um banheiro e uma cozinha em um volume que, ao que tudo indica, se trata de uma construção posterior. Essa tipologia de implantação é interessante já que há uma edificação na rua principal que serve de acesso até as casas localizadas no miolo da quadra (Figura 24).

O estudo realizado para o tombamento da Avenida Modelo passa pela questão sobre a própria história dos conjuntos de habitação coletiva no Brasil mostrando que na segunda metade do século XIX, haviam diversas tipologias e denominações como albergues, hospedarias, estalagens, cortiços, casas de cômodo, cabeças de porco, vilas e avenidas. Os grupos de habitação coletiva denominadas Avenidas podem ser caracterizados como “tipo de habitação que, sem substituir as estalagens e cortiços como habitações populares, evoluiu destes em relação às condições de habitabilidade e higiene”. (SPHAN, Processo nº 1.085-T-83, 1983)



Figura 24: Avenida Modelo: Situação da fachada do sobrado localizado na Rua Regente Feijó nº 55. Fonte: Foto da autora. Fevereiro de 2017.

Figura 25: Avenida Modelo: Casas no fundo do lote e a servidão de uso privado. Fonte: Foto da autora. Fevereiro de 2017.

1.4.3 O entorno e as apropriações do lugar

Esses bens tombados e os preservados pelo Corredor Cultural fazem parte de uma ambiência que vai além da abordagem de apenas suas características morfológicas. As características antropológicas, funcionais e culturais desse ambiente determinam o tipo de experiência sensorial que podemos ter ao experimentar esse espaço urbano.

A paisagem é interpretada e apropriada pelos diferentes usuários que utilizam o espaço. Nesse caso, os agentes atuantes são moradores, mesmo que poucos, comerciantes e clientes que percorrem e fazem compras na região, sejam eles habitantes da cidade ou turistas.

Por se tratar de um dos maiores mercados populares da Cidade, esse ambiente é intensamente utilizado e movimentado, ao menos durante o período diurno. Essa característica marcante, a principal que confere identidade ao local, atrai os mais diversos públicos. E cada um desses públicos possui um tipo de relação com o lugar e uma forma de apropriação do espaço. Podem ser os moradores que resistiram no local como os habitantes da já mencionada Avenida Modelo, podem ser os comerciantes que construíram negócios, muitas vezes passados de geração para geração, e também os usuários locais e turistas que frequentam o espaço em busca das mais diversas mercadorias. Cada um participa de uma maneira e cria diferentes tipos de relação e de memória do lugar. Elementos como imagens, cheiros e sons são capazes de estimular memória dos indivíduos e de ajudar a criar a sensação de

pertencimento. (SOPHER In: MEINIG,1979 p. 144). Kevin Lynch reforça que um ambiente é estruturado e identificado a partir de “sensações visuais de cor, forma, movimento ou polarização da luz, além de outros sentidos como o olfato, a audição, o tato” (LYNCH, 1960, p.03).

Percorrer as ruas do SAARA é se perder no meio das ruas movimentadas, é ver uma sequência de lojas com seus produtos expostos nas portas completamente abertas e voltadas para a rua, é sentir os cheiros das comidas vendidas nas lanchonetes espalhadas pelo local, principalmente de origem árabe e oriental, é ouvir uma grande mistura de sons como o do tráfego, das pessoas que caminham e conversam pela rua, das propagandas dos comerciantes, dos vendedores ambulantes, das músicas que tocam nas diversas lojas do local e da Rádio SAARA⁷.

É se localizar através da posição dos elementos do comércio, daquela loja que vende artigos de festa, ali ao lado da que vende balões, ou da papelaria, a famosa casa de tecidos, as várias lojas de joias, de bijuteria, de flores artificiais, entre muitas outras. É possível até identificar em que época do ano estamos através do que se vê e se ouve pelas ruas. A visão das vitrines e das mercadorias penduradas nas portas das lojas é marcada pelas festividades como Ano novo, carnaval, festas juninas, halloween, Natal, assim como as músicas e propagandas das lojas.

As ruas, principalmente as restritas a pedestres como a Rua da Alfândega e Senhor dos Passos, são espaços marcantes da vida comunitária desse ambiente. Os principais percursos e as principais referências visuais que temos do local estão em suas movimentadas ruas. Esses espaços são muito mais do que apenas elementos com função de circulação, eles possuem caráter simbólico e são um forte espaço de convivência e de encontro (Figura 26).

Toda a região é, por si só, um símbolo de manifestação cultural carioca. E grandes eventos culturais da cidade como o Carnaval encontram ali espaço para se manifestar seja pela movimentação de pessoas em busca de fantasias e adereços ou como palco de festas como o Bloco do SAARA que ocorre na Praça do Mascate, esquina das Ruas Buenos Aires e Regente Feijó. Também na praça do Mascate, podemos ver uma homenagem ao pioneiro do comércio varejista no SAARA que ajudou a construir a história desse local. O busto em bronze do libanês Gabriel Habib relembra a forma de ocupação e de criação desse ambiente tão marcante para o comércio da Cidade do Rio de Janeiro (Figura 26E). A história dos comerciantes do local com suas culturas diversas, em sua maioria árabes, judeus e mais recentemente orientais, enriquecem ainda mais a diversidade cultural do espaço.

⁷ A Rádio Saara é um sistema de alto-falantes direcionais que funciona como veículo de mídia para o comércio da região. Possui 65 alto-falantes instalados e espalhados estrategicamente pelas 11 ruas da região compreendida como SAARA.



(A)



(B)



(C)



(D)



(E)



(F)



(G)

Figura 26: Imagens das movimentadas ruas do Mercado popular do SAARA.
(A) Rua da Alfândega, (B) Avenida Tomé de Sousa; (C) e (D) Rua Senhor dos Passos; (E) Rua Buenos Aires, (F) Praça do Mascate e a intervenção recente do VLT (G). Fotos da autora (2017)

2.1 A ESTRUTURAÇÃO MORFOLÓGICA DO TECIDO URBANO

Para a leitura e compreensão morfológica do espaço urbano do objeto de estudo, nos voltamos para as análises de Rob Krier. “É apenas a clara legibilidade de suas características geométricas e qualidades estéticas que nos permite conscientemente perceber o espaço externo como espaço urbano” (KRIER, 1979, p.15, Tradução nossa). Segundo Krier, o espaço urbano é formado por dois elementos básicos que são a rua e a praça. De acordo com o conceito do autor, a praça é resultado do agrupamento de edificações ao redor de um espaço livre e é um elemento que possui um caráter simbólico. Já a rua organiza a distribuição dos terrenos e possui um caráter utilitário. Com relação à forma dos espaços urbanos, o autor identifica tipologias que partem de três formas geométricas básicas: o quadrado, o triângulo e o círculo. Essas formas podem ser desenvolvidas em diferentes escalas e podem sofrer diversas transformações e combinações através de ações como adicionar, subtrair, segmentar, angular, fundir, sobrepor, distorcer (Figura 27).

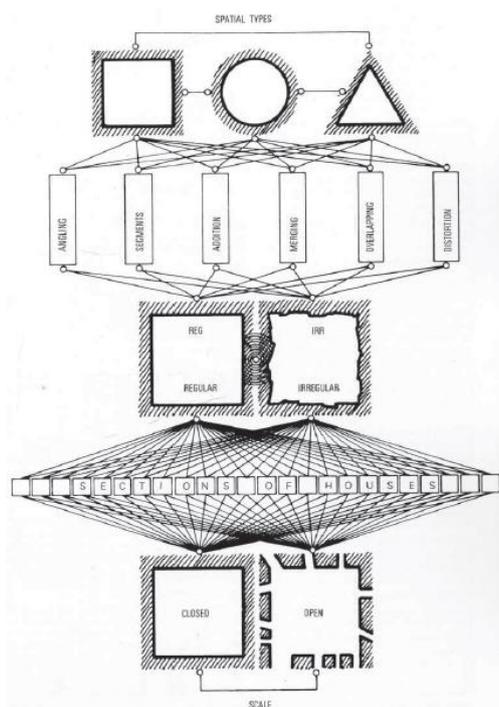


Figura 27: Diagrama dos tipos espaciais (Quadrado, círculo e triângulo), suas possibilidades de transformação e de escala e a interferência das seções das edificações. Fonte: KRIER, Rob. Urban space. New York: Rizzoli, 1979, p.29.

Krier destaca também que as tipologias das seções das edificações que conformam esses espaços afetam diretamente o ambiente urbano. Elementos como coberturas recuadas

do plano de fachada, edificações escalonadas, presença de pilotis, de arcadas e de galerias criam diferentes tipos de influência do espaço construído no espaço urbano. Nesse sentido, há “inesgotáveis possibilidades de desenho” (KRIER, 1979, p.25, Tradução nossa). A composição das fachadas também são elementos de grande impacto no espaço público. As relações de cheios e vazios, a exploração de diferentes formas geométricas, a materialidade, as luzes e sombras, a relação entre antigo e novo e as relações com o verde da vegetação também influenciam a qualidade do espaço e a forma como o percebemos.

Destaca-se no estudo a ideia do miolo de Quadra como forma. Interessa principalmente o entendimento do centro da quadra não como um elemento residual, mas como suporte de uma composição urbana e parte integrante da dinâmica da cidade. O centro de quadra será tratado como praça, elemento com caráter simbólico da composição do espaço urbano como aponta Krier. Sendo assim, a sua morfologia pode apresentar diversas possibilidades.

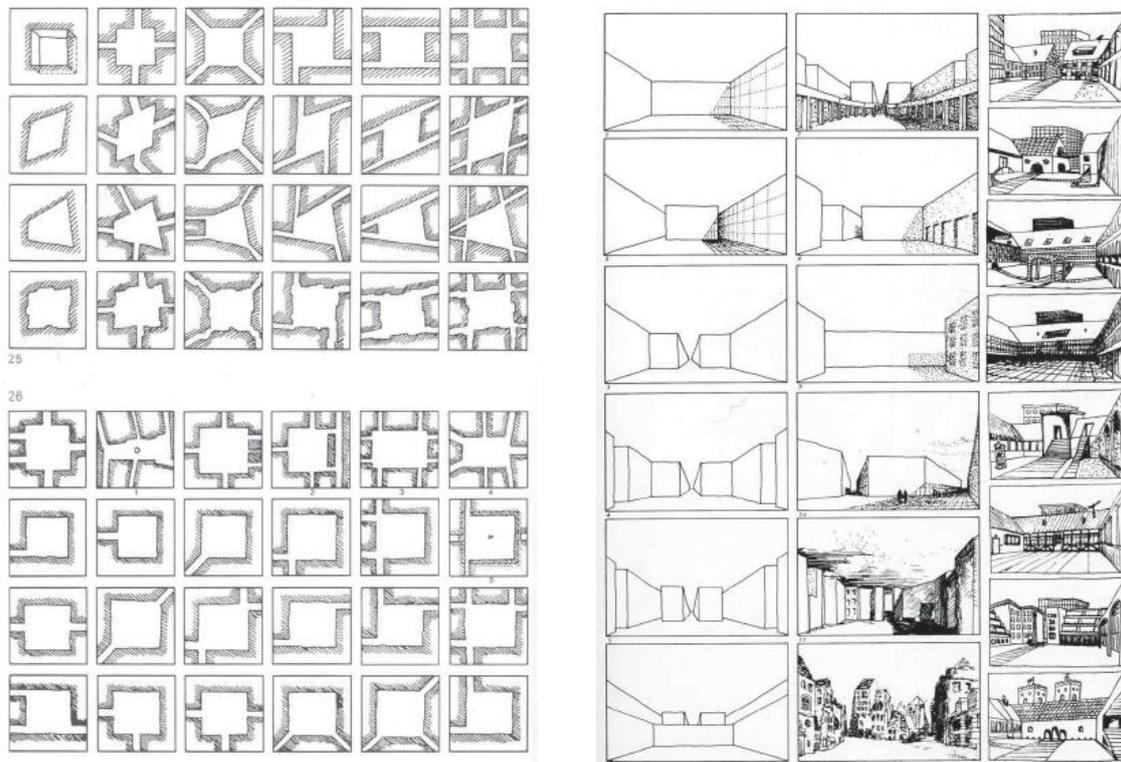


Figura 28: Possibilidades de planta e de morfologia da Praça: fechadas, abertas, com ruas cruzando em diversas formas, com edificações de mesma altura e de alturas variadas.

Fonte: KRIER, Rob. Urban space. New York: Rizzoli, 1979, p.30 e 31.

O miolo de uma quadra pode apresentar diferentes formas e funções dependendo da maneira como esses espaços, formados no lado inverso às ruas e fachadas, se constituem. A sua formação pode ocorrer em consequência da variação de tipologias arquitetônicas e a partir do resultado das diversas transformações ocorridas na Quadra Ao longo do tempo. Já em outros casos, o espaço intraquadra pode ser formado de forma pensada e planejada como

através da definição de leis que determinam a implantação de áreas livres que podem ser de uso coletivo, público ou privado.

O quarteirão, segundo Lamas (2007), é um sistema muito antigo e que sempre esteve presente na estrutura das cidades agrupando e organizando o ambiente. E ele não é autônomo dos outros componentes do espaço urbano. “O quarteirão agrega e organiza também os outros elementos da estrutura urbana: o lote e o edifício, o traçado e a rua, e as relações que estabelecem com os espaços públicos, semi públicos e privados.” (LAMAS, 2007 p.94).

Ao longo de sua evolução, o quarteirão sofreu modificações nas suas formas de conceito e de utilização social. Há modelos como as quadras de Haussmann em Paris (1856) e as do Plano Cerdá (1859) em Barcelona que apresentavam espaços livres no interior de suas configurações, privados no caso de Paris e públicos no caso de Barcelona. O Plano de Cerdá para Barcelona (1859) desenha uma malha ortogonal e propõe um modelo de quadra em que se previa a ocupação perimetral de dois ou três lados com uma grande praça interior oferecendo equipamentos públicos e arborização. A implantação das edificações acabou ocorrendo em todo o perímetro da quadra, mantendo uma área livre no seu interior.

No caso do Rio de Janeiro, podemos ver exemplos de tipos de quadras extensas, densas e profundas, principalmente nos bairros na região central da Cidade e que em muitos casos foram resultado do desmembramento de antigas e grandes chácaras, e também de quadras projetadas com a implantação de espaços livres em seu interior. O tipo de Quadra com lotes de pouca testada e muita profundidade é característico das regiões mais antigas da Cidade como é o caso da área central.

Na década de 1930, o Plano de Alfred Agache para o Rio de Janeiro propôs aberturas e organização de ruas, sistemas de transporte, saneamento, disposição de praças e jardins, localização e arquitetura dos edifícios públicos e indicação dos bairros conforme a destinação que era definida para eles. O plano urbano, que tinha influência do padrão europeu de Cidade, apresentava um novo modelo de ocupação com quadras que possuíam áreas internas coletivas. Esse plano foi implementado em uma pequena parcela na área central da Cidade e, onde foi adotado, os espaços livres internos das quadras permaneceram com acesso restrito ao público. (Figura 29).

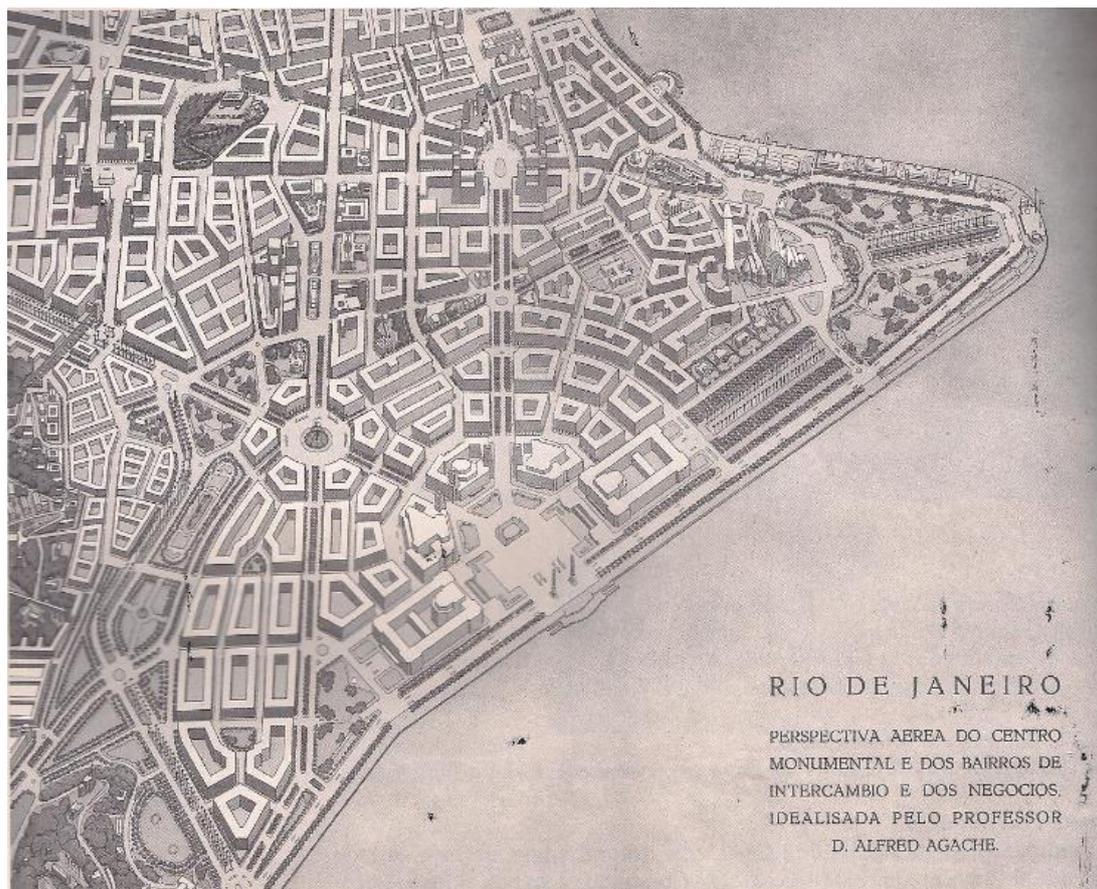


Figura 29: Imagem Plano Alfred Agache para a região central do Rio de Janeiro.
Fonte: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Rogério Cardeman⁸ (2012) mostra que esses conceitos influenciaram a legislação e o desenho dos novos loteamentos que sucederam e repercutiram na configuração de bairros da zona sul da cidade com destaque para Copacabana, Laranjeiras, Flamengo e Catete. O autor mostra que passaram a se previstos espaços livres intraquadras, com novos limites de profundidade impostos e a criação das chamadas áreas coletivas⁹. A proposta dessas áreas, de uso privado, era melhorar a condições de ventilação e iluminação dos bairros. O autor mostra também que o tipo de ocupação dessas áreas coletivas foi se modificando ao longo do tempo, servindo como uso privado de unidades residenciais térreas, como espaços de uso comum da edificação, de lazer e como estacionamento.

⁸ Cardeman analisa as áreas coletivas intraquadras e tem como estudo de caso o bairro de Copacabana. Ver: CARDEMAN, Rogério Goldfeld. **Por dentro de Copacabana: descobrindo os espaços livres do bairro**. Rio de Janeiro. Mauad, 2012

⁹ É a área instituída por ato do Poder Executivo e delimitada, em projeto específico, no interior de um quarteirão e comum às edificações que a circundam, destinada à servidão permanente de iluminação e ventilação. (Decreto 3.800/1970 – Prefeitura do Rio de Janeiro).



(A) (B) (C)
 Figura 30: Exemplos de quadras com centro livre: (A) Lapa, (B) Copacabana, (C) Castelo (Plano Agache) Fonte Google Earth 2016.

Christian de Portzamparc (1997), com o intuito de entender o momento atual do urbanismo, designa o tempo em que estamos como uma 3ª Era das Cidades e defende o conceito da Quadra Aberta. A Cidade da 1ª Era seria marcada, vista e compreendida segundo os vazios dos espaços públicos, vazios estes definidos por suas bordas cheias e construídas: as quadras. Os caminhos do homem nessa era eram traçados entre duas massas construídas, as ruas, e se abriam para os lugares da vida coletiva e comunitária, as praças. Já a 2ª Era é fundada sobre uma inversão da visão de espaço, da topologia segundo o qual foram considerados os cheios e vazios que formavam a cidade da 1ª Era. Nesse sentido, a forma de rua do passado é rejeitada e o espaço entremeio desaparece já que os imóveis não são mais contíguos e colados e sim autônomos e isolados. (PORTZAMPARC, 1997, p 38).

Vivemos hoje, na maioria das vezes, em territórios heterogêneos marcados pelas heranças dessas duas eras somados à nossa bagagem cultural e teórica. Segundo o autor, a cidade contemporânea pode ser vista como uma acumulação e agregação, com a coexistência de épocas diferentes e essa sua propriedade de conter diferentes tempos é de uma grande riqueza e mostra a verdadeira beleza da cidade real. “O território da cidade é um receptáculo do tempo, de suas crises, de suas contradições, em um caleidoscópio vertiginoso onde se cruzam todas as épocas.” (PORTZAMPARC, 1997, p.42). Nesse contexto, é preciso redefinir as relações entre cheios e vazios, compreender a história e projetar o futuro. “A 3ª Era apresenta uma cidade a decifrar, a inventariar, a reciclar, mas também a inventar, a criar.” (PORTZAMPARC, 1997, p. 45). Para tanto, Portzamparc defende a Quadra Aberta como a reinvenção da rua que passa a ser legível e ao mesmo tempo realçada por aberturas visuais e pela luz do sol. Defende assim, uma revisão da relação entre os espaços construídos e os espaços livres, com a coexistência de formas individuais e de formas coletivas (Figura 31).

Temos, nesse trabalho, essa visão que parte do espaço já construído e busca investigar esses espaços para encontrar possibilidades de transformação. Não se trata de como deveria ser a cidade ideal pensada do zero, como um papel em branco, mas sim de lidar com a cidade pré-existente, com todas suas formas consolidadas e camadas de história. Nesse

caso, a ideia de uma Quadra Aberta é uma proposta de nova relação entre edifícios e espaços públicos a partir do reconhecimento de suas formas, funções e valores existentes.

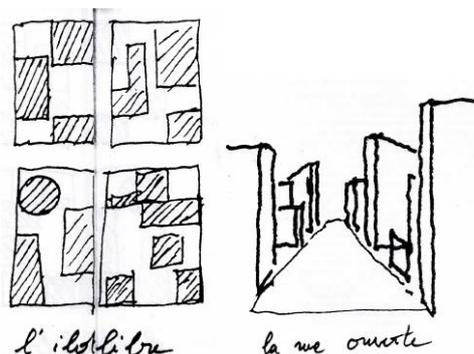


Figura 31: A Quadra Aberta – Portzamparc. Fonte: PORTZAMPARC, C. A terceira era da cidade. In: Revista Óculum, n. 9, Fau Puccamp, Campinas, 1997

As Super quadras de Brasília, a escala residencial da Cidade proposta no plano piloto de Lucio Costa, são um exemplo brasileiro de quadras projetadas que propõem uma forma de implantação diversa ao sistema tradicional de ruas e alinhamento contínuo. Os elementos urbanos são dispostos livremente, de tal forma que não configuram delimitações rígidas entre as ruas e o miolo de quadra (Figuras 32 e 33). A implantação ocorre através de projeções de ocupação e não através de loteamento tradicional.

Nas superquadras, além das residências, seriam instaladas as comodidades que conviessem, como escola primária, lavanderia, etc. Os blocos residenciais poderiam dispor-se livremente, obedecendo apenas a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez de seis pavimentos, com térreo em pilotis e separação do tráfego e veículos do trânsito de pedestres. (BRAGA, 2010, p. 161)

O interior da quadra passa a ser tão público quanto a rua e o uso de pilotis fortalece a permeabilidade do pedestre no pavimento térreo. Com relação à propriedade da terra, “para tornar os terrenos acessíveis ao capital particular, Lucio Costa recomendava que fossem vendidas cotas em vez de lotes e que, de modo geral, os projetos dos grandes núcleos fossem desenvolvidos antes da sua venda parcelada” (BRAGA, 2010, p. 163).

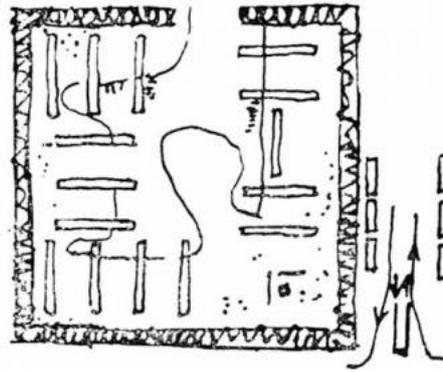


Figura 32: Croquis da Superquadra. Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/10.038/3280?page=3>



Figura 33: Superquadra 308 sul, projetada por Oscar Niemeyer. Fonte: BRAGA, Milton. O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

2.2 A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES E SUA IMPORTÂNCIA PÚBLICA

Espaço livre é um termo abrangente que engloba espaços não edificados que podem ser públicos como ruas, largos, praças e parques ou privados como pátios internos, quintais, jardins particulares e estacionamentos. A expressão espaço livre contém múltiplos significados e, assim como o conceito de paisagem, pode definir diversos modos de abordagem em seus aspectos físicos, ecológicos, sociais e culturais. Os sistemas de espaços livres têm importante papel no desenho e na transformação da paisagem urbana. Raquel Tardin (2008) destaca que esses espaços têm grandes probabilidades de transformação no processo de construção da paisagem já que “conformam o componente mais flexível da estrutura do território seja funcional ou espacialmente” (TARDIN, 2008, p.44). Dessa forma, os espaços livres são vistos

como oportunidades para a reestruturação de uma área e como elementos estratégicos para o projeto do território. Tardin destaca ainda a importância desses elementos na percepção da paisagem:

Como lugar de percepção da paisagem, o espaço livre é parte visível do território que permite estabelecer relações entre os elementos territoriais e construir uma imagem do lugar, através da possibilidade de reconhecimento e preservação de suas características específicas e, conseqüentemente, de sua qualidade visual (TARDIN, 2008, p.45).

Os espaços livres possuem formas, funções e tipos de distribuição diversos no tecido, seja ele urbano ou rural. Esses espaços são impactados por um maior ou menor interesse da gestão pública e pelo grau de planejamento de um determinado espaço e do sistema espacial relacionado a ele. Há ainda muitos casos em que os espaços livres são simplesmente o que sobra da implantação dos espaços construídos.

Miranda Magnoli (2006)¹⁰ analisa as possibilidades de classificação dos espaços livres a partir das funções que costumam ser acopladas a eles. Para isso, ela indica autores como Tunnard-Pushkav (1976) que identifica as funções produtiva, protetora, ornamental e recreativa e Charles Eliot (1976) que distingue espaço livre "de serviço" e espaço livre "estrutural". Magnoli cita ainda o exemplo de Marion Clawson (1969) que identifica, para os espaços livres, funções tais quais propiciar perspectivas e vistas do cenário urbano, propiciar recreação, propiciar proteções ecológica a valores importantes como sistemas de água do subsolo e prevenção de inundações, servir de influência para a morfologia urbana e servir como reserva de áreas para usos futuros. Essas funções podem, no entanto, se sobrepor de diferentes maneiras, em diferentes escalas e em diferentes tempos. Nos voltamos para o estudo dos espaços livres públicos urbanos, cujos papéis normalmente mais perceptíveis são os de propiciar atividades recreativas e de circulação. Tratam-se, portanto, de elementos integradores do convívio humano. "O espaço livre público é o espaço da vida comunitária por excelência." (MAGNOLI, 2006, p.182). E a configuração e os atributos desses espaços afetam diretamente a qualidade do espaço urbano e conseqüentemente a qualidade da vida dos habitantes das cidades.

O aspecto físico, morfológico, desses locais também é um elemento de múltiplas configurações e oportunidades. A forma de distribuição do espaço construído em suas diferentes escalas, desde o lote até a organização de uma região mais ampla, está diretamente vinculada à definição da configuração física dos espaços livres. Magnoli (2006) analisa critérios como a contigüidade dos volumes edificados e as possibilidades de penetração e de

¹⁰ Miranda Magnoli analisa diferentes classificações das funções dos espaços livres a partir do entendimento de diversos autores demonstrando, assim, como essa classificação é uma tarefa bastante difícil e complexa. Ver: MAGNOLI, Miranda M. **Espaço livre: objeto de trabalho**. Paisagem e Ambiente, v. 21, São Paulo, p. 175-198, 2006.

acessibilidade para indicar as diferentes formas de conformação dos espaços livres e de suas relações com os espaços construídos.

Vistos isoladamente, as construções e os espaços livres são apenas elementos soltos, fragmentos. No tecido urbano, são componentes de um sistema complexo e que apresenta diversas formas de articulação e interação.

Em um sistema, diferentes elementos compõem um todo e as suas dinâmicas e as relações estabelecidas entre eles influenciam a estrutura geral do conjunto. No campo da Arquitetura e do Urbanismo, um sistema espacial trata de relações estruturais, funcionais, sociais e morfológicas ocorridas em um espaço ou entre espaços diferentes. E essas organizações e relações são carregadas de significados. Cada parte de um sistema pode conter subsistemas e pode também fazer parte de um sistema mais amplo em escala maior. O estudo das relações entre diversos espaços deve considerar a escala de alcance dessas interações entre os elementos conectados que formam o todo e que estabelecem relações de complementaridade e conectividade.

Os espaços livres urbanos constituem um sistema complexo, inter-relacionado com outros sistemas urbanos que podem se justapor ao sistema de espaços livres (sistema de objetos edificados e seu correspondente sistema de ações) ou se sobrepor, total ou parcialmente enquanto sistema de ações. Entre seus múltiplos papéis, por vezes sobrepostos, estão a circulação e a drenagem urbanas, atividades de lazer, conforto, preservação, conservação, requalificação ambiental e convívio social. (Grupo Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Rio de Janeiro – SEL-RJ, 2009, p.243).

Como o sistema de espaços livres está inserido na estrutura urbana e se relaciona com ela de diversas formas, ele também é composto por diferentes camadas de tempo e sofre constantes transformações. E essas modificações não são lineares, pelo contrário, elas ocorrem paralelamente em diversos aspectos e sentidos. Não se trata de sistemas de um tempo único, mas sim da “estratificação de distintas idades do sistema, no qual confluem as permanências e as modificações que sofreu ao longo dos anos e que permitem identificar cicatrizes e simbioses existentes na atualidade” (TARDIN, 2008, p.48). A análise desses registros e fragmentos nos auxilia a entender a estrutura do sistema de espaços urbanos e a traçar estratégias de intervenção no território. Nesse sentido, entende-se que os espaços livres, seus padrões, tipologias e funções, carregam resquícios das transformações formais e culturais que moldam os espaços das cidades. Vera Tângari (2005) destaca a importância museógrafa dos espaços livres públicos e de seus registros temporais na evolução de conceitos relacionados ao desenho da paisagem. O estudo evolutivo dos tipos de espaços livres nos permite avaliar o desenvolvimento das relações entre uma determinada sociedade e o ambiente já que esses elementos configuram **“registros vivos das transformações**

culturais, onde a concepção de cidade e a forma arquitetônica atuam permanentemente” (TÂNGARI, 2005, grifo nosso).

Dessa forma, esses elementos têm papel importante para a estruturação e percepção urbana. São vistos como registros temporais no desenho da paisagem dada a leitura de suas transformações e de suas relações com a cidade.

A leitura dos espaços livres e de suas características e funções e a percepção desses registros das transformações culturais e de evolução da cidade são de grande importância para a proposta de trabalho. Esses processos de formação e transformação da cidade atual registrados pelos espaços livres públicos e a relação com o desenho e transformação dos espaços construídos nos ajuda a entender melhor a paisagem na qual pretendemos intervir. Os espaços livres do recorte de estudo possuem características e hierarquias diferentes e são registros das diferentes transformações históricas e culturais ocorridas na região central da Cidade do Rio de Janeiro. A proposta para esses espaços deve responder às demandas sociais e culturais, visto que a paisagem da cidade é resultado da lógica físico-espacial e também da social, e desempenhar papel fundamental para a valorização do patrimônio e para o reconhecimento da importância da paisagem urbana do local.

Um olhar mais atento sobre a paisagem pode desvendar espaços subutilizados, e não perceptíveis a uma primeira vista, que podem se transformar em instrumentos estratégicos no desenho do espaço urbano. No caso estudado nesse trabalho, as quadras com áreas centrais não edificadas, com o “miolo” livre, podem ser grandes possibilidades de valorização dos espaços livres públicos e da paisagem urbana. Suas morfologias escondem potenciais de transformação, em tecidos densos onde aparentemente não existe muito espaço para criação de novos elementos para o sistema de espaços livres públicos da cidade.

É preciso também, de modo completar a Krier (1979), entender o papel das vias para além do utilitário. Elas são espaços livres públicos de excelência que reúnem as pessoas e permitem os encontros e as manifestações culturais. No recorte estudado, esses elementos têm papel fundamental na dinâmica do local e nos seus sistemas de espaços livres públicos.

2.3 AS QUADRAS E O ENTORNO

2.3.1 Relações espaciais e funcionais

O padrão de parcelamento da Cidade do século XVIII/XIX, que caracteriza a região, é configurado por lotes tipicamente estreitos e compridos. A região das Ruas da Alfândega, Senhor dos Passos e Buenos Aires, as ruas mais antigas dessa área, apresenta quadras com duas fileiras de lote dessa tipologia. Já o restante da região estudada apresenta quadras com dimensões maiores e formatos diversos (Figura 34). As informações sobre os períodos de

aberturas das principais vias e suas características¹¹ nos ajudam a entender a formação dessas quadras (Figura 34).

- 1- Rua da Alfândega: aberta no século XVII, foi um dos primeiros caminhos que corria em direção à São Cristóvão.
- 2- Rua Senhor dos Passos: A via foi aberta no primeiro quarto do séc. XVIII.
- 3- Rua Buenos Aires (antiga Rua do Hospício): Extensa rua colonial aberta por volta de 1625, ia da atual Primeiro de março até a Praça da República.
- 4- Rua da Constituição (antiga Rua dos Ciganos): logradouro aberto por volta de 1760 em uma propriedade das Carmelitas na região do Rocío que passou a abrigar moradias fixas para ciganos. A Rua recebeu o nome de Rua dos Ciganos até 1865 quando passou a se chamar Rua da Constituição em homenagem à primeira Constituição Brasileira.
- 5- Rua República do Líbano (antiga Rua do Núncio): extensa via consolidada na metade do século XVIII.
- 6- Rua Regente Feijó (antiga Travessa Primeira de São Joaquim): O caminho ligando a atual Av. Marechal Floriano até a atual Visconde do Rio Branco foi registrado em 1808.
- 7- Rua Gonçalves Ledo (Antiga Rua São Jorge): Em 1753, foi construída uma igreja pela Irmandade de São Jorge que batizou o logradouro onde foi implantada. A rua foi alargada na década de 1850 e a Igreja demolida.
- 8- Avenida Passos (antiga Campo da Lampadosa ou Rua do Senhor dos Passo até a Lampadosa): A Rua teve início com a construção de Igreja da Irmandade de Nossa Senhora da Lampadosa por volta de 1747. Em 1903, a rua foi alargada e alongada passando a se chamada de Rua Pereira Passos e depois de Avenida Passos.

¹¹ As informações foram baseadas no trabalho de Nireu Cavalcanti sobre os logradouros e sítios históricos do centro do Rio de Janeiro no período colonial. Ver CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **Rio de Janeiro: Centro Histórico colonial 1567-2015**, Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2016.

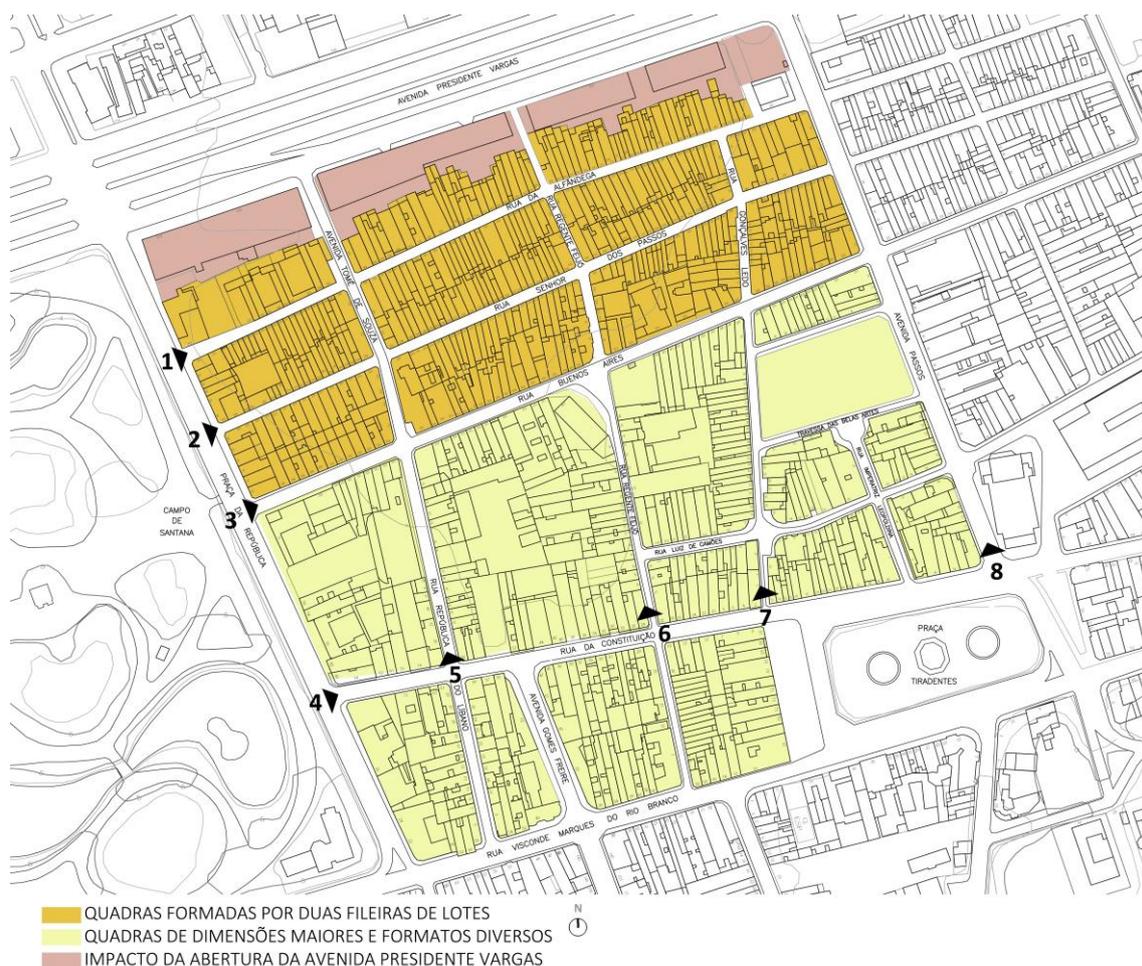


Figura 34: Planta Estrutura Morfológica: Identificação ruas e morfologia das quadras: Desenho da autora com base na cadastral (2016).

É possível perceber que o entorno mantém ainda significativa presença desse parcelamento e que há presença de algumas alterações pontuais devido ao remembramento de lotes e ao aumento de gabarito. As edificações que resultam das alterações nos lotes são também as que apresentam os maiores gabaritos da região, se destacando do conjunto típico de sobrados de dois ou três pavimentos que caracteriza o local (Figura 35).

Antes da região ser considerada área de preservação, foram feitos diversos projetos de alinhamento - PAA e loteamento - PAL com propostas de alargamentos de vias e modificação de lotes. Alguns planos previam até a transformação radical do tecido urbano com abertura de ruas e alteração completa das quadras e padrão de parcelamento. É o caso, por exemplo, do projeto de urbanização proposto para o local em 1947 com previsão da abertura da Avenida Diagonal ligando a Lapa à Praça da República. É interessante destacar que um dos únicos edifícios construídos desse plano configurou a pequena praça que hoje existe no cruzamento entre as Ruas Buenos Aires e Regente Feijó, a Praça do Mascate, e é um elemento marcante na volumetria de uma das quadras de estudo – Quadra A (Figuras 37 e 38).



Figura 36: Planta Arborização. Fonte: Desenho da autora com base na cadastral e em levantamento no local. (2016)

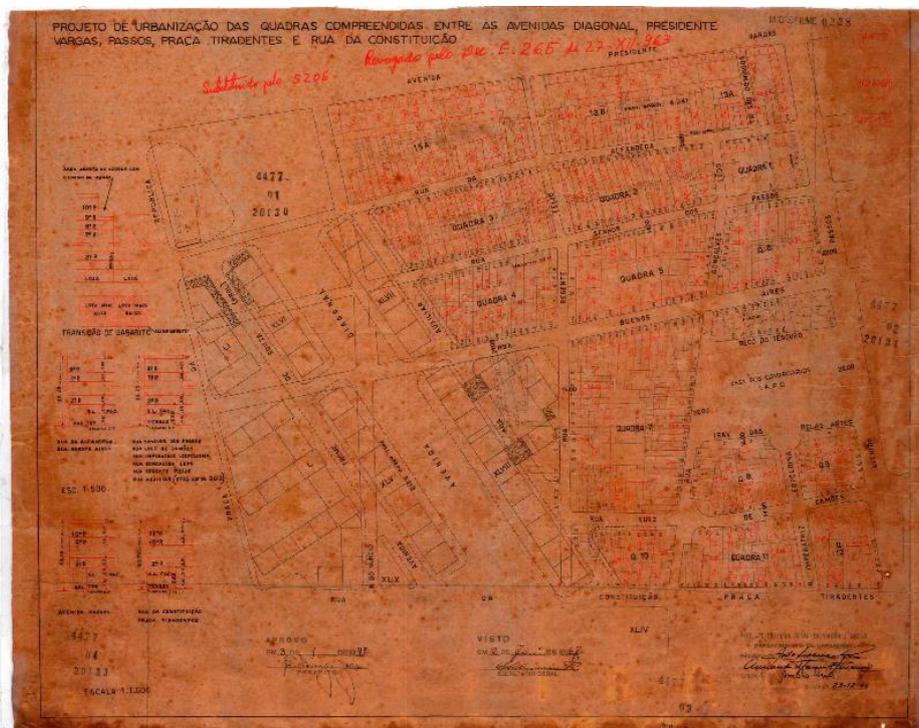


Figura 37: Projeto de urbanização das quadras compreendidas entre as Avenidas Diagonal, Presidente Vargas, Passos, Praça Tiradentes e Rua da Constituição mostrando a proposta de abertura da Avenida Diagonal e a total modificação do parcelamento existente. Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu>. Acesso em janeiro de 2017.



Figura 38: Detalhe da Quadra na proposta de abertura da Avenida Diagonal X Situação atual da Quadra.
Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu>. Acesso em janeiro de 2017 e Google Earth..

Após a criação das leis de proteção do ambiente cultural, esse tipo de PAA foi revogado, o alinhamento permitido para a rua passou a ser o existente e a estrutura do parcelamento das edificações preservadas foi protegido. A mudança de pensamento e de valores da sociedade mudou completamente o modo de atuar na paisagem.

Com relação aos elementos de arborização, a região apresenta, em geral, poucas ruas arborizadas. A concentração de árvores ocorre nos principais espaços livres de permanência, o Campo de Santana e Praça Tiradentes. A Quadra A estudada apresenta arborização em seu interior e na praça do Mascate na esquina das ruas Buenos Aires e Regente Feijó (Figura 36).

Olhando sob a perspectiva das relações funcionais, a região é caracterizada e fortemente reconhecida por seu intenso uso comercial, principalmente varejista, e reúne comerciantes, em sua maioria, descendentes de árabes, judeus e orientais. Antigamente, as edificações costumavam abrigar um pavimento térreo comercial e uso habitacional nos pavimentos superiores. Hoje, os imóveis são praticamente todos de uso inteiramente comercial com os andares superiores sendo ocupados por lojas e depósitos de mercadorias. Por esse intenso uso comercial, essa região possui um grande fluxo de pedestres e de automóveis e uma paisagem sonora marcante. É possível escutar o som do tráfego, das pessoas que caminham e conversam pelas ruas, das propagandas dos comerciantes, dos vendedores ambulantes e das músicas que tocam nas diversas lojas que caracterizam o local. O percurso sonoro é uma sequência de músicas de diferentes estilos, de propagandas dos mais diversos produtos e dos anúncios da Rádio SAARA, um dos principais veículos de mídia da região. As ruas da Alfândega e Senhor dos Passos são vias exclusivas para pedestres e concentram a maior parte das lojas e do intenso fluxo de pessoas que fazem compras na região. O local se tornou um ponto turístico do Rio de Janeiro e é frequentado não só por cariocas e moradores,

mas também por diversos turistas que visitam esse lugar, que se configura como um dos maiores mercados populares da Cidade.

Além do predominante uso de comércio, é possível identificar também alguns usos de escritórios, principalmente na Avenida Presidente Vargas, usos institucionais, religiosos e culturais como por exemplo a Biblioteca Parque, importante equipamento cultural para a Cidade. Como já mencionado, o uso habitacional é escasso na região e toda a vida e movimento que se vê durante o dia praticamente desaparece à noite e aos finais de semana (Figura 39).

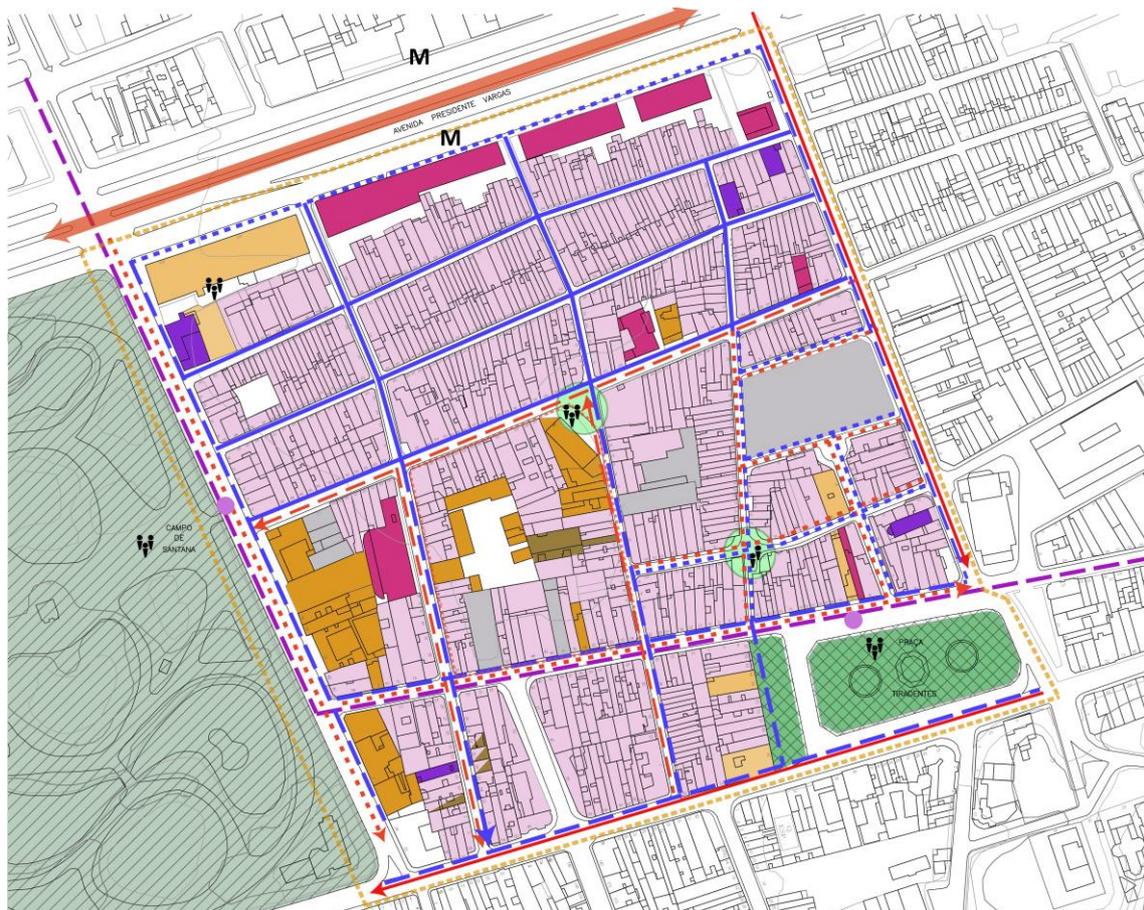


Figura 39: Mapa Aspectos Funcionais e sistema de espaços livres. Fonte: Desenho da autora com base na cadastral e em levantamento no local.

O histórico normativo do Centro do Rio também contribuiu para os principais aspectos que a área possui hoje. A região foi considerada Área Central 2 (AC-2) de acordo com o Decreto 322/1976 que determina o Regulamento do Zoneamento do Município do Rio de Janeiro e a Lei 2.236/1994 que define as condições de uso e ocupação do solo da Área de Especial Interesse Urbanístico da II Região Administrativa, II R.A – Centro. O decreto de 1976 que regula o zoneamento da cidade não previa uso residencial para AC-2, o que contribuiu para o processo de esvaziamento e abandono do centro, principalmente à noite e nos finais de semana. O uso residencial só foi liberado para toda a região administrativa do Centro com a criação da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) em 1993 pelo Decreto 12.409/1993, que pretendia incentivar a revitalização do centro da cidade. Ou seja, foram quase vinte anos de proibição do uso residencial. Hoje, ao contrário, podemos ver uma intenção de incentivar o uso residencial em toda a cidade. Para tanto, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro aprovou uma lei de incentivo à construção de imóveis residenciais, a Lei Complementar nº 166, de 17 de junho de 2016 que estabelece normas de incentivo à produção de unidades residenciais na Cidade do Rio de Janeiro.

O fluxo de automóveis é mais intenso nas vias que delimitam o recorte estudado principalmente a Avenida Presidente Vargas, eixo de conexão urbana, a Avenida Passos e a Rua Visconde Marques de Rio Branco. Destaca-se a posição de centralidade da região e a conectividade com diversas partes da cidade já que a área é facilmente acessível por meios de transporte público como ônibus, metro e mais recentemente o VLT- Veículo Leve sobre Trilhos. O VLT é um meio de transporte implantado pela Prefeitura com a intenção de interligar a região portuária, palco de uma recente transformação urbana, ao centro financeiro da cidade e ao aeroporto Santos Dumont. O trecho SAARA - Praça Quinze entrou em funcionamento em janeiro de 2017 e a próxima etapa irá conectar essa região à zona portuária, mais novo ponto turístico da cidade. Essa obra viária alterou a configuração da Praça da República e da Rua da Constituição, vias por onde esse novo meio de transporte passa de forma compartilhada com os pedestres e com acesso restrito para automóveis.

As quadras estudadas, assim como toda a região, apresentam o uso predominantemente comercial. Destacam -se também a presença da Universidade Mackenzie na Quadra A, no prédio em frente à Praça do Mascate na esquina das Ruas Buenos Aires e Regente Feijó, e usos institucionais como a sede da Subprefeitura do Centro na Rua República do Líbano e o escritório do Centro Histórico na Rua da Constituição.

2.3.2 Os espaços edificados

A estrutura morfológica atual da região é marcada pela presença de sobrados, principalmente ecléticos, de dois ou três pavimentos que ocupam praticamente todo o lote onde estão implantados. É possível identificar algumas construções pontuais com forma e gabarito diversos.

O tipo de edificação mais encontrado é o dos sobrados implantados em lotes estreitos e compridos (Figuras 40 à 43). É possível ver também construções que utilizaram a união de dois ou mais lotes para a implantação das edificações. Outros tipos encontrados são as edificações mais altas inseridas em lotes maiores, resultado das demolições e dos remembramentos ocorridos na época anterior à legislação de proteção (Figura 44). Destaca-se também a tipologia das edificações nas margens da Avenida Presidente Vargas com gabarito alto e lâmina de grandes dimensões. O edifício localizado em frente à Praça do Mascate apresenta a tipologia que mais se destaca do restante com sua implantação, morfologia e gabarito. (Figura 44).



Figura 40: Tipos formais encontrados na região: sobrado da Rua Buenos Aires nº 311. Fonte: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro e foto da autora. (2016)

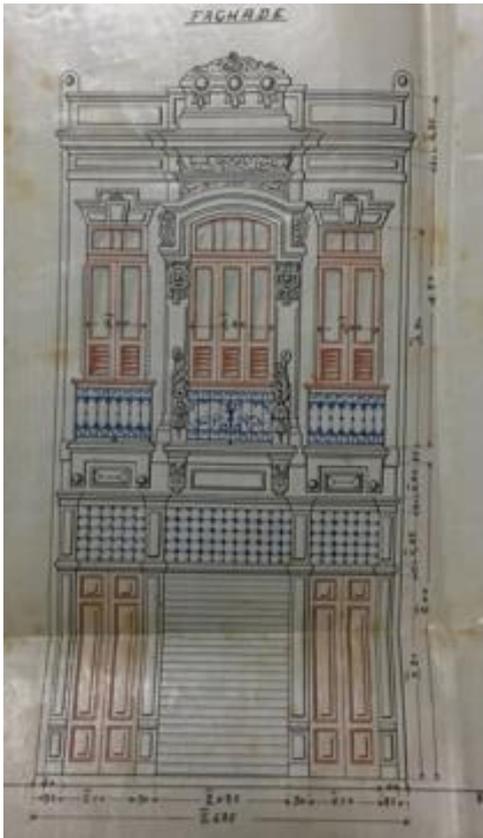


Figura 41: Tipos formais encontrados na região: sobrado da Rua Buenos Aires nº 305. Fonte: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro e foto da autora. (2016).

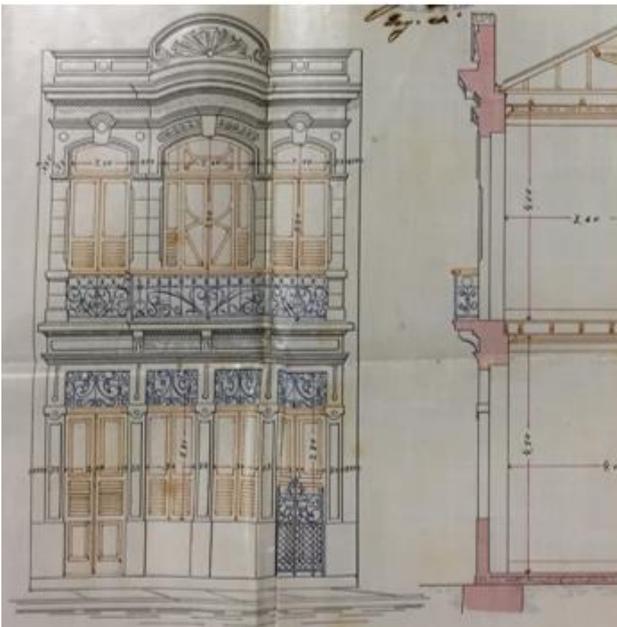


Figura 42: Tipos formais encontrados na região: sobrado da Rua Buenos Aires nº 313. Fonte: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro e foto da autora. (2016)



Figura 43: Tipos formais encontrados na região: sobrado da Rua da Constituição nº 66. Fonte: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro e foto da autora. (2016).



Figura 44: Tipos morfológicos encontrados na região: edificações de lotes e gabaritos maiores. Fonte: Fotos da autora. (2016).

QUADRA A



Figura 45: Fachadas e tipos morfológicos encontrados na Quadra A: sobrados de dois ou três pavimentos e algumas edificações de lotes e gabaritos maiores. Fonte: Desenho da autora (2017).



Figura 46: Situação das fachadas da Quadra A. Fonte: Desenho da autora (2017).

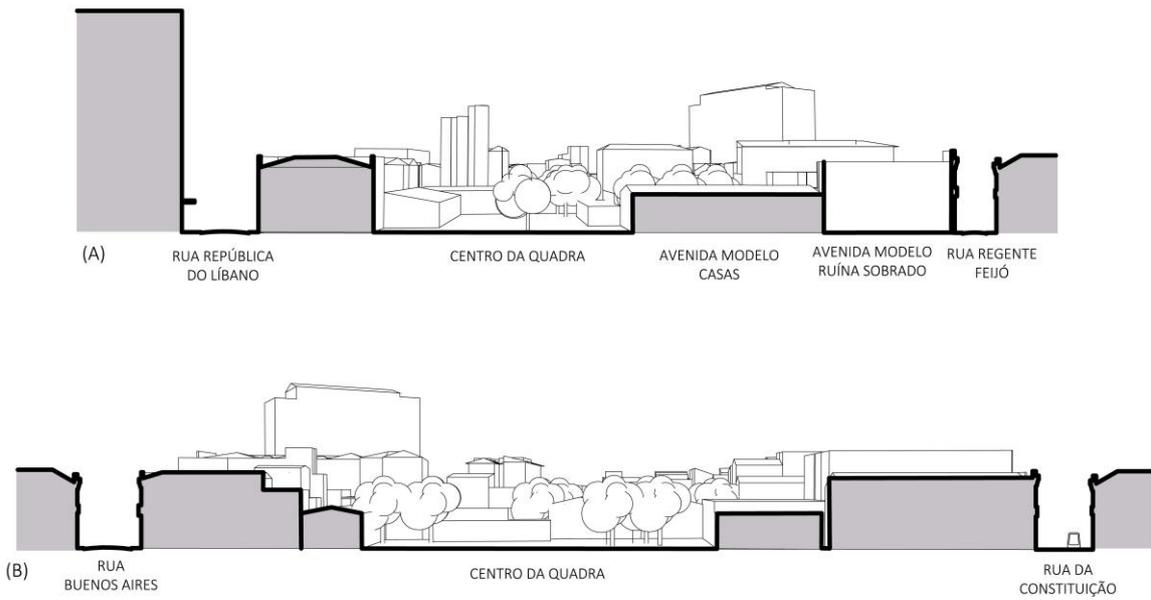


Figura 47: Cortes esquemáticos da Quadra A e das ruas que a delimitam. (A) Corte sentido Rua República do Líbano – Rua Regente Feijó e (B) Corte sentido Rua Buenos Aires – Rua da Constituição. Fonte: Desenho da autora (2017).



(A)



(B)



(C)



(D)

Figura 48: Imagens das ruas que delimitam a Quadra A. (A) Rua República do Líbano; (B) Rua Buenos Aires; (C) Rua Regente Feijó e (D) Rua da Constituição. Fonte: Fotos da autora (2017).

QUADRA B

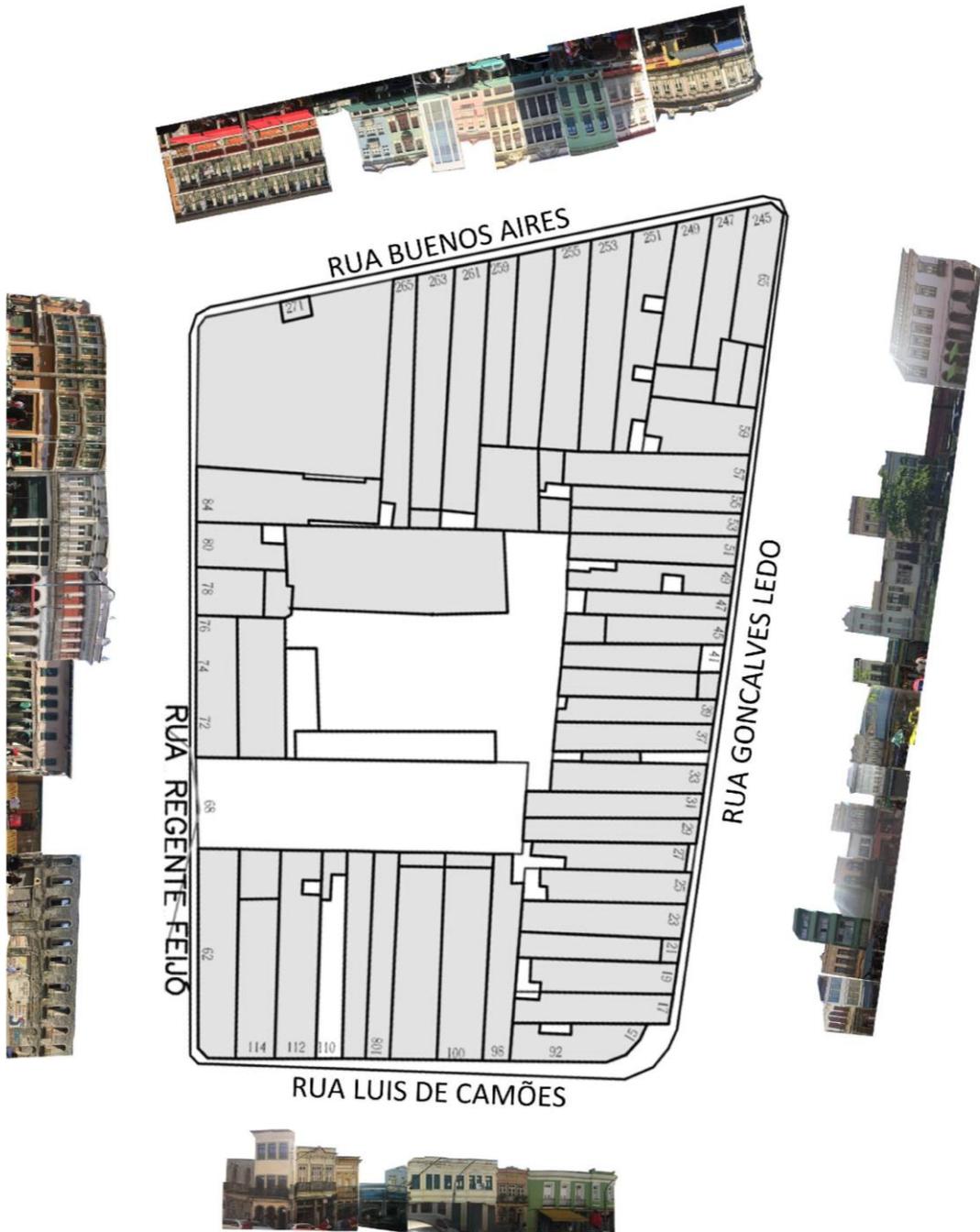


Figura 49: Fachadas e tipos morfológicos encontrados na Quadra B: maior parte de sobrados de dois ou três pavimentos. Fonte: Desenho da autora (2017).

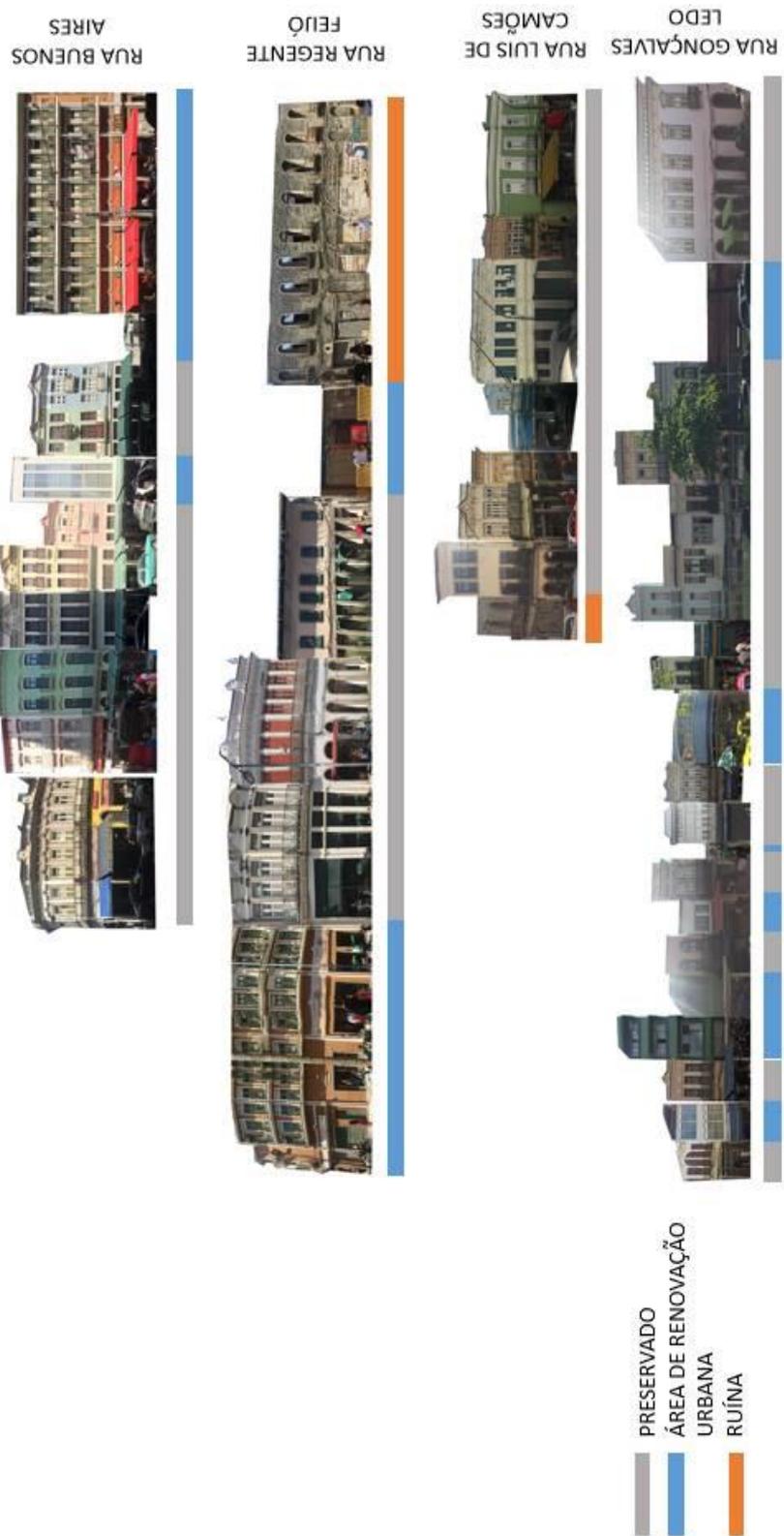


Figura 50: Situação das fachadas da Quadra B. Fonte: Desenho da autora (2017)

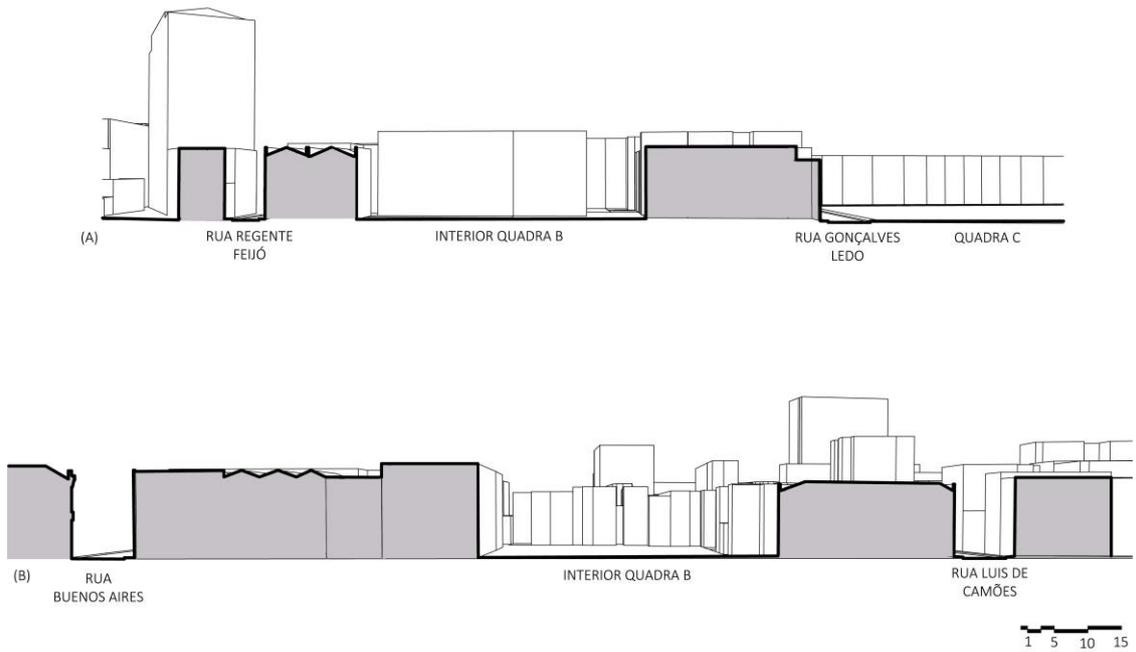


Figura 51: Cortes esquemáticos da Quadra B e das ruas que a delimitam. (A) Corte sentido Rua Regente Feijó – Rua Gonçalves Ledo e (B) Corte sentido Rua Buenos Aires – Rua Luís de Camões. Fonte: Desenho da autora (2017).



(A)



(B)



(C)



(D)

Figura 52: Imagens das ruas que delimitam a Quadra B. (A) Rua Gonçalves Ledo; (B) Rua Luís de Camões; (C) Rua Regente Feijó e (D) Rua Buenos Aires. Fonte: Fotos da autora (2017).

QUADRA C

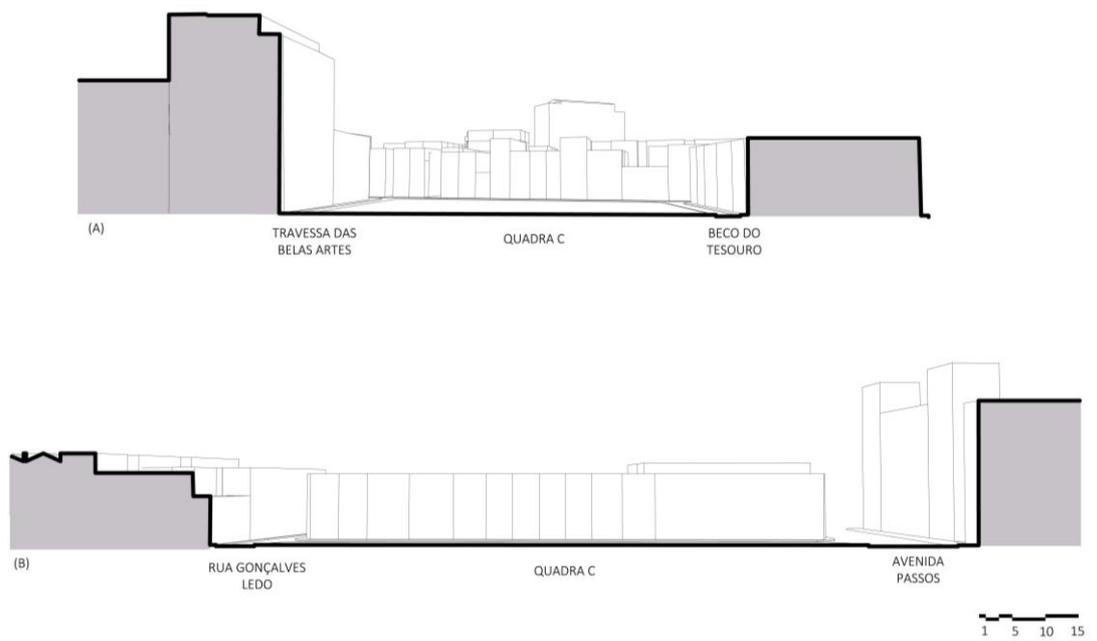


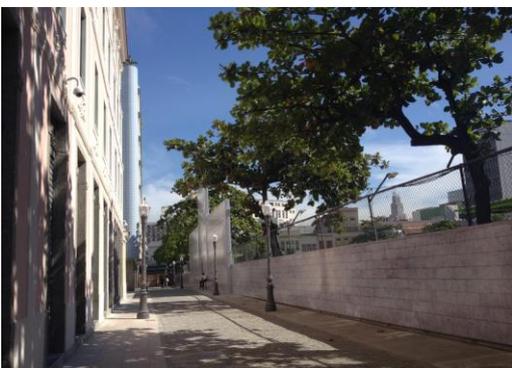
Figura 53: Cortes esquemáticos da Quadra C e das ruas que a delimitam. (A) Corte sentido Travessa das Belas Artes – Beco do Tesouro e (B) Corte sentido Rua Gonçalves Ledo – Avenida Passos. Fonte: Desenho da autora (2017).



(A)



(B)



(C)



(D)

Figura 54: Imagens das ruas que delimitam a Quadra c. (A) Beco do Tesouro; (B) Avenida Passos; (C) Travessa das Belas Artes e (D) Rua Gonçalves Ledo. Fonte: Fotos da autora (2017).

2.3.2 O Sistema de Espaços Livres

O sistema de espaços livres da região é formado por elementos de diferentes características e hierarquias. Identificamos a presença de espaços livres públicos, com acesso irrestrito e função social de vivência comunitária, espaços privados e espaços semi públicos, que permitem o acesso do público, mas de uma forma mais controlada

A análise dos Espaços Livres Públicos, no caso desse tecido urbano consolidado e de valor patrimonial, observa duas categorias (conforme já mencionado no item 2.2): espaços livres de permanência e de circulação.

Na categoria de espaços livres de permanência se destacam a Praça da República (Campo de Santana), que representa uma importante massa verde na região central da cidade, e a Praça Tiradentes.

O Campo de Santana é um espaço livre público de Cidade com reconhecimento na escala metropolitana devido à sua localização adjacente à Central do Brasil. O projeto paisagístico de Glaziou possui importância histórica para a Cidade e também para o país. No local, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, ocorreram importantes momentos da história brasileira como a aclamação do Imperador Pedro I e a Proclamação da República. O projeto do local como Parque Público foi, na época, uma influência do padrão de espaços públicos dos parques ingleses e franceses.

A Praça Tiradentes é considerada um espaço livre público de bairro, tendo influência na região central da Cidade através de suas perspectivas históricas e culturais. O local, que apresenta intenso fluxo durante o dia mas que sofreu um processo de degradação, possui, em suas bordas, uma diversidade de equipamentos culturais como os Teatros João Caetano e Carlos Gomes, o Centro Cultural Hélio Oiticica, a Gafieira Estudantina, o Centro carioca de Design e Studio X e o Centro de referência do artesanato brasileiro no recém restaurado Solar Visconde do Rio Seco. Após a retirada das grades que cercavam o local, a praça passou a receber ocupações culturais com feiras, eventos e blocos de carnaval. O Circuito Tiradentes Cultural¹² é um exemplo de iniciativa com o objetivo de valorizar a região e seu potencial artístico.

Foram identificados também outros locais públicos de permanência, com dimensões e influência menores. Esses espaços foram definidos como espaços livres de vizinhança pois exercem a função de áreas de estar e convivência e são como um respiro em meio às movimentadas ruas da região. São a praça do Mascate conformada pelas esquinas das Ruas Buenos Aires e Regente Feijó e a área conformada pelas Ruas Luís de Camões e Gonçalves Ledo (Figura 55).

¹² "É uma iniciativa de espaços culturais localizados no entorno da Praça Tiradentes que se reuniram para dar visibilidade às suas atividades, realizar ações em conjunto, potencializar a circulação de pessoas e estimular presença e ação dos entes públicos nesta região." Fonte: <https://circuitotiradentescultural2015.wordpress.com/> Acesso em Janeiro de 2017

Percebe-se também que a Praça no interior da Biblioteca Parque é bastante frequentada e se tornou um local de permanência para os frequentadores da região. Há ainda espaços livres privados que são marcantes na paisagem como é o caso da quadra remanescente da demolição da Academia de Belas Artes. A quadra é um espaço não edificado onde funciona um estacionamento, não desempenhando nenhuma função social para a região.

Na categoria de espaços livres de circulação se destacam três níveis de estruturas: a grande via arterial – Avenida Presidente Vargas, as vias coletoras (Avenida Passos, Rua Visconde do Rio Branco e Praça da República) e as pequenas ruas estreitas que compõem a estrutura dessa região. O fluxo de automóveis e coletivos é mais intenso nas vias arterial e coletoras, eixos de conexão urbana, que colocam a região em destacada posição de centralidade e de conectividade com diversas partes da Cidade.

A área é facilmente acessível por meios de transporte público como ônibus, metrô e mais recentemente o VLT- Veículo Leve sobre Trilhos.

O VLT é um meio de transporte implantado pela Prefeitura, em 2016, com a intenção de interligar a região portuária, palco de uma recente transformação urbana, ao centro financeiro da Cidade e ao aeroporto Santos Dumont, e reduzir o número de ônibus circulando na região do Centro. O trecho SAARA - Praça Quinze entrou em funcionamento em janeiro de 2017 e a próxima etapa irá conectar essa região à Zona Portuária. Essa obra viária alterou a configuração da Praça da República (Campo de Santana) e da Rua da Constituição, vias por onde esse novo meio de transporte passa de forma compartilhada com os pedestres e com acesso restrito para automóveis. O VLT possui estações exatamente em frente ao Campo de Santana e à Praça Tiradentes.

O espaço livre no miolo de Quadra A pode ser visto como local semi público. O lote pertence à Prefeitura do Rio de Janeiro e hoje é utilizado para pequenas funções administrativas e depósito da Comlurb. Seu uso está associado à gerência de licenciamento da fiscalização da Prefeitura que funciona na Rua República do Líbano nº 54. O único acesso existente hoje acontece através do pavimento térreo dessa edificação (Figuras 56 a 62). É considerado de uso restrito no sentido que seu acesso não é restrito durante o dia, mas ao mesmo tempo, o tipo de acesso não convida o pedestre a entrar no espaço, que por sua vez, não oferece usos que reforcem a fruição urbana. O espaço não edificado na Quadra B é formado por dois lotes onde funcionam estacionamentos privativos (Figuras 65 e 66). E a Quadra c, completamente livre de edificação, também é ocupada por um estacionamento (Figuras 67 e 68).

A implantação do VLT e a conseqüente restrição do trânsito de automóveis na Rua da Constituição torna essa via mais atraente para o pedestre e cria um tipo de espaço livre com função de circulação que reforça a conexão entre os espaços livres do Campo de Santana e da Praça Tiradentes. Os novos espaços criados no centro da quadra poderão ser conectados diretamente a essa rua, sendo incluído no sistema de espaços livres públicos da região.



-  ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS
-  1. DE CIDADE
-  2. DE BAIRRO
-  3. DE VIZINHANÇA
-  RUAS
-  ESPAÇOS LIVRES SEMI PÚBLICOS
-  ESPAÇOS LIVRES PRIVADOS
-  LOCAIS DE PERMANÊNCIA
-  ÁREA DE ESTUDO
-  OBJETO DE INTERVENÇÃO

Figura 55: Planta Sistema de espaços livres. Fonte: Desenho da autora com base na cadastral e em levantamento no local (2016).

QUADRA A



Figura 56: Espaços livres da Quadra A: localização das imagens. Fonte: Desenho da autora (2017)

Figura 57: 1- Acesso existente para o centro da quadra. Fonte: Foto da autora (2016).



Figura 58: 2- Acesso centro da quadra. Fonte: Foto da autora (2017).



Figura 59: 3-Interior da quadra. Fonte: Foto da autora (2017).



Figura 60: 4-Interior da quadra. Fonte: Foto da autora (2017).



Figura 61: 5-Interior da quadra. Fonte: Foto da autora (2017).



Figura 62: 6-Interior da quadra. Fonte: Foto da autora (2017).



Figura 63: Praça do Mascate na esquina das Ruas Buenos Aires e Regente Feijó. Fonte: Foto da autora (2017).



Figura 64: Rua da Constituição: uso preferencial de pedestres e VLT. Fonte: Foto da autora (2017).

QUADRA B



(1)

Figura 65: Espaços livres da Quadra B: localização das imagens Fonte: Desenho e foto da autora (2017).



(2)



(3)



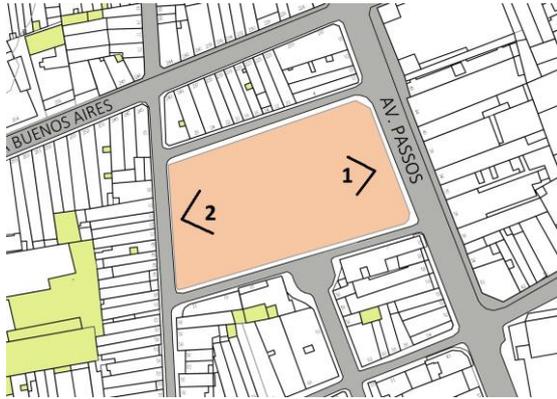
(4)



(5)

Figura 66: Vistas dos Espaços livres da Quadra B. Fotos da autora (2017).

QUADRA C



(1)

Figura 67: Espaços livres da Quadra c: localização das imagens Fonte: Desenho e foto da autora (2017).



(2)

Figura 68: Vistas dos Espaços livres da Quadra c. Fotos da autora (2017).

3.1 POTENCIALIDADES DO LUGAR

Analisando os dados e levantamentos reunidos durante a análise, destacam-se características fundamentais do lugar como a excelente localização na **centralidade** da região, o que torna viável a introdução de uma série de usos, de novas dinâmicas e conexões. A sua **articulada rede de mobilidade**, com uma abrangente e diversa oferta de transporte público, permite a conectividade da área com diversos pontos da cidade. Apesar dessa potencialidade, é de extrema relevância notar que a região apresenta um movimento pendular com atividade intensa durante o período diurno e esvaziamento no período noturno e finais de semana.

Por ser umas das principais áreas de comércio varejista da cidade, a região configura um **polo de atração** e oferece um ambiente muito **bem-dotado de serviços**. A região apresenta também importantes manifestações culturais como as da Praça Tiradentes, além da própria influência cultural exercida pelo SAARA como um dos **principais mercados populares da cidade** e da importância cultural da arquitetura e do espaço urbano que configuram o recorte estudado. Esses fatores indicam que a região poderia ser ainda mais explorada e aproveitada pelo turismo e pelos próprios habitantes da cidade.

A **qualidade paisagística do conjunto** e a sua integridade física, apesar do mau estado de conservação e uso inadequado de alguns imóveis, são de relevante e reconhecido valor para o patrimônio cultural da Cidade do Rio de Janeiro. Se trata de um espaço que apresenta registros das diferentes épocas e transformações que moldaram essa parte da cidade configurando, assim, uma viva documentação da histórica carioca. A presença de espaços não ocupados ou subutilizados é um problema, mas ao mesmo tempo é uma oportunidade para a dinamização do ambiente urbano a partir de um processo de renovação desses espaços que podem e devem ser transformados, mas sempre procurando respeitar a memória da Cidade. Outro aspecto relevante é a presença de um **sistema de espaços livres públicos com características e hierarquias distintas**, o que enriquece a fruição do ambiente urbano e cultural. A leitura, qualificação e conexão desses espaços se faz necessária e relevante para a valorização da paisagem do conjunto. A presença de quadras com miolos não edificadas e de uma Quadra completamente livre de edificação é também uma excelente oportunidade de transformação com a possibilidade de criação de novas ambiências, novos lugares e novas conexões que podem enriquecer e valorizar a região como um todo.

Os movimentos de revitalização existente na área também são grandes potenciais para a realizações de projetos na região. O incentivo ao retorno do uso residencial no Centro, como o Programa Novas alternativas e o recente decreto municipal de incentivo à produção de habitações na Cidade do Rio de Janeiro e o incentivo à recuperação do Patrimônio, como o programa Pró APAC por exemplo, mostram que intervir na região é necessário. Recentemente, a Prefeitura criou um grupo de trabalho para criar um plano de ação para ocupação e/ou

revitalização de imóveis vazios ou subutilizados na 1 e 2 regiões administrativas - portuária e centro (Decreto nº 42.882 de 10 de fevereiro de 2017). Esse tipo de iniciativa também mostra o interesse e a importância da região para a Cidade.

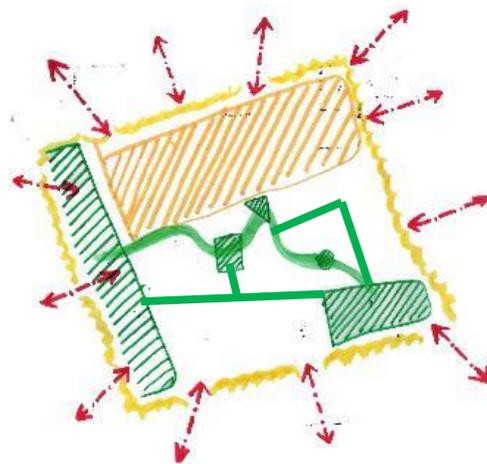


Figura 69: Croqui síntese. Fonte: Desenho da autora (2016).

Considerando o diagnóstico realizado, a proposta parte da reflexão de questionamentos como: quais são os potenciais e os problemas do local? Como solucionar problemas e como potencializar qualidades? Primeiramente, analisaram-se as principais características, problemas e potencialidades do lugar para que fosse possível definir diretrizes de intervenção.

O espaço livre no centro da quadra da Quadra A é um terreno pertencente à Prefeitura, que se encontra subutilizado, com acesso restrito, sendo utilizado apenas por funcionários da Prefeitura como estacionamento e depósito. A abertura desse espaço para uso público, a inserção de novas funções que permitam um uso continuado do espaço e a abertura de vias que permitam o cruzamento através da quadra irão dinamizar o espaço urbano, valorizar o bem tombado Avenida Modelo, que hoje se encontra escondido no miolo de quadra, os bens preservados pelo Corredor Cultural e a paisagem cultural dessa região.

A Praça do Mascate, pequena praça no cruzamento das ruas Buenos Aires e Regente Feijó, é um local de estar para os frequentadores da região e que possui também atividades como uma banca de jornal e um ponto de taxi além de ser a porta de acesso de uma universidade. A percepção desse lugar como local de permanência mostra a necessidade de se ter pequenas áreas de respiro e estar em meio às estreitas e movimentadas ruas da região mesmo com a presença de um parque como o Campo de Santana e uma praça como a Praça Tiradentes. É importante destacar a presença da Universidade Mackenzie que ocupa atualmente três edificações nessa quadra, de frente para a Praça do Mascate. O Campus não possui uma área aberta de estar e lazer para os estudantes e as praças do entorno podem exercer essa função. A construção de edifícios residenciais, com unidades pequenas, também pode ser um grande atrativo para os estudantes que desejam morar perto da Universidade.

A área centro da Quadra B é formada pelos espaços não edificados no fundo de dois lotes voltados para a Rua Regente Feijó. Essa área livre, que necessitaria de desmembramentos e desapropriação, é também uma oportunidade de inserir novos usos, principalmente o habitacional, novas conexões e novos espaços livres. E a Quadra c, uma das raras quadras não edificadas do Centro do Rio de Janeiro e que já foi objeto de estudo de vários projetos, atualmente é utilizada como estacionamento, mas também poderia abrigar novos elementos que contribuiriam para a dinâmica da região.

3.2 A FORMA DE OCUPAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA

Para a construção de uma **nova forma**, nos voltamos para o desenho e a função do miolo de quadra, partindo do princípio da criação de uma praça de uso público, elemento de grande valor simbólico como aponta Krier (Figura 70).



Figura 70: O conceito da Praça de uso público no miolo da quadra. Desenhos da autora (2017).

Primeiramente, são estudadas as possíveis conexões dos miolos de quadra com as ruas circundantes, verificando as ligações mais estratégicas e de viável implantação. A conexão entre esses espaços através da abertura de ruas e passagens irá permitir uma maior utilização do miolo da quadra e a valorização do conjunto do entorno (Figura 71). Para a criação dos novos acessos, ressalta-se a importância de criar visadas que convidem o pedestre a percorrer e utilizar esse espaço e de criar um tratamento adequado para as empenas laterais dos edifícios que limitam essas novas vias de acesso. Essa definição de acessos tem também como princípio a ligação das três quadras objetos de intervenção, criando um novo percurso a ser conectado ao sistema de espaços livres públicos existente na região (Figuras 72).

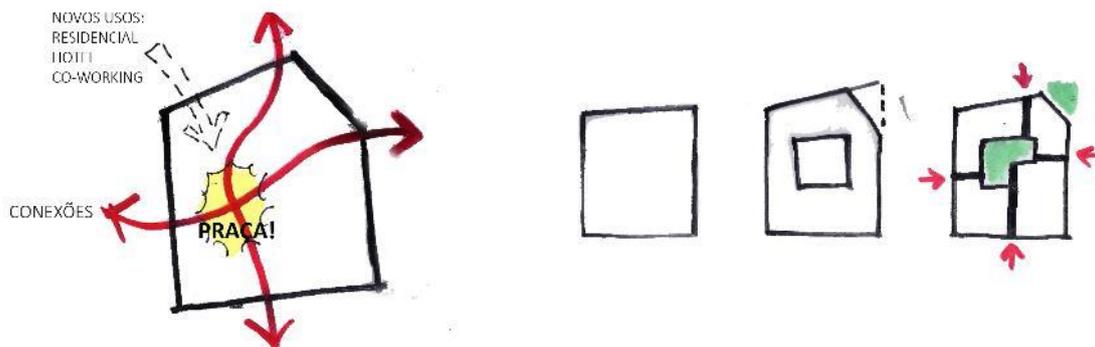


Figura 71: Forma da Quadra A, da praça interior e conexões com as ruas de acesso. Fonte: Croqui da autora. (2016)

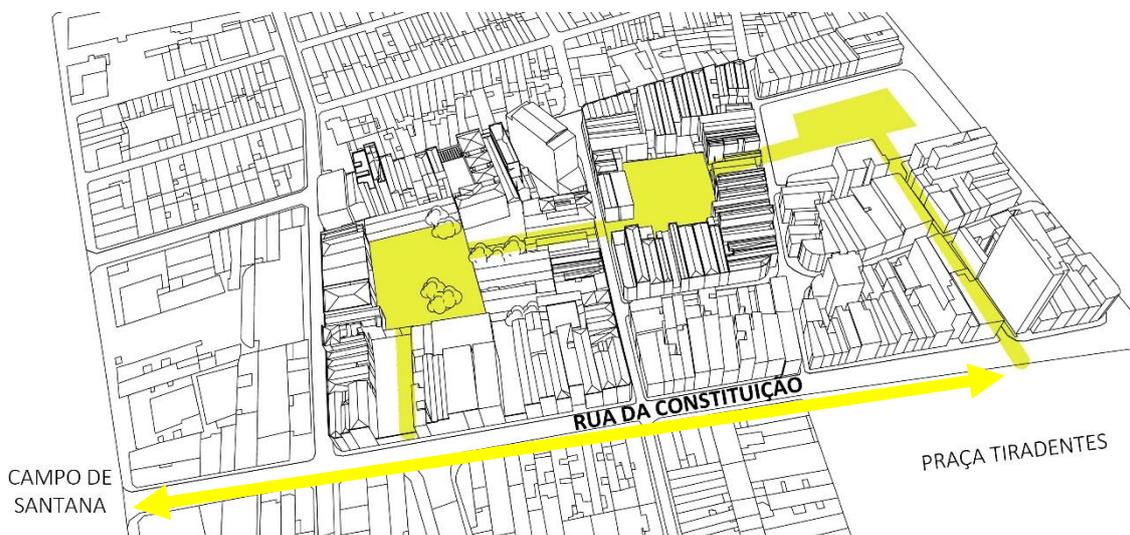


Figura 72: Percurso conectando as três quadras objeto de intervenção. Fonte: Desenho da autora. (2017)

Ao conectar os três quarteirões, cria-se um novo percurso pelo interior das quadras existentes. Esse percurso se insere ao sistema de espaços livres públicos da região, principalmente através da conexão pela Rua da Imperatriz Leopoldina, um importante eixo de ligação com a Praça Tiradentes e da Rua da Constituição que leva a uma ligação com o Campo de Santana (Figura 58). Nessa proposta, a Rua da Constituição exerce papel fundamental pois trata-se de um espaço livre público de um ambiente histórico, mas que sofreu recente intervenção e transformação na sua paisagem e função. A implantação do VLT – Veículo leve sobre trilhos, além de trazer para a paisagem um marco de intervenção contemporânea, reconfigurou o tratamento da Rua restringindo o acesso de carros e melhorando as condições de circulação dos pedestres. Caminhar pela Rua da Constituição passou a ser mais fácil e agradável, reforçando um eixo de conexão entre outros dois grandes espaços livres públicos, o Campo de Santana e a Praça Tiradentes, que pode e deve ser melhor aproveitado. A reforma executada deixou a rua com o piso nivelado, um convite ao uso do pedestre por todo o espaço, e incluiu os trilhos necessários para a implantação do VLT

(Figura 74). Durante as obras, foram descobertos trechos do piso histórico da Rua e a Prefeitura deixou uma janela de memória desse passado.

O espaço livre formado pela Rua da Constituição é, agora, também um registro das transformações ocorridas na Cidade nos últimos tempos. Dessa forma, essa via é um elemento importante e simbólico na conexão com os novos espaços propostos neste trabalho.

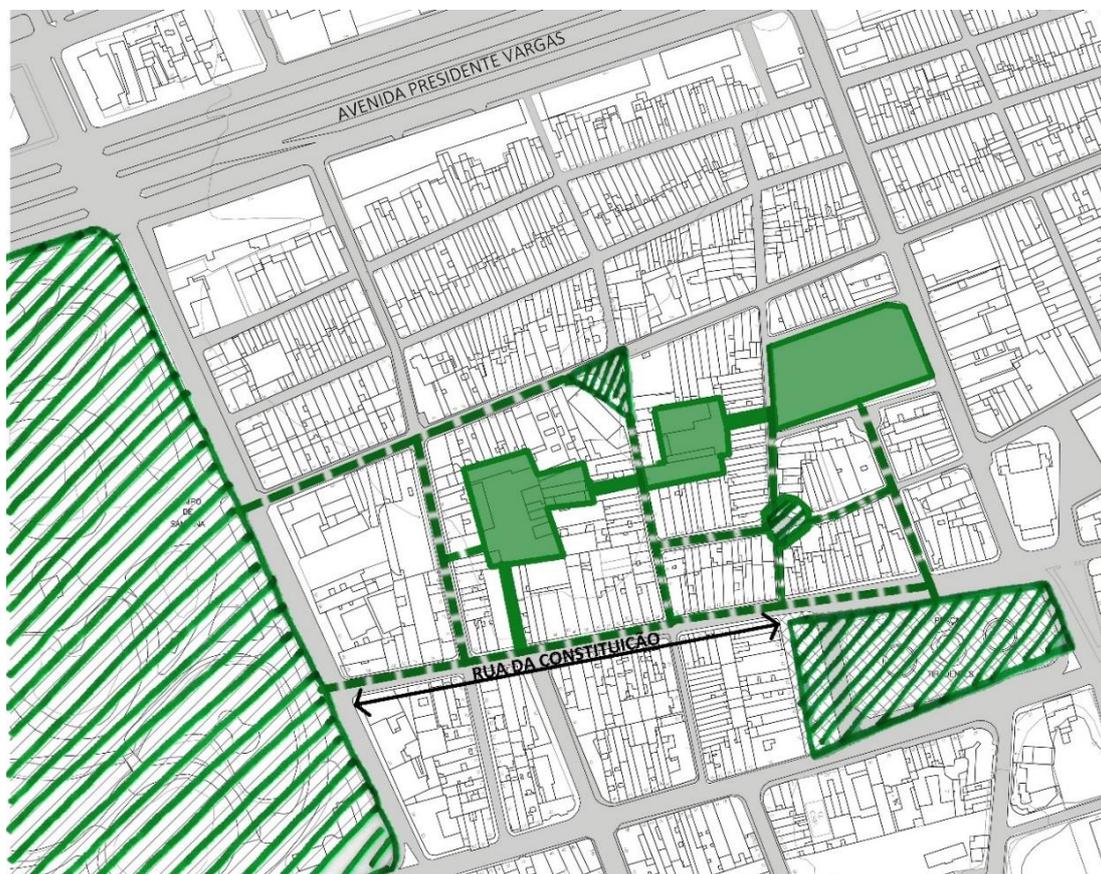


Figura 73: Inserção de novos espaços no sistema de espaços livres da região. Fonte: Desenho da autora (2017).



Figura 74: Rua da Constituição ontem, com carros e estacionamento, e hoje com a implantação do VLT e o nivelamento do piso. Fonte: Google earth 2012 e foto da autora (2017).

A criação de um percurso por dentro das quadras consolidadas permite a inclusão de novas construções e novos usos ao mesmo tempo que cria novos espaços livres de uso público e propõe uma nova estrutura de circulação e novas formas de experimentar o espaço urbano. A criação desse novo percurso, contemporâneo, deixa as novas formas voltadas para dentro da quadra, preservando a ambiência urbana exterior, objeto de proteção do patrimônio cultural. Isso torna possível uma considerável intervenção capaz de atrair novas dinâmicas ao mesmo tempo que protege o patrimônio existente. A possibilidade de novas experimentações também é uma forma de intensificar a fruição e a valorização do Patrimônio do local.

As novas construções no interior das quadras deverão ser implantadas de forma periférica para que fiquem ao redor do centro livre garantindo a configuração da praça. A ideia é criar novos lotes, a partir do desmembramento, acrescentados aos lotes já existentes e ampliar ainda mais as possibilidades programáticas.

A volumetria dessas edificações, buscando harmonia com as edificações pré-existentes, tal como a composição das fachadas terão grande influência na qualidade desse espaço urbano. Para atingir esse objetivo, é importante o estudo sobre alinhamentos e gabaritos, buscando as melhores visadas e relações de continuidade entre os espaços edificados e livres.

Para implementar esses conceitos, serão necessárias algumas desapropriações para que seja possível criar os acessos e a praça afim de se evitar o uso coletivo condominial ao invés do uso público. A ideia é trabalhar com as novas edificações dentro dos limites de cada lote criando diretrizes para ocupação de cada um deles a fim de garantir o espaço livre desejado de uso público.

O espaço livre no interior da Quadra A faz parte do lote da Rua República do Líbano nº 54 e pertence à Prefeitura do Rio de Janeiro, o centro da Quadra B faz parte de lotes privados na Rua Regente Feijó nº 68 e nº 74 e a Quadra C pertence atualmente à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os lotes das bordas das quadras são, em sua maioria, lotes privados sendo necessárias algumas desapropriações para a criação das ruas de acesso. Dessa forma, é importante verificar quais são as possibilidades de renovação existentes nas bordas das quadras, analisando quais lotes estão livres de edificação e quais possuem construções sem valor patrimonial que poderiam ser modificadas ou demolidas. Além disso, as quadras apresentam algumas edificações preservadas que estão em ruínas, mas que poderiam ser recuperadas, ganhar novos usos e contribuir para a revitalização do conjunto. A partir desses parâmetros, foram definidos onze lotes considerados estratégicos para a implantação do projeto (Figura 75).



LOTES ESTRATÉGICOS:

- LOTE DE PROPRIEDADE PÚBLICA
- LOTE DE PROPRIEDADE PRIVADA - LIVRE DE EDIFICAÇÃO
- LOTE DE PROPRIEDADE PRIVADA - EDIFICAÇÃO PASSÍVEL DE RENOVACÃO
- LOTE DE PROPRIEDADE PRIVADA - EDIFICAÇÃO PRESERVADA

Figura 75: Mapa de lotes estratégicos para implantação do projeto. Fonte: Desenho da autora. (2017)

Comparando a situação atual da região com as propostas definidas no Projeto do Corredor Cultural de 1987 (PAA 10.600/PAL 41.632), chegamos à conclusão que algumas propostas já feitas poderiam ser resgatadas e implementadas e que outras poderiam ser revistas visto que a situação atual do conjunto passou por transformações desde então (Figura 76). Para a Quadra A, por exemplo, o projeto do Corredor Cultural já previa o uso do centro de Quadra como praça e já definia algumas desapropriações para os acessos (Figura 77). No entanto, o projeto não chegou a ser desenvolvido e implementado e o miolo de quadra, hoje, é utilizado como estacionamento e depósito da Prefeitura do Rio de Janeiro.

A Quadra B possuía em seu interior a indicação de imóveis que faziam parte da categoria de preservação, mas a situação atual mostra que não há edificações construídas nesse miolo de quadra que hoje é utilizado como estacionamento. E para a Quadra C, a proposta do projeto era a transformação de todo o quarteirão, ainda hoje completamente livre de edificação, em uma praça (Figura 76). Após as análises realizadas nessa dissertação, propomos o resgate da proposta de praça para a Quadra A, a implantação de solução

semelhante para a Quadra B e a criação de novas edificações para a Quadra C considerando a implantação de uma praça, de dimensões menores, apenas em seu interior. Consideramos que a Praça Tiradentes, localizada muito próxima, exerce a função de uma praça dessas dimensões para essa região e que seu uso tem que ser intensificado e mais valorizado. Dessa forma, a Quadra C deveria receber novas formas e novos programas que ajudariam a atrair diferentes dinâmicas para a região.



Figura 76: Proposta Corredor Cultural (à esquerda) X Situação atual (à direita). Fonte: PAA 10.600/PAL 41.632 e Desenho da autora. (2017)

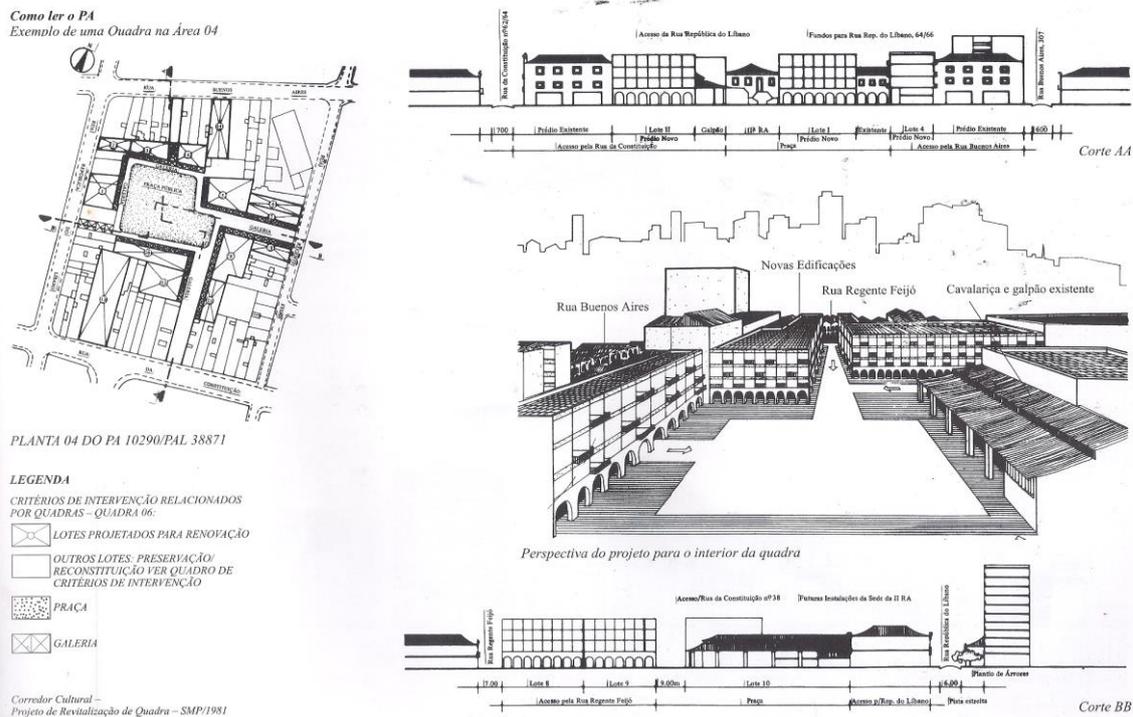


Figura 77: Proposta Quadra do Corredor Cultural. Fonte: RIOARTE/IPLANRIO. Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural. 4 ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002.

Tabela 1: Quadro comparativo entre situações do Corredor Cultura, atual e proposta.

	Quadra A	Quadra B	Quadra C
Corredor Cultural	Utilização do miolo de Quadra como praça.	Definição de Edificações preservadas no centro da quadra	Praça
Situação Atual	Utilização do centro de Quadra como estacionamento, depósito e áreas administrativas da prefeitura do Rio de Janeiro.	Não há edificações construídas no interior da quadra.	Espaço livre utilizado como estacionamento privativo
Situação Proposta	Utilização do miolo de Quadra como praça e implantação de novas edificações com usos diversos.	Utilização do miolo de Quadra como praça e implantação de novas edificações com usos diversos.	Inclusão de novas construções e novos programas (residencial e comercial) e praça de dimensões menores.

Analisando a forma do objeto de estudo para pensar a ocupação do espaço, vimos que das três quadras de intervenção, duas (Quadras A e B) são compostas por uma borda de edificações, em sua maioria sobrados de dois ou três pavimentos preservados pelo Corredor Cultural, e por um centro de quadra livre de edificação. Já a terceira quadra, Quadra C, é um espaço completamente livre, sem a presença de nenhuma edificação preexistente. Conceitualmente, as quadras A e B são entendidas através de bordas que significam a pré-existência preservada e de miolos livres que significam possibilidades de renovação. Para a forma de ocupação da Quadra C, a ideia é seguir esse conceito pois a borda dessa quadra, apesar de ser uma nova arquitetura a ser construída, é uma volumetria que se relaciona diretamente com o ambiente urbano histórico e que participa da forma e da ambiência das ruas do entorno (Figura 78). Dessa forma, os volumes da borda devem ter formas que dialoguem com as ruas circundantes e o interior da quadra, assim como nas quadras A e B, pode ter uma liberdade de intervenção um pouco maior.

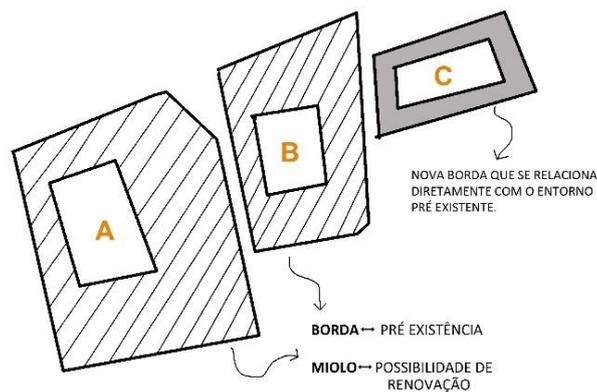


Figura 78: Croqui conceito Borda x Miolo. Fonte: Desenho da autora. (2017)

Como apontado por Krier, cada decisão projetual do espaço construído ajuda a definir a ambiência do espaço urbano e, nesse caso, também a relação com o Patrimônio, o diálogo entre formas antigas e as novas. Foram feitas reflexões sobre questões como os acessos ao centro das quadras, que podem ser mais abertos e convidativos aos pedestres ou podem ser mais protegidos sugerindo espaços mais reservados. As implantações das novas construções no interior das quadras podem ter alinhamento regular ou irregular conferindo diferentes ritmos na visualização do espaço urbano das novas praças. A seção das edificações também tem grande influência na configuração do espaço livre público, há a possibilidade de manter todos os volumes alinhados com a altura das edificações existentes ou trabalhar com gabaritos maiores no centro de quadra ou, ainda, com escalonamentos a partir do estudo das diferentes visadas das ruas. A implantação do programa também pode ser separada por edificações, por lotes, por pavimentos ou sugerir misturas dentro de uma mesma edificação e criar conexões entre as novas edificações propostas. Vemos que, como menciona Krier, há inúmeras possibilidades de desenhos (Figura 79).

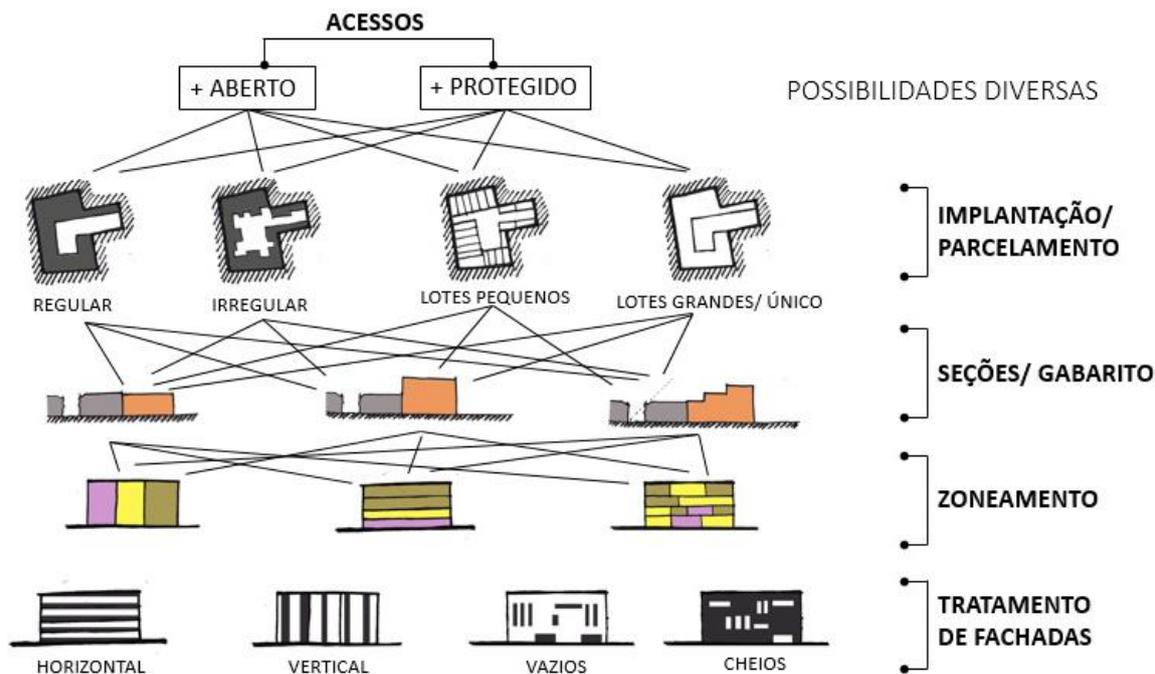


Figura 79: Esquema de possibilidades de desenho. Fonte: Desenho da autora (2017).

3.3 ESTUDOS DE REFERÊNCIA

Para auxiliar o desenvolvimento dos conceitos propostos para o objeto de estudo, foram analisados três projetos de intervenção que tratam de questões de inserções de novas formas e de novos usos em contextos de valor patrimonial.

O primeiro projeto analisado, a requalificação do Chiado em Lisboa, Portugal, aborda o tema da criação de novos **espaços livres públicos** no interior de quadras em regiões consolidadas no centro histórico da cidade, um dos nossos principais interesses dessa pesquisa e proposta de intervenção. O segundo estudo, uma proposta projetual de unir habitação social e turismo na cidade antiga de Havana, Cuba, mostra a importância da flexibilidade e da **diversidade de usos** na renovação da dinâmica urbana, além de propor uma forma de turismo que se integra com a população local e com o Patrimônio cultural. O terceiro projeto, uma intervenção para a criação de um edifício híbrido em uma quadra do centro de Rotterdam, Holanda, aborda a questão da **forma da quadra**, das relações de gabarito e da flexibilidade nos volumes, além de também abordar a questão da multifuncionalidade em áreas centrais e históricas.

3.3.1 Requalificação do Chiado, Lisboa, Portugal - Álvaro Siza Vieira

Em 25 de Agosto de 1988, um grande incêndio atingiu a região do Chiado no centro histórico da Cidade de Lisboa em Portugal, destruiu edifícios seculares, exemplos de arquitetura simbólicos e impactou a vida, os hábitos e a atmosfera daquele lugar tão importante

para a cultura e história portuguesas. A região, compreendida entre a Rua do Carmo, Rua Nova do Almada, Rua do Crucifixo, Rua Garrett e Rua do Sacramento ocupa uma posição estratégica de transição entre a Baixa Pombalina e o Bairro Alto constituindo um importante espaço cívico e comercial da Cidade antiga.

Antes do incêndio, a área sofria com um processo de decadência e abandono, com o fechamento de alguns estabelecimentos comerciais e com o quase desaparecimento do uso residencial. Após a catástrofe, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa convidou o arquiteto português Álvaro Siza Vieira para pensar a recuperação do Chiado. O arquiteto aceitou o desafio de intervir e recuperar um lugar histórico dessa importância, com o objetivo de preservar a herança do estilo pombalino¹³ e, ao mesmo tempo, inserir inovação nessa área da cidade. A operação era vista como oportunidade para um novo ressurgimento e para uma atualizada requalificação. Siza “imaginou novos espaços de circulação, comunicação e sociabilidade, projectou edifícios com memória e a metamorfose dela, recorreu a soluções estruturais e construtivas surpreendentes, praticou metodologias de trabalho inovadoras e apropriadas.” (COSTA. In: SIZA VIEIRA, 2013, p.14).

Para tal projeto, a Câmara Municipal de Lisboa estabeleceu alguns princípios orientadores, entre eles o de responder às necessidades dos usuários e transformar a área num espaço para viver, trabalhar, comprar e de lazer. Dessa forma, um dos objetivos do plano era estabelecer o condicionamento de usos a partir do uso comercial, visando o regresso das empresas ao local e revertendo a situação decadente anterior ao incêndio, do uso habitacional, com índices de ocupação entre 30 e 40% e com predomínio de apartamentos de 2 e 3 quartos e de qualidade diversificada e a inclusão de equipamentos de hotelaria, cultura e lazer. Propunha-se, assim, funções diversificadas que possibilitariam a renovação da dinâmica urbana desse centro histórico da Cidade. Também eram princípios norteadores do projeto melhorar a interligação entre a Baixa Pombalina e a Colina do Bairro Alto, reduzir trânsito e congestionamentos facilitando o acesso às atividades locais, integrar o plano com a estação de metrô projetado para o Chiado (Estação Baixo Chiado), recuperar ou reconstruir as fachadas existentes ou demolidas, atender ao enquadramento na área histórica respeitando volumetrias e tratamento de fachadas e melhorar as condições de salubridade, conforto e segurança dos edifícios. O projeto de Álvaro Siza compreende desde o espaço urbano até o detalhe das edificações e mostra que esse é um projeto que trata de trabalhar a partir da cidade existente e da necessidade de ter consciência do que era preciso manter e do que era imperioso modificar.

Ao propor seu projeto de requalificação, Álvaro Siza trabalha a questão do miolo de quadra e da sua transformação em espaço livre público ao propor pátios interiores com

¹³ Marques de Pombal teve importante papel na reconstrução de Lisboa após o terremoto que atingiu a cidade em 1755 e dá nome ao estilo arquitetônico predominante na região.

O bloco A é composto, em suas bordas, por edificações de estilo pombalino que foram restauradas e que passaram a abrigar usos de comércio, escritórios e habitação. No seu interior, o que antes era um local de armazéns e depósitos desordenados passou a ser um pátio público conectado às vias circundantes através de três passagens. A criação desse novo conceito de espaço livre para o Chiado é uma inovação já que o estilo pombalino não previa o uso do interior dos quarteirões como espaço público. O miolo de quadra é, portanto, tratado no projeto como um espaço de renovação, criando uma nova rede de comunicação entre as ruas e trazendo para dentro da quadra uma nova atmosfera contemporânea e um novo percurso surpreendente para os usuários. Esse interior de quadra, mais protegido, intimista e de desenho mais livre, contrasta com o tecido urbano do Chiado e com a ambiência característica de suas ruas tradicionais. É uma nova abordagem para um espaço que antes era fechado ao público.

O bloco B também é composto por edificações de estilo pombalino que precisaram ser restauradas ou reconstruídas e por um espaço interior que foi transformado em pátio de uso público. Esse pátio funciona como um eixo de comunicação entre importantes espaços do Chiado, conectando o Largo do Carmo, em cota mais elevada, às ruas de cota mais baixa. Além de criar novas conexões, a definição da limitação de profundidade das construções e a criação do pátio melhoraram as condições de ventilação e iluminação das edificações.

O bloco C é formado basicamente por duas importantes edificações que se destacam da maioria de estilo pombalino da região. O edifício Chiado e o edifício Grandella são elementos de grande relevância para a história e estrutura urbana do local devido às suas características arquitetônicas, localização e função. O edifício Chiado funcionou como um Convento desde a fundação medieval até a instalação dos Armazéns do Chiado, passando pela destruição em um terremoto e se mostrando persistente na sua “condição de majestoso monumento, construído pela Geografia e pela História – plataforma de comunicação e contentor universal, insensível a usos, alterações e incêndios” (SIZA VIEIRA, 2013, p.47). É um elemento de localização marcante, estando no eixo de perspectiva da Rua Garret e conectando as ruas importantes do Chiado com a Baixa Pombalina. O projeto de Siza previa uso de hotel para esse edifício, mas os proprietários acabaram por implementar um centro comercial e deixaram apenas os últimos andares para uma unidade hoteleira. Uma intervenção de grande importância foi a conexão com a estação de Metro Baixo Chiado através de um acesso localizado nesse edifício e voltado para a Rua do Crucifixo. Essa rua, que antes era uma via secundária e de pouco movimento, passou a ter novas movimentações, uma nova dinâmica que aproximou os bairros do Chiado e da Baixa.

O Edifício Grandella foi construído em 1906 com projeto de Georgers Dumay e é um exemplo, raro em Portugal, de estrutura em ferro “art nouveau” e com fachadas em pedra com decoração figurativa e enormes vãos, de desenho certamente contaminado pela austeridade da Baixa e pelas condições locais de construção (SIZA VIEIRA, 2013, p.47). Esse edifício, de uso comercial e com áreas de estacionamento, também funciona como em elemento de

conexão entre as ruas que o circundam, vencendo a diferença de cota existente. Esses dois edifícios são, portanto, plataformas de ligação entre a Rua do Carmo no Chiado e a Baixa do centro histórico de Lisboa. Além da recuperação das fachadas e da inserção de novos usos nesses dois estratégicos imóveis, foram criados novos atravessamentos e pontos de chegada reforçando a nova dinâmica de conexões e percursos proposta por Siza.



(A)

(B)

(C)

Figura 82: (A) Pátio do Bloco A; (B) um dos acessos ao Bloco B; (C) Rua do Carmo com edifício do Chiado ao fundo.

Fonte: Google Earth

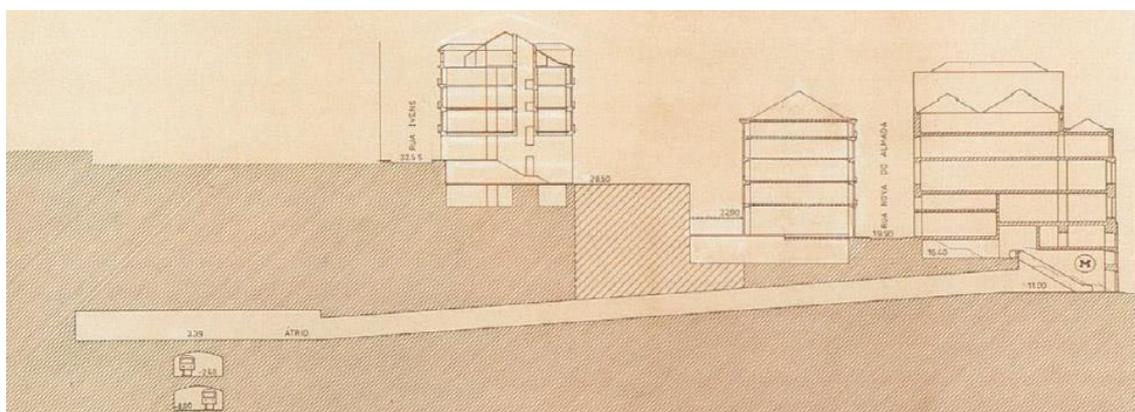


Figura 83: Corte longitudinal pelo túnel de conexão entre a Rua do Crucifixo e o metrô. Fonte: SIZA VIEIRA, Álvaro.

Chiado em detalhe. Lisboa: Editora Verbo, 2013.

A composição desses blocos, as conexões propostas e a criação de novos espaços públicos mostram a busca do arquiteto em estabelecer novas movimentações. “A abertura de novos percursos e a sua conformação em áreas mais alargadas permitirá contactos mais fáceis, cómodos e numerosos” (SIZA VIEIRA, 2013, p.20). O projeto implementado por Siza propõe convites ao movimento e, conseqüentemente, estabelece novas formas de experimentar o espaço urbano e de vivenciar o Patrimônio existente. E o ponto principal de

transformação para um espaço urbano já tão consolidado são esses miolos de quadra que estavam esquecidos ou subutilizados.

"No que toca ao desenho, como quase sempre acontece num projecto de âmbito limitado, o essencial da sua definição depende das relações com a zona considerada, com as margens, com as zonas de transição, **lá onde se encontra uma notável vocação de transformação, nos interstícios esquecidos no corpo da cidade.**" (SIZA VIEIRA, 2013 p.15, grifo nosso)

Essas novas conexões e os espaços no interior das quadras se tornam novos elementos para o sistema de espaços livres públicos da região que é composto por espaços de dimensões, características e hierarquias diversas como a Praça do Comércio, o Parque Ribeira das Naus, a Praça Dom Pedro IV, Praça da Figueira e Praça Luís de Camões, e Largos como o Largo do Carmo e o Largo do Chiado, além das próprias ruas que exercem função não só de circulação mas também de convivência e permanência principalmente nas áreas comerciais da Baixa (Figura 84). Os novos pátios criados nos miolos de quadra são caracterizados como espaços públicos de atmosfera mais tranquila e preservada, de desenho mais simples e de ambiência diversa à existente nos demais espaços livres públicos existentes nesse tecido urbano consolidado e histórico.



Figura 84: Sistema de Espaços Livres Públicos: Parques, Praças, Largos e ruas existentes e a criação de novos espaços livres no interior de quadras do Chiado. Desenho da autora sobre base de Google Earth 2016.

Essa oportunidade de projeto de intervenção em um sítio histórico destruído por uma catástrofe poderia ser encarada pelos mais conservadores como uma obrigação de continuidade do estilo pombalino em todas as dimensões ou, ao contrário, ser vista como uma

oportunidade de intervenção de grande impacto e contraste, de experimentação da arquitetura contemporânea. Álvaro Siza optou por uma solução em que preserva a memória do Chiado mas que também traz formas de inovação e de adaptação às dinâmicas contemporâneas principalmente através da criação dos novos percursos propostos.

Com relação aos espaços construídos, o arquiteto define e desenha com cuidado cada detalhe. O restauro de cantarias, os elementos decorativos, o desenho das esquadrias e o desenho das ferragens foram estudadas a partir de exemplos da tradição pombalina. Os regulamentos de publicidade, a definição de pavimentos exteriores e dos demais elementos urbanos também foram pensados para estar em harmonia com o ambiente histórico. O registro de detalhamento do projeto de esquadrias, por exemplo, indica que foram feitos diversos estudos de portas e janelas com tipologias mais simplificadas dos perfis tradicionais, mas que todos os resultados foram grosseiros. Dessa forma, o estilo pombalino foi estudado a fundo para ser reinterpretado no desenho das reconstruções necessárias das edificações devastadas pelo incêndio.

As fachadas voltadas para o interior dos pátios, novas em sua maioria, têm desenho simples e harmônico com as proporções das edificações existentes. Nessa relação formal, tanto na volumetria quanto no tratamento de fachadas, o projeto procura uma neutralidade, uma postura que se aproxima mais da assonância, sem criar grandes contrastes com as edificações preexistentes.

Siza chegou a receber críticas sobre a sutileza de sua intervenção no desenho das fachadas das edificações. Havia quem dizia que praticamente não se via a arquitetura, a “mão criadora” do arquiteto, um dos mais renomados do país. Siza dizia que cada projeto tem uma necessidade interna, uma vocação, e que isso não depende da vontade do arquiteto. É possível ver a sensibilidade do autor em preservar e recuperar a memória e a arquitetura pombalina, deixando a intervenção contemporânea para os interiores das quadras, para a adaptação das edificações aos usos e hábitos atuais e para os novos sistemas de circulação que estruturam o espaço. A importância desse plano de intervenção está principalmente nas novas conexões urbanas propostas e na criação desses novos ambientes no interior das quadras.

“Diz Álvaro Siza que o principal não reside nas fachadas, mas antes no **interior dos quarteirões**, onde em boa parte as fachadas são novas, reduzindo a profundidade construtiva a quatorze metros para abrir ao público pátios interiores em ligação com as ruas periféricas. Esta operação que usa a **perfuração urbana em pequena escala gera uma nova porosidade** valorizando um particular microambiente propício a outros usos mais serenos“ (BYRNE. In: SIZA VIEIRA, 2013, p.16, grifo nosso).

Pode-se dizer que dimensão urbana do plano de Siza traz o fator de inovação com a criação de novos percursos, de novas conexões e de novas ambiências adaptadas às

dinâmicas da cidade atual e que a dimensão dos detalhes, a do pormenor como definem os portugueses, traz a memória na medida que o arquiteto estuda com cuidado o restauro, recuperação de cada fachada e o desenho de cada componente construtivo das edificações sejam elas existentes ou novas.

Este estudo de referência foi selecionado por trabalhar a inclusão de novos elementos no sistema de espaços livres públicos em uma área consolidada da Cidade histórica e por mostrar como isso é uma forma de valorização do Patrimônio edificado e, ao mesmo tempo, é uma forma de renovação e de criação de novas dinâmicas e conexões. Assim como no objeto de estudo desta dissertação, os centros de quadra são vistos como oportunidade de transformação e de adaptação às dinâmicas da cidade contemporânea e como fator importante na fruição e valorização do Patrimônio Cultural.

3.3.2 A Symbiotic Relation of Cooperative Social Housing and Dispersed Tourism in Havana Vieja, Iwo Borkowicz.

Cuba, a maior ilha do Caribe, é um país de realidade complexa, multicultural e histórica. Desde a revolução liderada por Fidel Castro em 1959, foi o único regime comunista estável no hemisfério norte tendo relações próximas com a União Soviética na Guerra Fria e relações complicadas com os Estados Unidos. O país tem situação política complexa sofrendo embargos econômicos e isolamento. A sua capital Havana possui um rico patrimônio de arquitetônico da época da colonização espanhola e o centro da Cidade Antiga, Havana Vieja, é Patrimônio Mundial da UNESCO desde 1982. Como após a revolução, o foco do Governo passou a ser as áreas rurais, os edifícios da capital foram deixados de lado e a situação do patrimônio arquitetônico e da infraestrutura atualmente é bem precária.

O arquiteto Iwo Borkowicz, um dos vencedores do Prêmio de Arquitetura de Jovens Talentos de 2016, desenvolveu um projeto com a finalidade de trazer vitalidade, novas dinâmicas urbanas, sociais, econômicas e desenvolvimento sustentável para esse núcleo histórico da cidade.

Primeiramente, o autor parte para uma análise dos potenciais do lugar relacionados à produção, transformação e uso do espaço analisando esses potenciais para definir um caminho de intervenção arquitetônica. Dentre os tópicos de potencialidades levantados se destacam o crescimento de pequenos negócios de rua, a crescente demanda turística, a existência de uma crise habitacional cubana, o avanço nas relações internacionais e na

discussão de uma possível abertura do país e as consequências culturais, sociais e econômicas disso¹⁴.

De acordo com a pesquisa de Borkowicz, a cidade histórica – Havana Vieja, após meio século de falta de manutenção, sofre com o colapso total ou parcial de uma edificação a cada três dias. Cuba sofre uma crise imobiliária e escassez de unidades habitacionais. De acordo com um estudo de 2010 apontado pelo autor, o país necessita de cerca de 500 mil unidades de habitação para atender de forma adequada as necessidades da população, mas devido ao colapso dos edifícios, este número é estimado entre 600 mil e 1 milhão.

Em meio à crise habitacional, o país também vivencia uma crescente demanda turística. O governo cubano entende o grande potencial financeiro desses investimentos, mas, ao mesmo tempo, é muito cauteloso com as ameaças presentes nesse crescimento turístico já que as características do turismo de massa são muito capitalistas e, dessa forma, estão em contradição com os valores comunistas cubanos, além de contribuir para problemas sociais como a gentrificação. No entanto, o governo cubano permite que a população alugue quartos de suas próprias casas desde 1997 e esses espaços, conhecidos como "casas particulares", ajudam a responder à demanda turística sem a necessidade de construção de grandes complexos hoteleiros.

Este aspecto, combinado com a grande necessidade de habitação e chance de possíveis ganhos econômicos para a população, inspirou o autor a desenvolver uma proposta de intervenção arquitetônica que combina habitação social com turismo no centro da cidade histórica de Havana. O objetivo seria chegar a um turismo baseado em vizinhança, no qual os benefícios vão diretamente para locais moradores. A ideia de Iwo Borkowicz para o projeto é renovar edifícios existentes parcialmente em ruínas e acrescentar anexos verticais para atender o plano de oferecer unidades residenciais e de gerar renda e movimentar a economia da região com o turismo ao mesmo tempo que apoia o desenvolvimento de pequenos comércios. "Este modelo ajuda a lidar com a demanda turística e diminui a pressão para construir grandes hotéis, que costumam estar alheios à paisagem cubana e, especialmente, à paisagem urbana da Havana Antiga" (BORKOWICZ, 2016 p. 18 Tradução nossa). A combinação das diferentes funções é vista como essencial para a renovação da dinâmica urbana da área e para a recuperação e valorização do Patrimônio cultural e arquitetônico.

Como desenvolvimento do projeto de pesquisa, o autor estabeleceu o recorte de intervenção (Figura 85) e definiu seis protótipos. Os protótipos 1 e 3 consistem em projetos para terrenos existentes onde existem edifícios de um andar em condições precárias e que

¹⁴ O trabalho de Borkowicz foi realizado nos anos de 2015/2016, período em que as relações entre Cuba e Estados Unidos avançaram através, principalmente, de um acordo de aproximação firmado pelo então presidente americano Barack Obama.

A proposta de Borkowicz apoia a produção de telhas cerâmicas cubanas, que refletem luz solar e ajudam a evitar superaquecimento, e propõe utilização de materiais como as tradicionais grades em ferro e de fachadas que remetem aos edifícios característicos da cultura de Havana Vieja, coloridos e decorados. Não é definida nenhuma escolha de cor para deixar que cada cooperativa de habitação personalize a sua casa. O autor defende também o processo colaborativo tanto de projeto quanto na etapa de construção das edificações. Todas as escolhas de sistemas construtivos, matérias e composição de fachadas são feitas, portanto, de forma consonante com o Patrimônio do entorno.

Além das propostas arquitetônicas que incluem flexibilidade, conforto ambiental e gabarito e materialidade em harmonia com o conjunto urbano preexistente, o trabalho de Borkowicz mostra uma possibilidade de utilizar o turismo como ferramenta de valorização e desenvolvimento do centro histórico. Não como um turismo predatório, que expulsa moradores tradicionais e transforma cidade em museus, mas uma proposta de combinação de usos que dá ao turista a possibilidade de experimentar uma cultura cubana mais profunda e, ao mesmo tempo, fornece uma nova dinâmica econômica para os moradores, além da troca de experiências culturais.



Figura 86: Identificação dos imóveis e o conceito de espaço coletivo no térreo das edificações. Fonte: <https://willhavana.wordpress.com/>

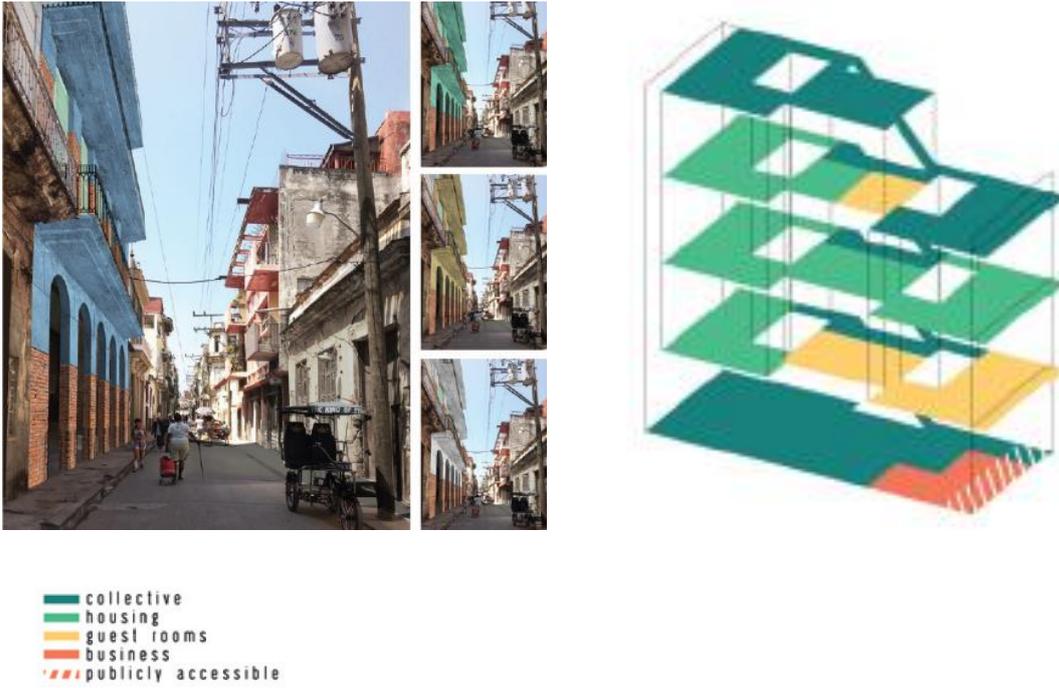


Figura 87: (À esquerda) Protótipo 01 e diferentes possibilidades de cores. (À direita) Setorização do protótipo 01. Fonte: <https://willhavana.wordpress.com/>



Figura 88: Corte Protótipo 01. Fonte: <https://willhavana.wordpress.com>

3.3.3 Timmerhuis, OMA – Office for Metropolitan Architecture, Rotterdam, Holanda

Propor uma nova intervenção para uma Quadra com pre-existências históricas envolve interpretar o contexto existente e pensar nas relações entre o antigo e o novo na paisagem, na forma, nos usos e na construção de novos significados. O Timmerhuis15 é um projeto que surgiu a partir de uma demanda da Prefeitura da Rotterdam de criar um complexo multiuso localizado na área central da cidade que abrigaria atividades municipais, escritórios, unidades residenciais, lojas e espaços culturais.



■ Timmerhuis - Edificação existente □ Nova edificação

Figura 89: Timmerhuis (à esquerda) Localização e (à direita) imagem da edificação existente e da nova intervenção.

Fonte: Google Earth e Foto da autora (2016).

O projeto, que teve as obras concluídas em 2015, foi resultado de um concurso de Arquitetura realizado em 2009 e vencido pelo escritório holandês OMA - Office for Metropolitan Architecture. Ao conceber o projeto, o OMA teve que lidar com questões como a relação entre os monumentos e uma arquitetura nova, a integração urbana na articulação entre a nova sede e a cidade, a funcionalidade com o mix de usos demandados e a técnica, materialidade e sustentabilidade, tudo isso em um projeto de grande escala¹⁶ que é ao mesmo tempo arquitetura e paisagem.

¹⁵ A tradução do termo Timmerhuis seria “casa da carpintaria” em referência ao local onde se armazenavam os materiais ligados à construção da cidade.

¹⁶ Seria um projeto que se enquadra na categoria de “Bigness”. Ver: KOOLHAAS, R. & MAU, B. S, M, L, XL. Nova Iorque: The Monacelli Press, 1995

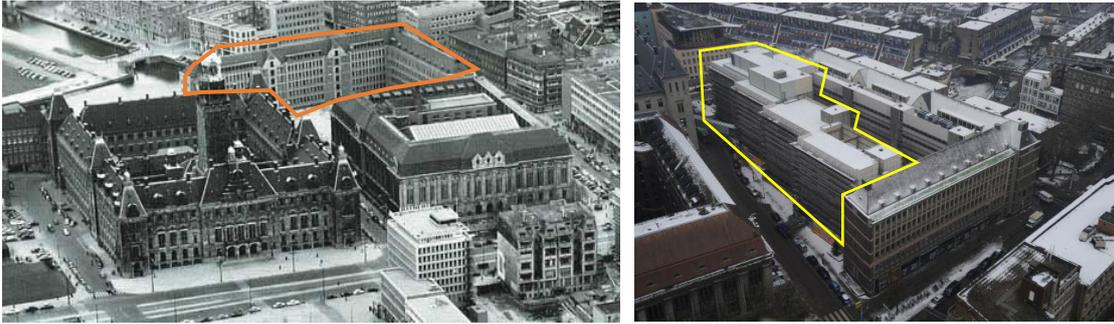


Figura 90: (À esquerda) Edificação do Stadstimmerhuis construída nos anos 1950 e localizada atrás do edifício da Prefeitura e do edifício dos correios. Foi considerada Patrimônio municipal de Rotterdam em 2000. Fonte: <http://www.vensterarchitekten.nl/>. (À direita) Acréscimo construído na quadra em 1970. Esse acréscimo foi demolido em 2011. Fonte: <http://www.wederopbouwrotterdam.nl/en/>

A quadra onde o projeto do OMA foi realizado está localizada na região central da Cidade, atrás do edifício da Prefeitura e do antigo edifício dos correios, duas construções históricas e sobreviventes do arrasamento da cidade decorrente dos bombardeios da II Guerra Mundial. Nessa quadra, está construído o Stadstimmerhuis, nome dado à edificação que abriga os departamentos municipais ligados à construção e ao planejamento da cidade. Essa edificação foi projetada pelo arquiteto J.R.A. Koops nos anos 1950 após o antigo edifício de planejamento municipal ter sido destruído durante a guerra e foi o local onde se desenvolveram diversos planos da reestruturação de Rotterdam no pós-guerra. Na época, construiu-se somente metade do projeto original, os dois trechos que ficam de frente para as ruas Meent e a Haagseveer. O projeto completo nunca chegou a ser totalmente construído. Nos anos 1970, foi realizado um acréscimo no centro da quadra (Figura 90).

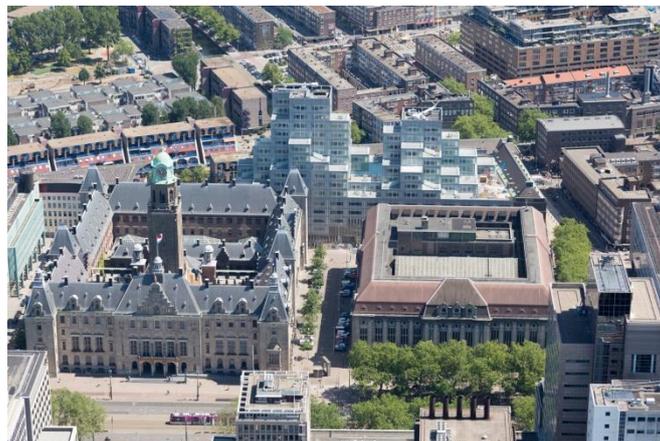


Figura 91: Projeto do OMA construído em 2015. Fonte: Archdaily

A edificação de J.R.A. Koops foi designada como Patrimônio Municipal de Rotterdam no ano de 2000 por seu valor na história da reconstrução da cidade no pós-guerra. Já a ampliação realizada nos anos 1970 não foi considerada relevante e foi demolida em 2011 para a implantação da nova intervenção proposta no concurso elaborado pela Prefeitura em 2009.

Se trata, portanto, de um lugar que está carregado de história e significado e que foi palco de diversas transformações da cidade. A própria história das transformações ocorridas nessa Quadra Ao longo do tempo, com catástrofes, construções, demolições e decretos de tombamento, mostra como chegamos a uma época em que é necessário lidar com a questão sobre o que se deve preservar e o que se deve demolir, discussão que o próprio Rem Koolhaas¹⁷ levanta ao lidar com o tema da preservação na exibição Cronocaos¹⁸ realizada na Bienal de Veneza de 2010. E foi com esse contexto repleto de significados e camadas de tempo que o OMA propõe uma nova intervenção para essa quadra no centro histórico de Rotterdam.

Conteúdo: uma cidade dentro da cidade

Um edifício híbrido com essas dimensões se torna ao mesmo tempo arquitetura e paisagem. É uma verdadeira cidade dentro da cidade. A escolha pela utilização de módulos possibilita uma flexibilização na forma de ocupar o espaço fazendo com que o edifício possa se adaptar aos diferentes programas propostos. Possibilita diferentes situações como liberar o térreo para criar maior relação com a cidade e implementar o comércio e o uso cultural, possibilita ter uma base mais densa e fechada para abrigar escritórios e também formas mais estreitas, verticalizadas e com maior área de ventilação para possibilitar o uso habitacional. As diferentes funções do edifício se adequam ao conceito proposto para o projeto. E as diferentes formas de ocupar o espaço estão relacionadas com cada um dos usos dentro do edifício híbrido.

Trazer a diversidade de usos para os centros históricos é um fator de grande relevância quando se pensa na preservação do patrimônio das cidades. Atualmente, vemos casos de uma certa obsessão pelo passado, como aponta Koolhaas, e muita áreas de cidades históricas se tornaram imutáveis, congeladas e transformadas em museus. Inserir esses sítios históricos no cotidiano urbano através de usos diversos, principalmente com a implantação do uso residencial, é ajudar a manter vivo o organismo que é a cidade.

¹⁷ Rem Koolhaas, arquiteto fundador do OMA – Office for Metropolitan Architecture

¹⁸ Cronocaos. Disponível em <http://oma.eu/lectures/cronocaos-preservation> e <http://oma.eu/projects/2010/venice-biennale-2010-cronocaos>.

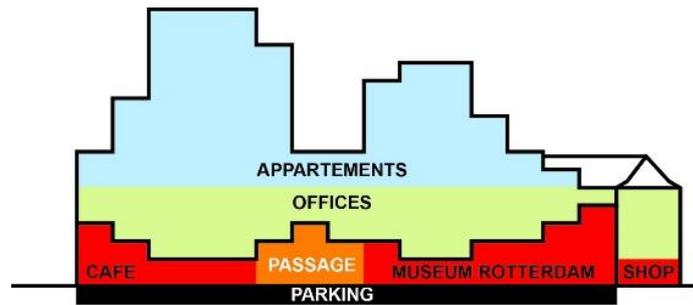


Figura 92: Timmerhuis: Esquema de usos. Fonte: Archdaily

Segundo as Cartas Patrimoniais, a polifuncionalidade é essencial para a preservação de sítios históricos urbanos, que devem sempre ter função útil à sociedade. A Carta de Petrópolis cita, por exemplo, a importância de abrigar nos centros históricos os universos de trabalho, cotidiano e principalmente a moradia. Além dos usos residencial, institucional e comercial, o Timmerhuis também possui uso cultural com a instalação do Museu da Cidade de Rotterdam. Essa função tem interesse para a memória da Cidade e cria mais um valor simbólico para a nova construção por estar relacionada com o fato de que esse lugar viu nascer diversos planos de reestruturação e desenvolvimento de Rotterdam. A história da cidade será contada no mesmo lugar onde foi planejada.

Forma: a quadra aberta

O OMA defende que não pretende criar mais uma forma em meio ao caos de estilos arquitetônicos em que se encontra Rotterdam e por isso propôs o conceito da edificação “sem forma”. O que eles chamam de uma pilha inacabada de blocos se trata de uma morfologia aberta e indefinida, diferente da forma fechada no sentido literal que conhecemos e que é claramente lida. E a morfologia mais aberta leva à diferentes possibilidades de diálogo com as preexistências. O sistema modular costuma oferecer flexibilidade em termos de construção e de programa. As células podem ser adicionadas ou removidas de acordo com as necessidades do edifício. Assim, podemos observar diferentes situações como o encontro da nova arquitetura com o monumento existente na quadra, o Stadttimmerhuis, em que a nova forma fica mais horizontal e menos densa. Ao se afastar da edificação antiga existente, a nova construção vai ganhando verticalidade no centro da quadra e transformando a paisagem da cidade.

O projeto constrói uma diferença na forma e na materialidade, mas não é indiferente. Busca consonância¹⁹ em algumas relações, mas longe de ser mimético. Os próprios módulos

¹⁹ Adotamos a comparação musical utilizada por Beatriz Kuhl para analisar as relações entre o antigo e o novo. Ver: KUHLL, B. Considerações sobre a relação antigo-novo nas intervenções em ambientes e edificações de interesse para preservação. In: _____. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da industrialização - problemas teóricos de restauro. Cotia, SP: Atelie Editorial, 2008, p. 151–176.

buscam uma relação de harmonia com a edificação existente. A altura desses novos elementos corresponde à altura da edificação do Stadstimmerhuis. Já o eixo principal de acesso ao projeto está no alinhamento da rua Stadhuisstraat, que fica exatamente entre o edifício da Prefeitura e o edifício dos correios, os dois edifícios históricos mais importantes do entorno imediato. É nesse eixo que se localiza a praça central de acesso à nova edificação. Essa praça cruza toda a quadra e possui uma entrada pela edificação antiga e uma pela edificação nova. Nessa área, a suspensão dos módulos permite a criação de um amplo espaço sugerindo uma relação aberta entre o edifício e a cidade. O projeto previa inicialmente a utilização desse miolo de quadra como um espaço público integrado diretamente à vida urbana. Ao longo do seu desenvolvimento, o projeto sofreu alterações provavelmente devido às forças do mercado e hoje esse acesso se encontra restrito à moradores e funcionários dos escritórios e da Prefeitura.

Com relação à materialidade, a utilização do vidro em toda a nova construção marca uma diferenciação com o entorno de edificações antigas, mas também não chega a criar um conflito com as pré-existências do centro histórico.

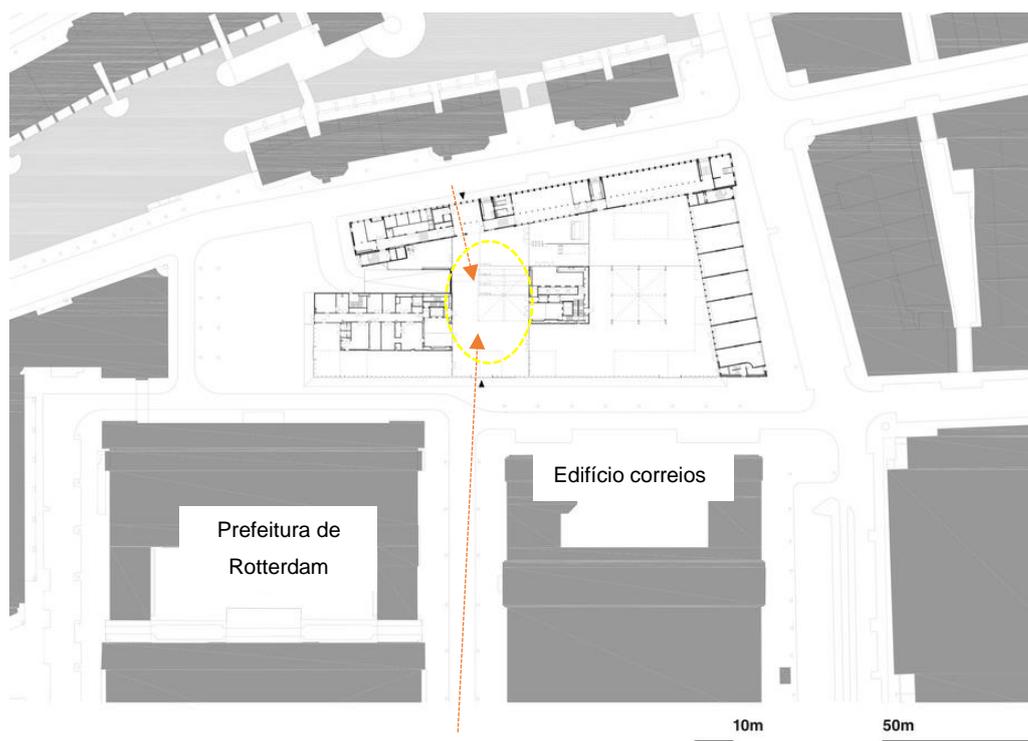
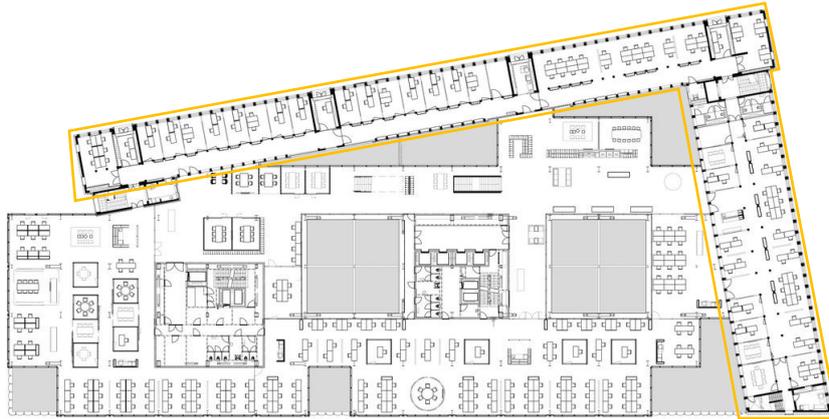


Figura 93: Timmerhuis: Planta Baixa térreo e a conexão do acessos em uma “praça” central. Fonte: Archdaily

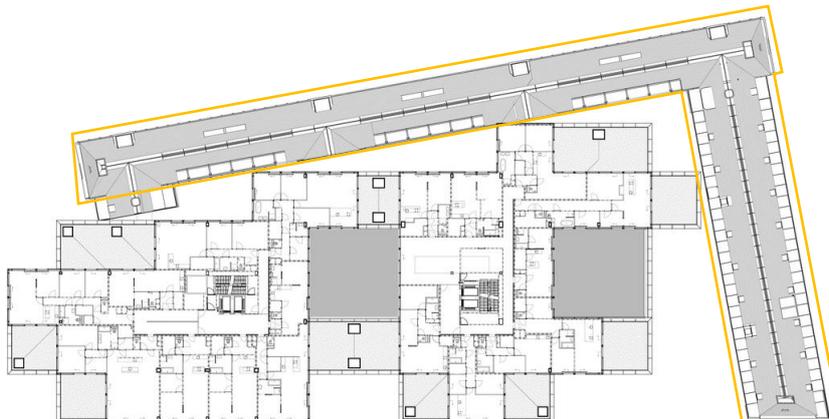


3.6 3.6 7.2 office 2nd floor

TIMMERHUIS

 Pré-existência

Figura 94: Timmerhuis: Planta 2º pavimento – Escritórios. Fonte: Archdaily

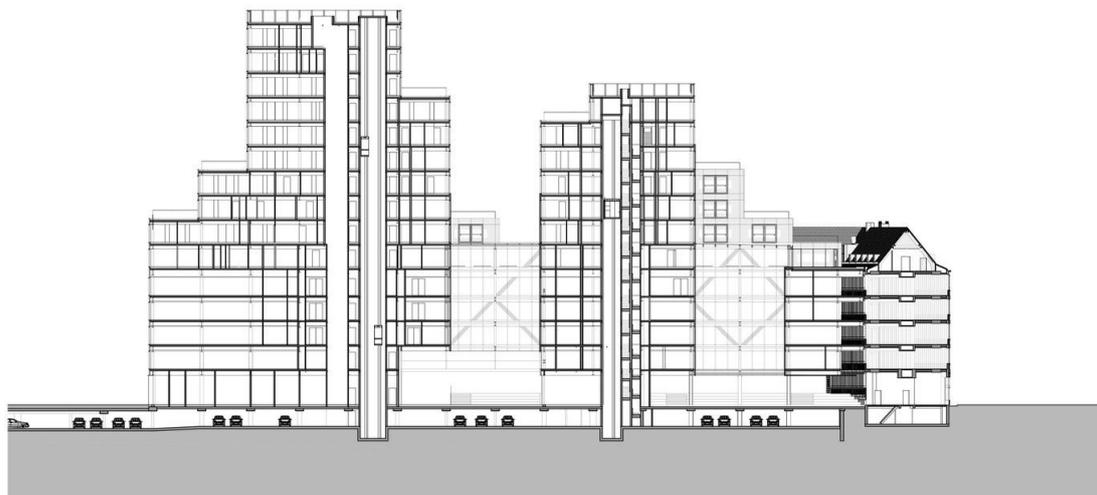


3.6 3.6 7.2 housing 6th floor

TIMMERHUIS

 Pré-existência

Figura 95: Timmerhuis: Planta 6º pavimento – Habitação. Fonte: Archdaily



3.6 3.6 7.2



longitudinal section

TIMMERHUIS

Figura 96: Timmerhuis: Corte longitudinal. Fonte: Archdaily

Outra questão que chama atenção na composição da forma dessa nova intervenção arquitetônica é o fato do edifício atingir alturas que ultrapassam o gabarito das edificações tombadas no entorno, criando diferentes relações entre os gabaritos sem se prender a limitações. As orientações das Cartas Patrimoniais e as definições de normas de proteção no entorno de monumentos costumam limitar a altura das novas edificações à altura das edificações existentes. O novo Timmerhuis rompe esse padrão ao ultrapassar o gabarito das preexistências sem, no entanto, entrar em grande conflito com elas. Faz-se uma diferenciação de forma dissonante, mas sem destruir a harmonia do conjunto visto que a paisagem de Rotterdam é marcada por volumetrias e tipologias diversas. E mostra mais uma vez que não há um tipo de receituário²⁰ a ser seguido quando se trata de intervenções em contextos históricos. As normas e leis são elaboradas para proteger o patrimônio e criar diretrizes de intervenção, mas não há uma só resposta. Intervir no existente é sempre uma interpretação, um estudo e um debate de conceitos.

²⁰ Não há regras e receitas definidas, como cita Beatriz Kuhl. São debates complexos de projeto. Ver: KUHL, B. **Considerações sobre a relação antigo-novo nas intervenções em ambientes e edificações de interesse para preservação**. In: _____. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da industrialização - problemas teóricos de restauro. Cotia, SP: Atelie Editorial, 2008, p. 171.



Figura 97: Timmerhuis - Visadas do pedestre : (à esquerda) Eixo entre edifícios históricos da Prefeitura e dos Correios e o Timmerhuis ao fundo. (à direita) Edificação existente e preservada. Desse ponto, quase não se percebe a nova intervenção construída na quadra devido ao escalonamento da edificação. Fonte: Fotos da autora (2016).

No caso do Timmerhuis, a forma e a função se relacionam com reciprocidade. A forma aberta permite uma flexibilidade de programa e o edifício híbrido sugere uma forma adaptável a diversas situações. A técnica construtiva de estrutura metálica e a utilização de um sistema modular também possibilitam essa adaptabilidade. E essas relações criam novos significados entre o passado e o presente do local.



Figura 98: Timmerhuis: Edificação existente e a intervenção da nova arquitetura na quadra. Fonte: Foto da autora (2016).

O projeto do OMA é um elemento de construção da paisagem. É um marco da horizontalidade na morfologia, mas com pontos de verticalidade construindo diferentes situações na relação entre o antigo e o novo. Marca a diferença no conflito já existente na relação entre as duas formas marcantes na paisagem da cidade, os edifícios históricos e as torres da nova Rotterdam, símbolos da arquitetura contemporânea holandesa.

O projeto tenta conciliar uma série de fenômenos que são muitas vezes considerados mutuamente exclusivos, como conciliar diversos usos diferentes e como se relacionar com a preexistência, mas ao mesmo tempo criar pontos de verticalização. Se propõe a ser uma forma de intermediar os edifícios que o rodeiam. O OMA propõe uma arquitetura “sem forma” como resposta ao caos existente hoje na paisagem da cidade, mas até mesmo essa chamada “não forma” ganha vida através dos diálogos com a preexistências, buscando diferentes tipos de relação, as vezes consonante e as vezes dissonante.



Figura 99: Timmerhuis na paisagem de Rotterdam, entre edificações históricas e torres da arquitetura contemporânea holandesa. Fonte: Archdaily

Outra reflexão relevante na análise desse projeto foi o entendimento da importância das diferentes visadas do pedestre ao redor das ruas quando se trabalha com uma nova intervenção na morfologia uma Quadra com preexistências. Os quatros lados do quarteirão propiciam visadas e ambiências diferentes em que a intervenção pode ser quase imperceptível ou se mostrar com presença mais marcante na paisagem.

4.1 OS ESPAÇOS CONSTRUÍDOS *VERSUS* OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Com base no organograma apresentado no capítulo III dessa dissertação e baseado no estudo de Rob Krier sobre as diversas possibilidades de desenho do espaço urbano, foram definidas as principais diretrizes para a forma de ocupação do espaço, considerando a formação dos espaços construídos, dos espaços livres públicos e a relação entre eles, definidas pelos acessos e conexões.

4.1.1 O parcelamento e a ocupação

A forma de implantação dos novos lotes e das novas edificações no interior das quadras tem grande influência na ambiência dos espaços livres públicos como as praças criadas e as ruas, novas e existentes, e também nas diferentes tipologias de construções que poderão ampliar as possibilidades programáticas para a região.

As novas construções no interior das quadras são implantadas de forma periférica ao redor do centro livre de maneira a garantir a configuração da praça. Os novos lotes propostos são, em sua maioria, de dimensões maiores que os lotes estreitos característicos da região para permitir a construção de tipologias diferentes como edificações residenciais multifamiliares com o máximo de apartamentos possíveis aumentando a oferta de unidades residências e reforçando a ideia de habitar o local.

Pensando em criar diferentes visadas, o alinhamento das construções se configura de forma irregular conferindo ritmos diversos na visualização do espaço urbano das novas praças e seguindo a própria tendência natural de formação desses espaços intraquadras que não costumam ter morfologias regulares. Dessa maneira, cria-se diferentes ambientes dentro das quadras.

Essas novas formas de ocupação e de alinhamentos configuram um tipo de espaço urbano de ambiência diversa da tradicional da região, mostrando a presença de uma intervenção contemporânea (Figuras 100 e 101).

A Quadra C, por se tratar de uma quadra completamente não edificada, deve ter uma nova proposta de implantação com ocupação de miolo e borda ao mesmo tempo. A proposta é de uma edificação única cuja forma se transforma à medida que se relaciona com as diferentes ruas circundantes. Podemos perceber que as quatro bordas dessa Quadra apresentam situações diferentes. Enquanto a Rua Gonçalves Ledo e o Beco do Rato são formados por ruas estreitas e edificações de gabarito baixo, a Avenida Passos é uma via mais larga e movimentada e com gabarito um pouco maior e a Travessa das Belas Artes apresenta edificações bem mais altas e com lotes de testadas maiores.

Como a nova edificação da quadra se relaciona diretamente com o ambiente urbano preservado, a proposta é de implantar a edificação com alinhamento contínuo e regular na Rua Gonçalves Ledo, Beco do Rato e Avenida Passos. Esse alinhamento das construções tem grande impacto no espaço urbano das ruas circundantes. (Figuras 100 e 101). No caso da Travessa das Belas Artes, propõe-se uma ruptura dessa rua tradicional. A proposta, nesse caso, é de alargar a rua criando um parque linear que conecta o percurso até a Avenida Passos. Se nas duas outras quadras consolidadas o principal espaço livre ocorre no centro da quadra, nesse caso que se trata de uma situação completamente diferente, a praça ocorre na borda e penetra para dentro da edificação.

O marcante eixo da Rua Imperatriz Leopoldina criado para o alinhamento do frontão da antiga Academia de Belas Artes é mantido em toda a quadra deixando uma passagem interna e um vazio entre os dois blocos.

A implantação das edificações procurou respeitar os limites dos lotes pré-existentes. Dessa forma, é possível propor a interligação dos lotes para conectar as áreas livres de uso público criadas, mas sem a necessidade de fazer grandes desmembramentos e remembramentos do conjunto.



Figura 100: Divisão dos lotes X implantação das edificações. Fonte: Desenho da autora (2017).

4.1.2 Acessos e ligações

Partindo da premissa da utilização dos centros de Quadra como áreas públicas, um dos primeiros itens para viabilização desses espaços é a definição dos acessos que garantem a conexão do interior das quadras com as ruas do entorno possibilitando diversas movimentações. As principais diretrizes projetuais nesse aspecto foram:

- Valorizar a conexão com a Rua da Constituição, considerada uma via estratégica para a inserção dos novos espaços no Sistema de Espaços Livres da região;
- Criar pontos de conexão entre as quadras permitindo a criação de novos percursos.
- Estabelecer acessos de implantação mais simples, buscando lotes já vazios, subutilizados ou de construções passíveis de demolição;
- Estabelecer conexão com a Rua Imperatriz Leopoldina, no eixo da antiga Academia de Belas Artes pois essa via é um eixo de conexão com a Praça Tiradentes e o espaço público guarda a memória de ter sido eixo do frontão de acesso da edificação de Grandjean de Montigny;
- Criar visadas e pontos de atração que convidem o pedestre a entrar no espaço.
- Pensar o tratamento das empenas cegas nas laterais das edificações.

Dessa forma, foram definidos os seguintes acessos principais:



Figura 101: Indicação de acesso e conexões entre as quadras. Desenho da autora (2017).

(1) Rua da Constituição nº 54

Esse lote foi escolhido por ser o maior terreno não edificado desse lado da Quadra A, possibilitando um acesso mais aberto e convidativo para quem passa na rua e por ser localizado na extremidade da quadra estando, portanto, mais próximo ao Campo de Santana. (Figuras 100 e 101). O lote já se encontra não edificado e seria estabelecida uma faixa que deve permanecer livre de edificação para permitir o acesso público. As novas edificações devem ficar recuadas criando uma pequena praça no encontro com a rua da Constituição com vegetação, iluminação e mobiliário convidativos ao pedestre. Esse acesso, por ser mais largo, pode abrigar quiosques ou “foodtrucks” trazendo usos que atraiam as pessoas para caminhar para dentro da quadra (Figura 102) O outro lado dessa nova via criada para acesso seria ocupado por uma edificação, contemporânea, com formas que busquem ritmos diferentes da rua tradicionais de alinhamento retilíneo.



Figura 102: Detalhe Acesso 1: Rua da Constituição. Desenho da autora (2017).

(2) Rua Regente Feijó nº 61 e nº 68

O imóvel da Rua Regente Feijó nº 61 é um dos únicos imóveis nesse lado da Quadra A que não é preservado pelo Corredor Cultural. Hoje, há uma edificação de um pavimento que poderia ser demolida para permitir a instalação do acesso. Os lotes vizinhos, uma edificação da faculdade Mackenzie e uma loja, poderão abrir frente para essa nova rua inserindo usos nesse trecho de percurso. (Figura 103). Esse lote deverá se desapropriado para permitir o acesso ao centro da quadra. Essa desapropriação já é, inclusive, prevista no projeto do Corredor Cultural.

O lote da Rua Regente Feijó nº 68 fica bem em frente ao nº 61 e é, hoje, um espaço livre de edificação que está sendo utilizado como estacionamento. As novas construções no centro da quadra também ficariam recuadas para criar uma pequena praça de acesso ao interior da Quadra B. O piso entre esses dois acessos deve ser integrado reforçando a conexão do percurso (Figuras 103 e 104).

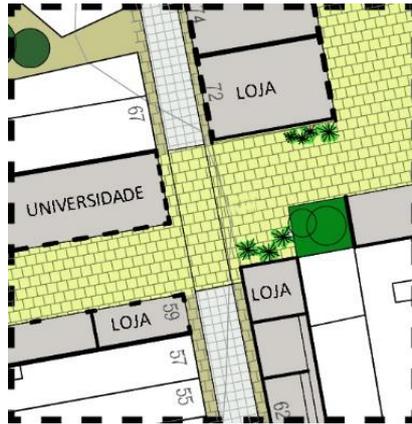


Figura 103: Detalhe Acesso 2: Rua Regente Feijó. Desenho da autora (2017).



Figura 104: Acesso 2: Rua Regente Feijó. Fotos da autora (2017).

(3) Rua Gonçalves Ledo nº 41 e Travessa das Belas Artes

Se trata de uma edificação de um pavimento, uma das poucas não preservadas nesse trecho da quadra e que está situada próxima à Quadra C, tornando possível a conexão com essa quadra. Como a Quadra C apresenta uma situação diversa, sem edificações construídas pré-existentes, propõe-se uma diferenciação também nas visadas criadas para o pedestre na conexão entre essas quadras. Ao sair de dentro da Quadra B, a perspectiva se abre para uma praça linear criada na Travessa das Belas Artes (Figura 105).

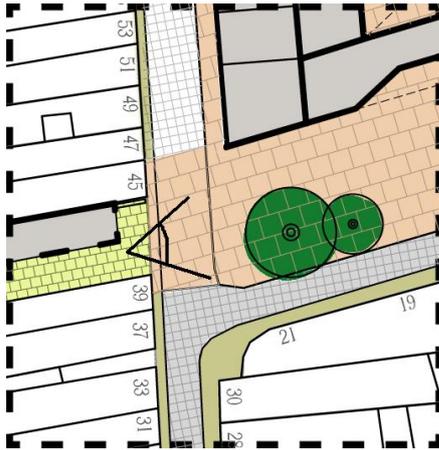


Figura 105: Acesso 3: Rua Gonçalves Ledo. Desenho e foto da autora (2017).

(4) Travessa Belas Artes e Rua Imperatriz Leopoldina

O eixo da Rua Imperatriz Leopoldina marca uma perspectiva do alinhamento de onde existiu o frontão da fachada da Academia de Belas Artes. A proposta é criar um acesso nesse espaço, deixando o vazio do local onde existiu o frontão e marcando uma entrada no alinhamento e na perspectiva da rua. A visada para o interior da Quadra A partir da Rua Imperatriz Leopoldina é importante para instigar o pedestre a entrar no espaço (Figura 106).

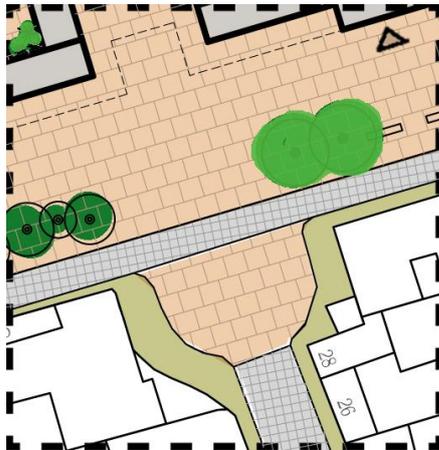


Figura 106: Acesso 4: Travessa das Belas Artes- visada no eixo da Rua Imperatriz Leopoldina. Desenho e foto da autora (2017).

(5) Rua República do Líbano nº 54

O acesso existente através do pavimento térreo da edificação onde funciona a SubPrefeitura do Centro pode ser mantido como um acesso secundário e mais discreto.

(6) Rua da Constituição nº 38

Para esse lote, não edificado e onde funciona um estacionamento, propõe-se a construção de uma nova edificação. Essa construção, no entanto, deverá ter uma galeria

comum no pavimento térreo que atravessasse todo o lote permitindo mais uma conexão com o interior da quadra.

(7) Avenida Passos e Beco do Tesouro

A criação desses dois acessos permite a conexão entre os quatro lados da Quadra C ampliando as formas de movimentação. O acesso à movimentada Avenida Passos aumenta a visibilidade do espaço no interior da quadra e à nova praça linear criada.

Além desses acessos, é possível criar conexões através de lojas existentes nas bordas das quadras. Em alguns pontos, as lojas podem ter frente tanto para a rua quanto para o centro da quadra funcionando como elementos construídos de conexão.

Com esses diferentes acessos, criamos novas possibilidades de movimentação, de vivência do espaço urbano, novas dinâmicas, fruição e valorização do patrimônio urbano dessa região da Cidade.

Para o tratamento das empenas das edificações, a proposta surge inspirada em uma iniciativa presente na própria região através da Galeria de arte Gentil Carioca localizada na Rua Gonçalves Ledo nº 11 e nº 17. A galeria promove eventos que ultrapassam o seu espaço físico levando arte, educação e cultura para o espaço público do SAARA. Um dos projetos da galeria, chamado Parede Gentil²¹, convida artistas para propor instalações na empena cega lateral da edificação (Figura 109). Para o tratamento das empenas que surgirem na criação dos novos acessos às quadras, a Galeria Gentil Carioca, um movimento cultural já integrado à dinâmica da região, poderia ser responsável pela curadoria desses espaços. Considera-se que essa solução, de caráter efêmero e facilmente reversível, é uma proposta mais adequada para edificações preservadas do que, por exemplo, a criação de jardins verticais que podem criar interferências e complicações na construção existente.

²¹ Projeto Parede Gentil: "Um artista é convidado para fazer algo especial sobre nossa parede exterior, para que permaneça lá por 4 meses. Para esse projeto especificamente, convidamos um colecionador para patrocinar a iniciativa, tudo isso visando fortalecer a importância do colecionismo e tornar a coleção de Arte em algo público, uma oportunidade de educar. Uma boa coleção de Arte legítima, permite que um grupo de pessoas receba esse tipo de informação." Fonte: <http://agentilcarioca.com.br/projetos/parede-gentil/> Acesso em Agosto de 2017.



Figura 107: Exemplos de intervenções realizadas na empena lateral da edificação onde funciona a Galeria de Arte Gentil Carioca localizada na Rua Gonçalves Ledo. Fonte: <http://agentilcarioca.com.br/projetos/parede-gentil/> Acesso em Julho de 2017

4.2. OS ESPAÇOS CONSTRUÍDOS

4.2.1 Usos e funções

Pensando em uma maior dinamização para a área, as **novas funções** propostas para as novas construções são principalmente de habitação, indo ao encontro do movimento de re-habitar o Centro; de espaços coletivos de trabalho como co-workings, forma contemporânea de trabalho; e de pequenos hotéis e albergues, aproveitando o potencial turístico da região e da Cidade e sua excelente posição de centralidade e mobilidade.

O uso residencial, como já analisado, é considerado fundamental para o processo de requalificação da área. Se um dia o Centro já foi visto como local não adequado para se morar, hoje vemos que a presença de pessoas habitando esse espaço é vital para a dinâmica e para a preservação da região.

Cyro Lyra (2005) mostra que, com a ampliação do conceito de cidade e de centro histórico, vem aumentando a preocupação com a qualidade dos espaços públicos e dos centros de convivência para que esses elementos sejam atrativos para os habitantes e se tornem oportunidades de vivenciar mais os centros tradicionais da cidade. Para isso, defende que a fixação do uso residencial é importante para manter o tecido urbano vivo e evitar processos como o de desertificação à noite.

Evelyn Furquim Werneck Lima (2004) aponta que a manutenção de referenciais visuais e cognitivos amplia o sentimento de identidade cultural e que a arquitetura, a forma urbana e as tradições partilhadas pela população residente são os melhores referenciais de um grupo social. Dessa forma, defende-se a permanência da população dos bairros a reabilitar e não uma substituição dos estratos sociais. A autora afirma que a reabilitação dos imóveis não significa apenas recuperar fachadas, mas requalificar todo um tecido social da cidade, com base em estudos de antropologia urbana (LIMA, 2004, p.15). Ressalta também que requalificar uma área implica na sua integração às necessidades da vida contemporânea, sendo indispensável que as novas destinações de uso sejam compatíveis com a morfologia, com a

escala do bairro e com o desejo dos usuários que ali habitam e reforça que é fundamental que esses usos sejam multifuncionais. “A atuação é no sentido de melhorar a qualidade de vida, as condições econômicas e sociais dos bairros degradados e, conseqüentemente, da imagem da cidade em seus sítios históricos” (LIMA, 2004, p.15).

O fato da região ser dotada de infraestrutura e de redes de transporte é um ponto forte para a viabilidade do crescimento do uso habitacional. A proposta de incluir novas edificações residenciais no interior das quadras pretende fomentar o uso habitacional da região e incentivar que o uso se espalhe para outras edificações existentes da área, que possui inúmeros imóveis que poderiam retornar ao uso tradicional de residência e comércio da região.

O uso residencial temporário voltado ao turismo deve ser conciliado com a população local e com a identidade existente do lugar, com o cuidado de não transformar a região em museu ou em apenas uma mercadoria de turismo. Por isso, propõe-se pequenos hotéis ou albergues integrados à edificações de outros usos ou ainda pequenos apartamentos do tipo “flat – apart-hotel”. O uso residencial temporário ainda é pertinente para residências universitárias, considerando a presença da Universidade Mackenzie e a Quadra C de propriedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

As edificações existentes, a maioria sobrados, que configuram a quadra externamente poderiam retornar ao uso tradicional de comércio e habitação. O térreo permaneceria com lojas, como já é forte característica da identidade da região, e os pavimentos superiores poderiam ser habitados com diferentes tipos de habitação quando possível. Assim, o uso comercial se concentraria nessas bordas externas da quadra e o miolo seria ocupado por mais unidades habitacionais, hotéis e espaços de trabalho como “co-workings”.

Os novos e diversificados usos fomentam a utilização e valorização do espaço público assim como a requalificação do espaço público ajuda a fixar a população no local e a criar relações e referenciais com o lugar.

É necessário que os planejadores intervenham nesses espaços de forma a torná-los mais atrativos e capazes de polarizar os habitantes. [...] Vale ressaltar que requalificando os espaços públicos, como ruas, avenidas, largos e praças, melhorando a infraestrutura e iluminando locais de encontro dos residentes, já se inicia um processo de requalificação da área. (LIMA, 2004, p.12)

A abertura do centro das quadras irá permitir também uma maior fruição com alguns imóveis já existentes como é o caso da Avenida Modelo, conjunto residencial tombado pelo IPHAN e localizado na Quadra A. Será possível criar novos acessos e ventilação para as unidades e permitir o desenvolvimento dos pequenos comércios geridos pelos próprios moradores. Hoje, alguns moradores já possuem pequenos comércios, como uma gráfica que funciona na Casa 2, e a requalificação do espaço deve procurar incluir e valorizar esses moradores antigos e suas atividades. Algumas lojas nas bordas das quadras também poderão se abrir para esses novos espaços, passando a ter duas frentes e funcionando como elementos de conexão entre o exterior e interior da quadra.

Outro aspecto bastante relevante para essa proposta de intervenção é a presença da Universidade Mackenzie localizada na Quadra A. Se trata de um campus de universidade que não possui área de estar e convivência fora da edificação. Os espaços públicos propostos poderão servir como uma extensão do compus propiciando áreas de estar e lazer que poderão ser amplamente utilizadas pelos estudantes da universidade. Em conversas informais com alunos e funcionários da Mackenzie, nota-se que há um interesse da Universidade em melhorar o espaço urbano ao redor do campus para que funcionários e alunos possam usufruir melhor o espaço.

O tratamento dado aos espaços livres pretende ampliar os espaços e possibilitar a maior integração com as ruas ao redor, dotando-os de maior diversidade vegetal, mobiliário urbano e iluminação adequados. As ruas e praças são entendidas como lugares de encontro e de troca de sociabilidade.

Novos usos irão trazer uma nova dinâmica urbana e uma maior valorização e fruição do patrimônio da região. “O Patrimônio construído só é verdadeiramente preservado quando plenamente utilizado. [...] E a boa utilização, não só garante a preservação, como agrega valores.” (LYRA, 2005, p.310).

Cada quadra deve ter um mix de usos com o objetivo de atrair públicos diversos e em diferentes horários do dia. O uso residencial é extremamente importante em todo o conjunto.

A Quadra A abriga espaços de trabalho e lojas, pequenos comércios, nas ruas de acesso ao centro do quarteirão. O interior da quadra é ocupado por um grande edifício residencial que poderia ser utilizado como moradia para muitos estudantes da Universidade existente nessa quadra. O térreo dessa edificação seria utilizado como áreas de vivência, cafeteria, áreas de estudo e pequenos comércios. Outra edificação é formada por um pequeno hotel ou hostel e o seu térreo ocupado áreas de estar, bares e restaurantes. Essa construção é conectada à edificação voltada para a Rua da Constituição através de uma galeria comercial no pavimento térreo, criando uma arquitetura que funciona como elemento de conexão.

A Quadra B e a Quadra C também priorizam o uso habitacional com algumas inserções de espaços de trabalho e pequenos comércios.

A Quadra C é formada por um único edifício de uso misto. Todos os usos (residencial, hotel, escritórios, lojas e serviços) são concentrados nessa única edificação cuja forma se adequa a cada uma dessas funções. A construção possui bordas de térreo comercial com lojas como é característico do SAARA. Os primeiros pavimentos são ocupados por espaços de escritórios, possibilitando uma forma de dimensões maiores e os pavimentos superiores vão se estreitando para abrigar usos de hotel voltado para a Avenida Passos que é a rua mais movimentada da quadra e de unidades residenciais no restante. (Figura 108).



Figura 108: Perspectiva setorização

4.2.2 Volumetria

O gabarito definido pela legislação para a maior parte dos lotes passíveis de renovação nessa área do Corredor Cultural é de 10,50m ou 14,50m. A partir dos estudos de diferentes visadas da rua, vê-se que é possível aumentar o gabarito no interior da quadra sem prejudicar a ambiência do espaço urbano de valor patrimonial das ruas circundantes. Dessa forma, é possível aumentar as áreas de uso e a oferta de unidades residências, por exemplo, o que seria de grande importância para fomentar o uso residencial na região.

A partir da análise da morfologia atual, com presença do conjunto de edificações preservadas e com a existência de alguns pontos de verticalização, construídos antes das leis de preservação da área, é possível identificar os locais onde há possibilidade de aumentar o gabarito sem prejudicar a ambiência urbana existente (Figura 110).

Para a borda da Quadra C, quando se relaciona com ruas estreitas e de gabarito menor, a proposta é manter o gabarito predominante das edificações preservadas da região, com dois ou três pavimentos e aproximadamente 11 ou 12 metros de altura, pois essa morfologia afeta diretamente a ambiência dessas ruas. A medida que a edificação se aproxima da Travessa das Belas Artes, vai ganhando altura de forma escalonada até atingir o gabarito das construções dessa via. (Figuras 109 e 110).

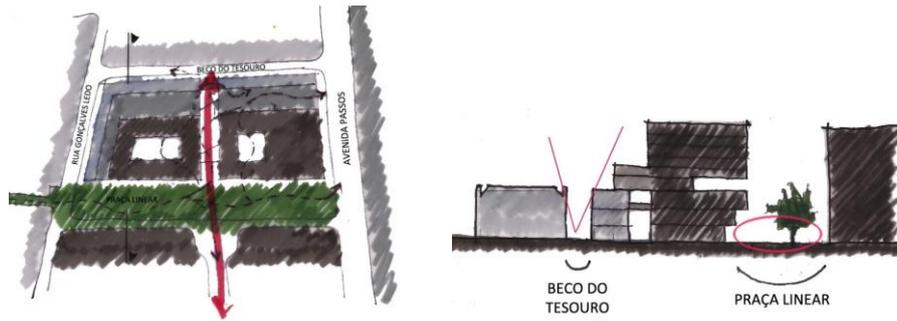


Figura 109: Quadra C: Relações da nova construção com as ruas do entorno. Desenho da autora (2017).

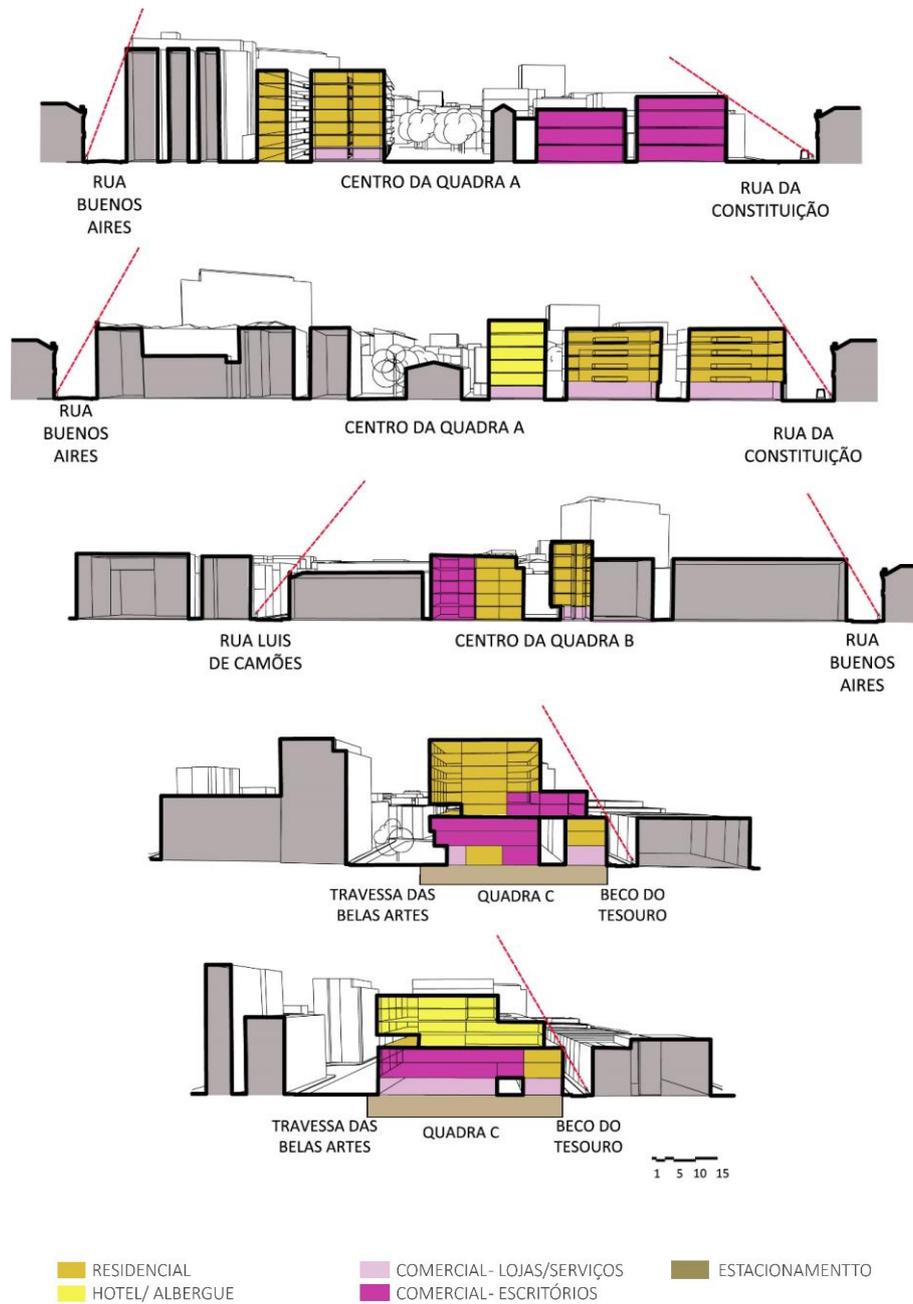


Figura 110: Cortes esquemáticos. Desenho da autora (2017)

4.2.3 As intervenções nas edificações preservadas

O projeto se desenvolve principalmente com intervenções nas chamadas áreas de renovação definidas no Corredor Cultural, mas foram identificadas algumas edificações que fazem parte do conjunto de edificações preservadas e que são possibilidades de intervenções estratégicas pois se encontram próximas de acessos aos centros das quadras.

Um dos imóveis selecionados é o sobrado localizado na Rua Regente Feijó nº 62 que está atualmente em ruínas, restando apenas as fachadas e os vãos. Essa edificação foi objeto de estudo do Programa Novas Alternativas em 1999 com proposta de retorno aos tradicionais usos comercial no térreo e residencial no segundo pavimento. O imóvel já foi inclusive desapropriado pela Prefeitura através do Decreto Municipal Nº 17695 de 1999 e a efetivação de desapropriação ocorreu em 2004. O projeto, no entanto, nunca chegou a ser implementado e a edificação, que já se encontrava em péssimo estado de conservação na época, ficou ainda mais degradada. A nossa proposta é incluir esse imóvel na intervenção projetada com o mesmo programa de lojas e unidade residenciais presente no Novas alternativas já que esse conceito vai de encontro ao que se está propondo para a área agora.

O projeto segue as orientações do Corredor Cultural de manutenção da volumetria, das características arquitetônicas decorativas e artísticas das fachadas e telhados.

No caso dessa edificação, o telhado deverá ser completamente reconstruído pois já não existe mais resquício do original. Com relação à fachada, esquadrias e elementos decorativos, como a edificação já se encontra muito degradada, deverá ser reconstituído o que ainda se tem registro, evitando recomposições hipotéticas. A proposta de divisão interna das unidades residências da edificação e de criação de mezaninos é feita de forma que respeite o acesso aos vãos originais da edificação. O estudo de cores das fachadas será realizado com base na cartela de cores estabelecida pelo Patrimônio Municipal do Rio de Janeiro.

Essa recomposição da volumetria e das características do imóvel é importante para o valor da paisagem urbana preservada. Deve-se entender essas edificações como parte de um conjunto e não como obras isoladas.

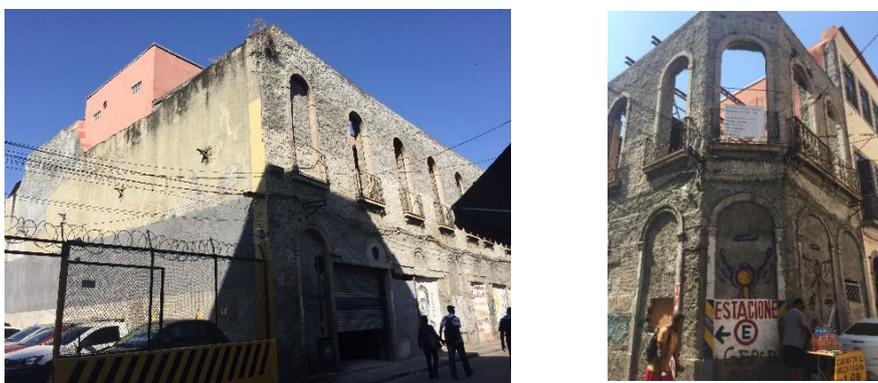


Figura 111: Edificação a ser recuperada: Rua Regente Feijó nº 62. Fotos da autora (2017).

Outra edificação preservada importante para a proposta de intervenção é a localizada na Rua Regente Feijó nº 72, 74 e 76. Essa edificação, também um sobrado de dois pavimentos, é por onde hoje se tem acesso ao espaço livre no centro da Quadra B. Dessa forma, o imóvel tem fachada tanto para a rua quanto para o interior da quadra (Figura 112) sendo um elemento presente nessas duas ambiências. Com relação aos usos, a proposta também é de resgatar as funções tradicionais de lojas no pavimento térreo e residências no pavimento superior. São previstas seis unidades residências de apartamentos de um quarto, sendo três unidades voltadas para a rua e três voltadas para dentro da quadra. As lojas no pavimento térreo terão frente para os dois lados funcionando como espaços intermediários de conexão com o interior do quarteirão.

Como em todas propostas para imóveis preservados, também são seguidas as orientações do Corredor Cultural para manutenção da volumetria, telhados e elementos decorativos das fachadas. Serão removidos os elementos espúrios que hoje se encontram atrás da edificação (Figura 117) e as fachadas e esquadrias serão restauradas. O imóvel se encontra em mau estado de conservação, mas ainda possui elementos originais que deverão ser recuperados.

Esses projetos contribuem para a recuperação do patrimônio cultural edificado e ajudam fomentar o uso residencial na região. O uso comercial no pavimento térreo irá criar maior fruição do bem preservado com o ambiente urbano.

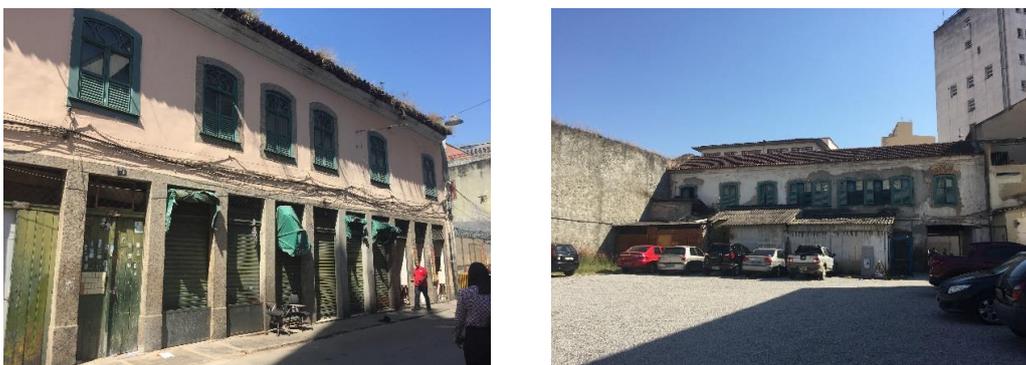


Figura 112: Edificação a ser recuperada com frente para a Rua Regente Feijó nº 72, 74 e 76 e para o interior da quadra. Fotos da autora (2017).

4.2.4 As fachadas

Como já mencionado, todo o projeto para fachadas de edificações preservadas deve atender indicado pela legislação do Corredor Cultural com a preservação de volumetria, telhados e fachadas com seus vãos, esquadrias, elementos arquitetônicos e decorativos. Para as fachadas das novas construções, temos as seguintes situações:

FACHADA BORDA (EXISTENTE) – Quadras A e B: São as fachadas das quadras formadas por um conjunto de edificações em sua maioria preservadas, mas que podem apresentar algumas lacunas. Para essa inserção pontual de novas edificações, as diretrizes de

intervenção são criar formas de clara distinguibilidade, mostrando se tratar de uma intervenção contemporânea e propor uma diferenciação consonante, ou seja, que esteja em harmonia com o conjunto preservado. Deve-se buscar elementos estruturais de desenho que se relacionem com o entorno como alturas, ritmos e aberturas (Figura 113).

FACHADA BORDA (NOVAS CONSTRUÇÕES) – Quadra C: São bordas formadas por fachadas completamente novas, mas que fazem parte da formação de ruas com imóveis preservados no outro lado. Como essas fachadas exercem grande influência na ambiência do espaço urbano dessas ruas, elas devem ter proporções que estabeleçam harmonia com as preexistências (Figura 119). Os elementos construtivos e materialidade, com uso de panos de vidro, estrutura e gradis metálicos, devem indicar que se tratam de construções contemporâneas.

FACHADA MIOLO: Como esse é um novo ambiente nas três quadras, os tratamentos e proporções de fachadas podem ser mais livres, buscando elementos horizontais, gabaritos mais altos, materialidade mais contrastante, grandes aberturas, utilização de panos de vidro e elementos metálicos.

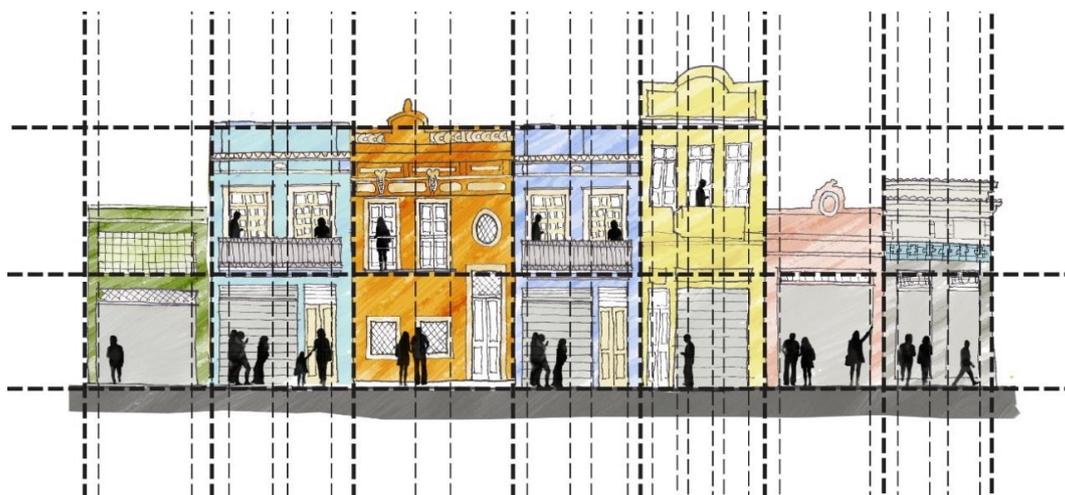


Figura 113: Estudo alturas e ritmos das fachadas típicas do conjunto preservado. Desenho da autora (2016).



Figura 114: Fachadas novas - borda: Harmonia de proporções e utilização de desenho de linhas simples e materiais contemporâneos. Desenho da autora (2017).

4.2.5 Os tipos de unidades residenciais

A grande maioria das unidades residenciais propostas é formada por apartamentos de um quarto e aproximadamente 30m² de área útil, área mínima exigida pela legislação municipal para unidades residenciais nessa região. Como a estrutura das edificações é modular, é possível fazer combinações em caso de necessidade de unidades maiores (Figura 115). Pensou-se também em algumas unidades com áreas em torno de 20m², menores do que o exigido hoje pela legislação, mas que podem atender à um público de pessoas que moram sozinhas, de estudantes e também podem ser utilizadas para turismo. Unidades menores são consideradas mais adequadas as formas de habitar e ao momento econômico atuais.

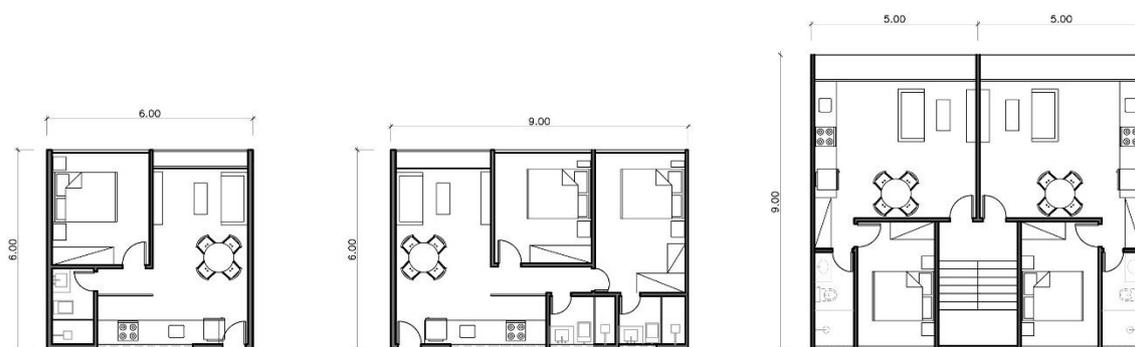


Figura 115: Exemplos de unidades residenciais. Desenho da autora (2017).

A utilização do centro de Quadra como espaço livre público com a criação de conexões com as ruas circundantes propicia ventilação para esse centro de quadra que hoje encontra-se escondido e fechado pelas construções ao redor.

Como estamos trabalhando com espaços reduzidos, com poucas áreas para afastamentos e muitas empenas cegas, a criação de pátios para ventilação e circulação de ar é importante para a qualidade ambiental dos espaços. Deve-se procurar estabelecer conexões entre as ruas, praças e os pátios criando um percurso de ventilação no pavimento térreo a fim de promover a ventilação dentro dos pátios.

As fachadas voltadas para os centros e quadras devem possuir aberturas maiores que permitam a passagem da luz do sol oferecendo o máximo de aproveitamento da luminosidade natural para os ambientes, minimizando o uso de iluminação artificial e propiciando economia de energia.

As plantas das edificações residenciais buscam o máximo de ventilação natural possível para todos os compartimentos dos apartamentos buscando possibilidades de ventilações cruzadas. O pé direito mínimo exigido pela legislação para salas e quartos é de 2,50m (Decreto 7337 de 05 de janeiro de 1988) mas propõe-se pés direitos com pelo menos 3,00m aproximadamente e propiciar uma ventilação adequada por meio de janelas e portas

que possibilitem ventilação cruzada, buscando também aberturas em diferentes níveis fazendo com que o ar quente escape pelas aberturas superiores (Figura 116). Essas diretrizes podem ajudar a minimizar a necessidade de equipamentos de ar-condicionado ou ventiladores, minimizando o consumo de energia nesses imóveis.

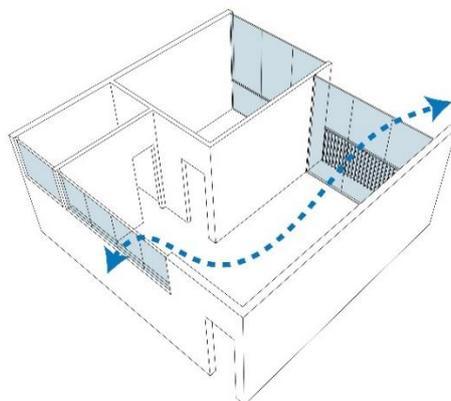


Figura 116: Exemplo de ventilação cruzada na unidade residencial. Fonte: desenho da autora (2017)

4.3 OS ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO DE USO PÚBLICO

Cada um dos elementos definidores do espaço construído tem influência na ambiência do espaço público. E esses ambientes de uso público, entendendo ruas e praças como lugares de encontro e de troca de sociabilidade, são atrativos para os usuários da cidade vivenciarem mais a região central e para a valorização do patrimônio histórico. Os usuários deverão ser os mais diversos, moradores, estudantes, trabalhadores da região e de regiões vizinhas, turistas e o público que faz compras no SAARA.



Figura 117: Sistema de Espaços Livres. Desenho da autora (2017).

Os espaços livres criados no interior das quadras são categorizados como espaços livres de vizinhança, espaços de estar, convivência e lazer para os frequentadores e moradores da região no entorno imediato. A ambiência desses espaços possui uma atmosfera mais tranquila e reservada em contraste com as super movimentadas ruas do SAARA. Podem ser utilizados como áreas de descanso, de estar, de socialização e de pequenos eventos de apropriação popular dos espaços como por exemplo as atividades culturais propostas pela Galeria de arte Gentil Carioca localizada na região. O percurso criado entre as quadras possibilita novas movimentações na cidade e novas formas de experimentar o espaço urbano dessa região.



Figura 118: Perspectiva interior Quadra B. Fonte: Desenho da autora (2017).

Propõe-se a preservação e valorização da vegetação já existente como no interior da Quadra A e em algumas bordas da Quadra C (Figura 119) e a inserção de novos elementos vegetais para aumentar a qualidade estética e ambiental desses novos espaços de vivência. A vegetação também é utilizada em alguns pontos estratégicos como atração visual para o interior das quadras. Evita-se trabalhar com vegetação nas empenas das edificações existentes para não criar interferências estruturais nas construções existentes e históricas.



Figura 119: Arborização existente na Quadra A e na Quadra C. Fotos da autora (2017).

4.3.1 A pedestrização e o tratamento de calçadas

Nota-se que a relação entre pedestres e automóveis nas ruas Regente Feijó, Gonçalves Ledo e Luiz de Camões é bastante conflitante (Figura 120). Há um considerável fluxo de pedestres devido à presença de diversas lojas da região e as vias são bastante estreitas. No caso da Rua Gonçalves Ledo e da Rua Luiz de Camões, os carros estacionados na calçada complicam ainda mais a situação. Considerando que a proposta pretende criar novos espaços livres públicos e integra-los ao sistema existente da região entendendo as ruas para além de sua função utilitária, vendo-as também como espaços de convivência e dada a importância do espaço público da rua no cotidiano do SAARA, propõe-se a transformação dessas vias em vias exclusivas ao pedestre assim como já ocorre em algumas ruas desse centro de comércio popular.



Figura 120: Presença de automóveis e conflitos com pedestres. Proposta de Transformação dessas ruas em vias exclusivas para pedestres. Fotos da autora (2017).

Em alguns pontos, como na Rua Regente Feijó por exemplo, ainda é possível ver peças de pedra do calçamento original. É necessário mapeamento dessas peças de interesse histórico para permanência e, se for o caso, reassentamento em local específico, conforme interesse de leitura do ambiente edificado e urbano, prezando por um percurso acessível. O piso das calçadas será composto pelas pedras do calçamento original onde estiverem em boas condições e em blocos de granito apicoado recompondo o pavimento existente.

De uma maneira geral, para as vias de uso exclusivo de pedestres, propõe-se a elevação do greide da rua, nivelando a calha viária com as calçadas, trocando a pavimentação por material mais plano, mantendo-se o desenho e as texturas dos materiais. No trecho de calha viária, propõe-se a utilização de placas de pedra de 10 X10 como o já colocado na obra da Rua da Constituição. A captação de águas pluviais será composta por viga-calha de concreto e grelhas de aço.

A pavimentação da Rua da Constituição foi completamente reformulada recentemente para a implantação do VLT. As calçadas e a calha da rua foram niveladas e o trânsito de automóveis passou a ser restrito. A atual pavimentação é composta por blocos de concreto nas calçadas e placas de pedra de 10 x 10 na calha viária junto aos trilhos do VLT. Durante as obras da rua, foi revelado o piso em estilo pé de moleque e foi mantida uma “janela” deixando parte do piso histórico a mostra (Figura 121).



Figura 121: Trecho de piso pé de moleque na Rua da Constituição. Foto da autora (2017).

Para o interior das quadras A e B, propõe-se a extensão do piso de calçada da Rua da Constituição sugerindo uma expansão dessa própria calçada criando o novo percurso contemporâneo. As pavimentações das praças do interior seriam combinadas com áreas de grama e de piso entremeado de grama aumentando a permeabilidade. Já para a Quadra c, propõe-se o uso de granito assim como o utilizado na recente reforma da Travessa das Belas Artes. Um ponto importante para reforçar o novo percurso proposto é de interligar os pisos nas áreas de conexões entre as quadras (Figura 122).



Figura 122: Mapa de pisos e arborização. Desenho da autora (2017).

4.3.2 O mobiliário urbano

É de grande importância manter ruas e praças bem iluminadas aumentando a sensação de segurança e possibilitando o uso dos espaços pelos moradores e demais frequentadores do espaço. A iluminação nos acessos e no tratamento de empenas cegas também serve como ponto de atração para o interior das quadras.

Com relação ao desenho dos elementos de iluminação e mobiliário urbano como postes, lixeiras, bicicletários e bancos, deve-se buscar ao máximo a neutralidade, com desenhos de linhas simples, quando se tratar de intervenção nas ruas históricas. Para o interior das quadras, é possível ter maior liberdade de desenho e de cores.



Figura 123: Exemplos de mobiliário de linhas simples e contemporâneas. Fonte: <http://www.mader.com.br/mobiliario-canoas/>

Dentre o mobiliário urbano, a implantação de bicicletários segue de acordo com o Decreto de incentivo à criação de unidades residenciais (Decreto 166 de 17 de junho de 2016), nas novas edificações de uso residencial e na parte residencial das edificações mistas deverão ser oferecidos locais para guarda de bicicletas, obedecida a proporção mínima de vagas de vinte por cento do número total de unidades residenciais.

As novas edificações propostas no projeto devem atender a esse aspecto e a restrição de uso de automóveis e novo tratamento das calçadas poderá incentivar o uso de bicicletas nas ruas da região.

4.3.3 Praça do Mascate e a Praça “Gentil Carioca”

Além da criação de novos espaços livres públicos e da requalificação das ruas existentes, há dois ambientes, caracterizados nesse trabalho como espaços livres públicos de vizinhança, que fazem parte do sistema de espaços livres e da dinâmica da região.

A praça do Mascate localizada na esquina das ruas Buenos Aires e Regente Feijó é um espaço de estar integrado ao intenso movimento da Rua Buenos Aires e serve como área de acesso para a Universidade Mackenzie que fica bem em frente a esse espaço. A proposta para valorizar o local é nivelar a rua entre a praça e o acesso à universidade ampliando o espaço da área de vivência, diversificar os tipos de vegetação incluindo novos canteiros valorizando a qualidade visual do ambiente, incluir novo mobiliário de bancos e lixeiras pois os existentes se

encontram em mau estado de conservação e organizar a banca de jornal existente com um tipo de quiosque que tenha fachada para os quatro lados se relacionando com toda a praça.

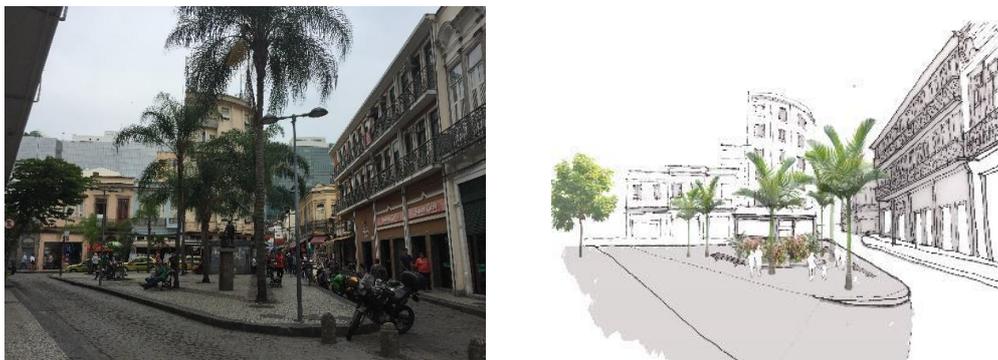


Figura 124: Valorizar a Praça do Mascate integrando os espaços livres. Fonte: Croqui da Autora (2016).

A área localizada no cruzamento das ruas Gonçalves Ledo e Luiz de Camões foi identificada nesse trabalho como Praça Gentil Carioca por estar entre as duas edificações onde funcionam a galeria de arte que leva esse nome e que promove eventos e instalações artísticas não só na galeria, mas também no espaço público.

A proposta de intervenção para valorização desse se espaço inclui, além do nivelamento de ruas e calçadas, a retirada dos carros estacionados na via, a inserção de novos elementos de iluminação e a organização das mesas e cadeiras do bar da esquina.



Figura 125: Praça em frente a galeria e eventos de abertura de exposições e festas. Fontes: Fotos da autora (2016) e <http://agentilcarioca.com.br/exposicao/abre-alas-12>

4.4 PARÂMETROS PARA A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

Todos esses aspectos analisados de potencialidades e necessidades e as diretrizes definidas foram combinados com uma análise dos parâmetros urbanísticos da legislação vigente para o local para que se pudesse chegar a um estudo preliminar para a área. A análise da legislação chegou à conclusão que seriam necessárias algumas alterações para viabilizar as intervenções pretendidas. Foi realizada também uma estimativa das áreas totais construídas (ATC) projetadas, da quantidade de unidades residenciais e da metragem de áreas livres criadas para que seja possível ter uma ideia quantitativa das novas funções (Tabela 02).

Parâmetros Urbanos:

Macrozona de Ocupação Controlada

Área de Planejamento 1

II Região Administrativa (Centro)

Bairro: Centro

Zoneamento: AC-2- área central 2 (Decreto nº 322 de 03 de março de 1976 e Lei 2236/1994).

Usos permitidos: O Quadro I do Decreto 322/1976 define os Usos e Atividades permitidos: Comerciais e de serviços: lojas, edificações com salas comerciais, edifícios garagens (em parte), postos de abastecimento.

Como já indicado anteriormente, é possível observar que o este decreto não previa uso residencial para AC-2, o que contribuiu para o processo de esvaziamento e abandono do centro, principalmente à noite e nos finais de semana. O uso residencial só foi liberado para toda a R.A. do Centro com a criação da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU), pelo Decreto 12.409/1993, que pretendia incentivar a revitalização do centro da cidade e que foi consolidado na Lei nº 2.236/1994. Nessa lei, foi definido que o uso residencial permanente e transitório é adequado.

Hoje, podemos ver uma intenção de incentivar o uso residencial em toda a cidade. Para tanto, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro aprovou a lei de incentivo à construção de imóveis residenciais, a Lei Complementar nº 166, de 17 de junho de 2016 (Estabelece normas de incentivo à produção de unidades residenciais na Cidade do Rio de Janeiro).

IAT (Índice de Aproveitamento do Terreno) = **15** (Lei Complementar nº 111 de 01 de fevereiro de 2011 - Plano Diretor).

ATE máxima permitida = IAT X área do lote

Nota-se que o índice de aproveitamento dos terrenos na área central é bastante alto. Nas áreas de preservação, esses índices máximos não costumam ser atingidos devido aos limites de gabarito estabelecidos pelas leis de proteção do patrimônio.

Gabarito de Altura:

Os gabaritos são definidos na Lei 1139/1987 (PAA10600/ PAL41632 Corredor Cultural Subzona de Preservação Ambiental). Na área estudada, os gabaritos permitidos para as chamadas áreas de renovação urbana definidas pelo Corredor Cultural são de 10,50 ou 14,50 metros. Como mencionado nas diretrizes de projeto, propomos o aumento de gabarito em determinadas situações a partir dos estudos de visadas realizados.

Afastamento frontal mínimo: 3,00m (três metros) (Decreto nº 322 de 03 de março de 1976).

Em casos de área de preexistências de valor patrimonial, é determinado o alinhamento existente.

Na intervenção estudada, trabalha-se com diferentes alinhamentos para criação de diferentes perspectivas e das praças de acesso propostas.

Taxa de Ocupação Máxima: 70% (setenta por cento) (Decreto nº 322 de 03 de março de 1976). De uma forma feral, a taxa de ocupação projetada é inferior aos 70% máximos permitidos a fim de criar as áreas livres pretendidas para a proposta de intervenção.

Área útil mínima das unidades: 30,00m² de área útil (Decreto nº 322 de 03 de março de 1976). A maioria das unidades atende a essa exigência mas consideramos válida a proposta de unidades menores, em torno de 20m², que poderiam servir como moradia permanente ou temporária.

Vagas: (Decreto nº 322 de 03 de março de 1976).

Para uso residencial, são exigidas 01 vagas para unidades residenciais com até três compartimentos habitáveis, 02 vagas para unidades com mais de três compartimentos habitáveis e 03 vagas para unidades com mais de quatro compartimentos habitáveis.

Para salas comerciais e sedes administrativas, é exigida 01 vaga para casa 30m² de área útil das unidades e para hotéis é exigida 01 vaga para cada quatro quartos.

Na transformação de uso de imóveis preservados ou tombados podem ser dispensados do número mínimo de vagas para estacionamento de veículos quando comprovada a impossibilidade de criação das mesmas sem descaracterização do imóvel como bem tombado, devendo ser atendido o número máximo de vagas possíveis.

De acordo com o Decreto de incentivo à criação de unidades residenciais na Cidade do Rio de Janeiro (Decreto 166 de 17 de junho de 2016), fica restringida a uma vaga por unidade residencial a exigência mínima de vagas de estacionamento de veículos para as unidades residenciais situadas em bairros ao longo do traçado dos Sistemas de Transporte Metroviário, Ferroviário ou Corredores BRT/OTRs – Ônibus de Trânsito Rápido.

O único edifício que possui estacionamento na proposta de projeto é o edifício híbrido localizado na Quadra C com o acesso de carros ocorrendo na Avenida Passos. Entendemos que a região é bem-dotada de transportes públicos e que o aumento do tráfego de carros seria prejudicial para as ruas do projeto. Dessa forma, esse aspecto da legislação com relação ao número de vagas exigidos teria que ser revisto.

4.5. SÍNTESE DA INTERVENÇÃO – PLANO CONCEITUAL



Figura 126: Planta Pavimento Térreo. Fonte: Desenho da autora (2017).



Figura 127: Planta Pavimento Tipo 01. Fonte: Desenho da autora (2017).



Figura 128: Planta Pavimento Tipo 02 (6º pavimento). Fonte: Desenho da autora (2017).

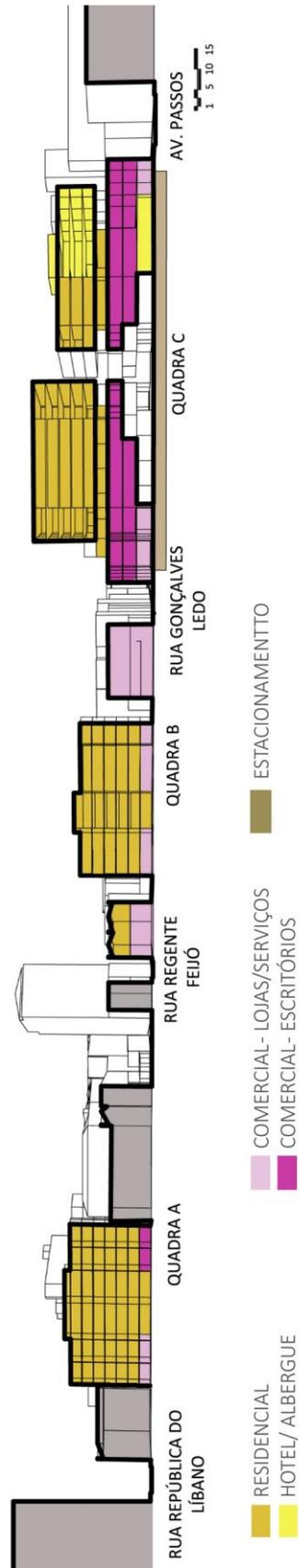


Figura 129: Corte esquemático geral. Fonte: Desenho da autora (2017).

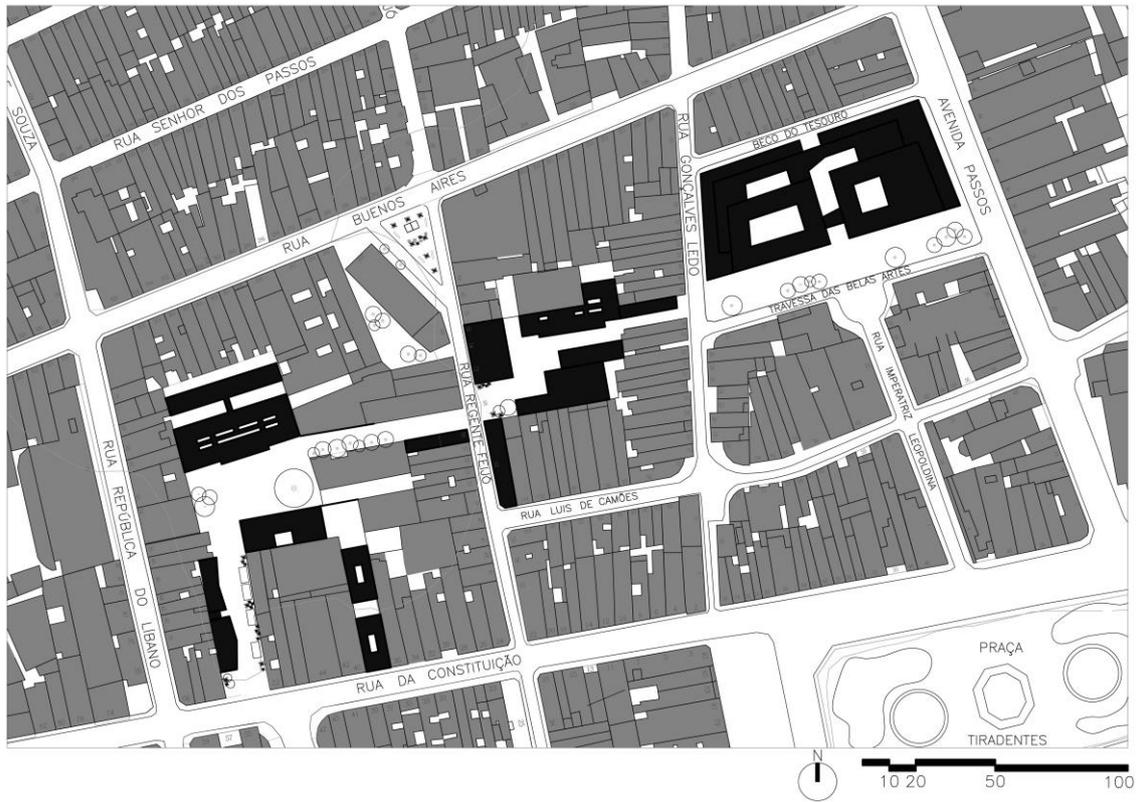


Figura 130: Planta Cheios e Vazios do projeto. Fonte: Desenho da autora (2017).



Figura 131: Acesso Quadra A na Rua da Constituição. Fonte: Desenho da autora (2017).



Figura 132: Acesso para quadra C. Perspectiva de praça linear assim que o pedestre sai de dentro da Quadra B.
Fonte: Desenho da autora (2017).



Figura 133: Travessa das Belas Artes- visada no eixo da Rua Imperatriz Leopoldina. Fonte: Desenho da autora (2017).

TABELA DE ÁREAS: PROJETO

LOTE	QUADRA A					QUADRA B					QUADRA C	TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
ÁREA DO LOTE	930,82	3.578,04	506,78	525,02	111,34	209,28	785,29	1.485,23	115,25	110,50	5.175,00	13.532,55 m ²
RESIDENCIAL		6.880,96	1.400,24			209,28		3.127,10			7.473,00	19.090,58 m ²
HOTEL/ALBERGUE		1.727,80									1.770,25	3.498,05 m ²
LOJAS/SERVIÇOS		555,91	392,06		222,68	209,28		921,94	200,00		1.534,55	4.036,42 m ²
ESCRITÓRIOS	1.050,00	210,35					2.400,00				5.283,86	8.944,21 m ²
UNIDADES RESIDENCIAIS		114	16			5		57			113	305
TAXA DE OCUPAÇÃO	32,23%	48,89%	77,36%	0,00%	100,00%	100,00%	50,94%	62,03%	86,77%	0,00%	59,82%	
ÁREA LIVRE CRIADA	630,82	1.828,79	114,72	525,02	0,00	0,00	385,29	563,99	15,25	110,50	2.079,40	6.253,78 m ²

* AS ÁREAS FORAM ESTIMADAS COM BASE NO AEROFOTOGRAFÊMICO

○ DESAPROPRIAÇÃO DO LOTE

Tabela 2: Quadro de áreas. Fonte: autora (2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Projetar uma Cidade dos sonhos é fácil; reconstruir uma Cidade viva exige imaginação.

Jane Jacobs, 1958, Tradução nossa.

A reflexões feitas durante esse trabalho giram em torno da ideia de que nós arquitetos, e qualquer pessoa que vivencie o ambiente urbano, trabalhamos com a Cidade existente. E é cada vez mais importante ampliar o entendimento dessa cidade existente, viva e multidisciplinar, e de suas significâncias culturais para que seja possível responder aos complexos desafios envolvidos no processo de atuar e intervir em áreas de valor patrimonial. Interpretar e intervir nas Cidades é lidar com seus aspectos físicos, sociais, culturais e também simbólicos.

A Cidade é lugar de memória e de registro de diferentes tempos e pensamentos. Essa memória e os diferentes tempos se solidificam nas formas da Cidade. O estudo da morfologia urbana mostra os elementos estruturantes da sua imagem e sua ambiência. E mostra o impacto que as formas urbanas têm no cotidiano das pessoas que habitam e vivenciam o espaço. Cada nova forma inserida em uma paisagem já consolidada e carregada de memórias e simbolismo traz novas experiências, ambiências e possibilidades de interação entre os habitantes e os ambientes. A inserção de uma nova arquitetura deve ser entendida sempre como uma obra coletiva e não como simples elementos isolados.

Os espaços livres também são importantes elementos estruturantes do ambiente urbano e, além de serem os espaços da vida comunitária, configuram oportunidades de transformação e valorização da paisagem. A proposta para esses espaços deve responder às demandas sociais e culturais, visto que a paisagem da cidade é resultado da lógica físico-espacial e também da social, e desempenha papel fundamental para a valorização do patrimônio. A criação de novos espaços públicos e de novos percursos amplia a fruição do patrimônio do ambiente urbano.

A inserção de novos usos e a reinvenção das funções dessas formas da cidade também podem ser vistas como possibilidades de requalificação dos espaços contanto que os novos usos propostos sejam coerentes com a necessidades culturais, sociais e com as tipologias arquitetônicas do patrimônio edificado.

É possível ver algumas dessas complexidades envolvidas nos processos de intervenção em áreas de valor patrimonial quando Álvaro Siza reconstrói o Chiado respeitando a memória da Cidade existente e ao mesmo tempo cria novas dinâmicas para a cidade contemporânea, quando Iwo Borkowicz combina usos atendendo às necessidades atuais de Havana de uma forma que integra a população tradicional da região ao mesmo tempo que permite novas dinâmicas econômicas que ajudarão a requalificar e preservar a arquitetura e a paisagem preservadas e quando o OMA cria uma grande estrutura híbrida em meio a uma

morfologia urbana carregada de história e significado para a Cidade de Rotterdam. Essas questões e desafios inerentes a projeto em áreas de patrimônio também podem ser vistas no projeto do Corredor Cultural no Rio de Janeiro do qual faz parte o objeto de estudo desse trabalho. Pela importância do seu surgimento, pelo seu caráter multidisciplinar e seu processo de projeto, o Corredor Cultural é sempre um objeto de estudo interessante até pela análise de como ele vem se desenvolvendo desde a sua criação. O Rio de Janeiro possui ainda diversas outras áreas que são reconhecidas pelo valor de seu conjunto urbano e onde a atuação de qualquer tipo intervenção deve ser um processo de entendimento e interpretação do contexto.

Durante a análise do objeto de estudo, foi possível estudar cada um dos aspectos morfológicos, funcionais e simbólicos presentes nesse determinado trecho da Cidade do Rio de Janeiro. É de uma grande riqueza o processo de “desvendar” a cidade, analisar seus planos e projetos que refletem os pensamentos de diferentes épocas, entender como a legislação impactou e impacta o desenvolvimento urbano, como cada transformação de uso, de forma e de significado atinge o espaço. É descobrir resquícios na paisagem que refletem esses diferentes momentos e pensamentos e ver todos esses fragmentos combinados e coexistindo em um momento atual.

A região estudada no SAARA é extremamente rica de significado tanto pelo seu patrimônio construído quanto pela relevância de suas manifestações culturais. As diversas visitas realizadas, os diferentes caminhos percorridos pelas ruas da região vendo seu intenso movimento durante o dia e os vários tipos de usuários do espaço e ouvindo seus sons marcantes mostravam a cada visita uma surpresa seja pelo acompanhamento das obras do VLT na Rua da Constituição, realizadas no período em que esse trabalho foi desenvolvido, até ver surgir um novo elemento contemporâneo na paisagem ou pelos novos ambientes e perspectivas descobertos ao se adentrar as quadras estudadas.

O projeto desenvolvido, com diretrizes de intervenção, se deu a partir de reflexão prática das teorias estudadas principalmente nas relações morfológicas entre espaços construídos e espaços livres, nas relações funcionais e na forma de valorização do Patrimônio construído através da proposta de multifuncionalidade.

Procurando responder aos principais questionamentos colocados no início da pesquisa, conclui-se que a inserção dos novos usos e formas são viáveis devido às potencialidades identificadas na região. Ao mesmo tempo, essas novas inserções ajudam a diminuir os principais problemas reconhecidos no recorte urbano estudado como a falta de uso contínuo do espaço. Pretende-se colaborar para uma região mais dinâmica, diversificada e com uma rede maior de usuários durante mais períodos de tempo.

Os tipos de análise e diretrizes da proposta de intervenção feitos para o recorte delimitado neste trabalho poderão ser replicados também em outras áreas urbanas a partir da análise das quadras e dos seus espaços internos. Dessa forma, pretende-se estimular o olhar não só para os espaços livres facilmente identificáveis, mas também para os centros de Quadra “aparentemente escondidos”, mas que podem significar grandes possibilidades de

transformação e dinamização do ambiente urbano e de valorização e interação do Patrimônio existente com a Cidade contemporânea.

O estudo realizado pretende contribuir para a reflexão sobre as áreas urbanas de valor patrimonial e sobre as possibilidades de intervenção e de valorização desses espaços. É também importante mencionar que entendemos que a preservação do Patrimônio vai muito além de uma intervenção projetual de arquitetura, mas que o debate sobre esse tipo de projeto é de grande importância para o trabalho do arquiteto contemporâneo que lida com a Cidade em todas as suas complexidades e camadas de tempo. É necessário entender que a arquitetura depende de pessoas, do tempo, da economia, de política, da cultura e de tantos outros aspectos que se modificam e têm impacto nas transformações constantemente sofridas pelas cidades.

Augusto Ivan Pinheiro (2005), ao falar sobre o projeto das APACs, lembra que a proteção do patrimônio não se resolve com um projeto, por melhor que seja. O autor conta que, certa vez, perguntaram a ele quando o projeto do Corredor Cultural iria ficar pronto e ele respondeu que o Corredor Cultural não é um projeto que fica pronto.

O Corredor não é bem um projeto, é um processo. As coisas caminham, mas podem, inclusive, reverter. E nunca ficam prontas. É bom imaginar isso, que as coisas mudam, andam, recuam, param, voltam a andar, e não tomar isso como uma provação pessoal, uma fatalidade e, sim, como um desafio. Planejar é um processo que requer paciência. O tempo da Cidade não é o tempo da vida humana. É o tempo do ser humano, mas não de uma pessoa humana. Por isso, e é preciso entender um pouco esses mecanismos do tempo das Cidades, é que elas são as coisas encantadoras e perturbadoras que são. (PINHEIRO, 2005 p. 154, grifo nosso)

Como a Cidade pode ser entendida como um organismo vivo, em constante transformação, pensar em projetos e planos também é entender que eles são mutáveis e se reinventam com o tempo. Como aponta Santos (2006), as Cidades são preciosos instrumentos de trabalho exatamente por essa capacidade de abrigar diversos tempos que convivem no tempo presente. É uma das razões que as tornam tão fascinantes. Estudar e analisar essas suas complexidades nos ajuda nesse desafiante caminho de propor intervenções com o intuito de valorizar e proteger o seu patrimônio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2006.
- A+T RESEARCH GROUP **This is Hybrid: an analysis of mixed-use buildings**. Spain: A+T, 2014.
- BORKOWICZ, Iwo. **A Symbiotic Relation of Cooperative Social Housing and Dispersed Tourism in Havana Vieja**. International Master of Science in Architecture. Ku Leuven: Faculty of Architecture, 2016. Disponível em: <https://willhavana.wordpress.com/> Acesso em Fevereiro de 2017.
- BRAGA, Milton. **O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Trad. Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. (Coleção artes & ofícios.)
- CARDEMAN, Rogério Goldfeld. **Por dentro de Copacabana: descobrindo os espaços livres do bairro**. Rio de Janeiro. Mauad, 2012.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade:UNESP, 2006.
- ERMAKOFF, George. **Augusto Malta e o Rio de Janeiro: 1903 -1936**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2009.
- _____. **Rio de Janeiro 1900 - 1030: Uma crônica fotográfica**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2003.
- FAJARDO, Washington, *coord.* **Guia do Patrimônio Cultural Carioca: Bens Tombados 2014**, 5ª edição, Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, Rio de Janeiro, 2014.
- FIGUEIREDO, Rui Miguel Pires. **Atalhos urbanos - o exemplo do chiado: cinco estudos de caso**. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2008.
- ICOMOS BRASIL, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Cartas patrimoniais**. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em Novembro 2015.
- INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE - IRPH. **Guia das APACs nº 02 – Corredor Cultural**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.
- JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Editora Casa da palavra, 2005.
- JACOBS, Jane. **Downtown is for people**. Fortune Magazine, 1958. Disponível em: <http://fortune.com/2011/09/18/downtown-is-for-people-fortune-classic-1958/> Acesso em Abril de 2017.
- KOOLHAAS, R. & MAU, B. **S, M, L, XL**. New York: The Monacelli Press, 1995.
- KRIER, Rob. **Urban space**. New York: Rizzoli, 1979
- KUHL, Beatriz. **Considerações sobre a relação antigo-novo nas intervenções em ambientes e edificações de interesse para preservação**. In: _____. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da industrialização - problemas teóricos de restauro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008, p. 151–176.

_____. **Projetos de intervenção em bens arquitetônicos de interesse cultural: por um diálogo construtivo entre o novo e a preexistência.** ENANPARQ: Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas - Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade, Natal, 18-21 setembro 2012.

LAMAS, J. M. R.G. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2007.

LIMA, Evelyn F.W. **Corredor Cultural do Rio de Janeiro: uma visão teórica sobre as práticas da preservação do patrimônio cultural.** In: Fórum patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável, Belo Horizonte ,v .1, nº 1 ,set /dez .2007

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana.** São Paulo: EDUSP, 2001

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LYRA, Cyro Corrêa. **Casa vazia, ruína anuncia: a questão do uso na Preservação do monumento.** 2005. Tese de Doutorado em História e Teoria da Arte, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. **A importância do uso na preservação da obra de arquitetura.** Revista Arte & Ensaios, Programa de Pós - Graduação em Artes Visuais EBA - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006, n. 16, 2006. Disponível em: http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13_cyro_lyra.pdf Acesso em Setembro de 2016.

MAGALHÃES, Roberto Anderson. **A Requalificação do centro do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Culturas, 2008.

MAGNOLI, M. M. E. M.. **Espaço livre: objeto de trabalho.** Paisagem e Ambiente, v. 21, São Paulo, p. 175-198, 2006.

_____. **Em busca de "outros" espaços livres de edificação.** Paisagem e Ambiente, v. 21, São Paulo, p. 141-174, 2006

MASON, Randall. **Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of Significance.** Places, a Forum of Environmental Design. (2004). v.16, n.1. Disponível em: <https://placesjournal.org/article/fixing-historic-preservation/>. Acessado em Maio de 2017.

MEINIG, D.W. **The Interpretation of Ordinary Landscapes: Geographical Essays.** Oxford University Press, 1979

NASCIMENTO, João Miguel António. **Álvaro Siza Vieira e o Plano do Chiado.** Mestrado Integrado em Arquitectura. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2013.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** In: Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

OMA, **Cronocaos.** Disponível em <http://oma.eu/lectures/cronocaos-preservation> e <http://oma.eu/projects/2010/venice-biennale-2010-cronocaos> Acesso em Abril de 2017.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. **Novas Experiências em urbanismo: Barra da Tijuca e Corredor Cultural**. In: Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV/ Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira, organizadores. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002. p.202 a 221. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1251.pdf Acesso em julho de 2017.

_____. **Aprendendo com o patrimônio**. In: CIDADE: história e desafios / Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002. P. 140 a 155. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1264.pdf Acesso em julho de 2017.

_____. **Preservar, conservar e modernizar: um novo paradigma para a reabilitação do Centro do Rio Rio de Janeiro**. Coleção Estudos Cariocas. Rio Estudos nº20020501. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2002. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2332_Preservar.%20Conservar%20e%20Modernizar.pdf Acesso em julho de 2017.

PORTAS, Nuno. **Os tempos das formas** – vol. I: A Cidade Feita e Refeita. Porto: Universidade do Minho, 2005.

PORTZAMPARC, C. **A terceira era da cidade**. In: Revista Óculum, n. 9, Fau Puccamp, Campinas,1997.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Novas alternativas: projetos e propostas habitacionais para o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Habitação, 2000.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese**. Trad. Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Goiás: Editora da Universidade de Goiás, 2006.

RIOARTE/IPLANRIO. **Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural**. 4 ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002.

RIO DE JANEIRO (Município). **Decreto nº 322 de 3 de março de 1976**. Aprova o Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Poder Executivo, 1976.

RIO DE JANEIRO (Município). **Decreto nº 12409 de 09 de novembro de 1993**. Cria e Delimita a Área de Especial Interesse Urbanístico da II RA - Centro e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Poder Executivo,1993.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei nº 2.236 de 14 de outubro de 1994**. Define as condições de uso e ocupação do solo da Área de Especial Interesse Urbanístico da II Região Administrativa – Centro, criada pelo Decreto n.º 12.409, de 9 de novembro de 1993, estabelece medidas para a revitalização do Centro da Cidade e seu entorno, e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Poder Executivo, 1994.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei n.º 1139 de 16 de dezembro de 1987**. Dispõe sobre a preservação de bens imóveis da Zona Especial do Corredor Cultural e de sua área de entorno, e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Poder Executivo, 1987.

RIO DE JANEIRO (Município). **Decreto nº 4141 de 14 de julho de 1983**. Aprova o PA 10.290 e o PAL 38.871 e fixa os limites de área abrangida pelo Corredor Cultural. Rio de Janeiro, RJ: Poder Executivo, 1983.

RIO DE JANEIRO (Município). **Decreto nº 322 de 3 de março de 1976**. Aprova o Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Poder Executivo, 1976.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei Complementar nº 166 de 17 de junho de 2016**. Estabelece normas de incentivo à produção de unidades residenciais na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Poder Executivo, 2016.

RIO DE JANEIRO (Município). **Decreto nº 7336 de 05 de janeiro de 1988**. Aprova o Regulamento de Construção de Edificações Residenciais Multifamiliares. Rio de Janeiro, RJ: Poder Executivo, 1988.

RIO DE JANEIRO (Município). **Decreto n.º 8272 de 19 de dezembro de 1988**. Aprova o Regulamento de Construção de Edificações de Uso Comercial e de Uso Comercial Misto. Rio de Janeiro, RJ: Poder Executivo, 1988.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SEL-RJ -Grupo Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Rio de Janeiro. **Sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras – Um debate conceitual**. Paisagem e Ambiente: ensaios, nº26, São Paulo, p. 255-247, 2009.

SIZA, Álvaro. **Chiado em detalhe**. Lisboa: Editora Verbo. 2013.

TÂNGARI, Vera Regina. **Espaços livres públicos como espaços museográficos**. In GUIMARAENS, Ceça, IWATA, Nara, POLLY, Vânia e KESSEL, Carlos (Org.). Anais do Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus. FAU/ProArq-UFRJ, 2005. pp.49-72.

TARDIN, Raquel. **Espaços Livres: Sistema e Projeto Territorial**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

TSCHUMI, Bernard. **Concept. Context, Content**. In: _____. Event Cities 3. London: MIT Press, 2004, p.11-15.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría Contemporánea de La Restauración**. Madrid: Editorial Sintesis, S.A., 2004.